



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

**JILVAN EVANGELISTA DA SILVA**

***A CADA UM MINUTO, QUATRO COISAS VENDEM:*  
UMA CONSTRUÇÃO EM QUESTÃO NO PORTUGUÊS**

Salvador

2018

**JILVAN EVANGELISTA DA SILVA**

***A CADA UM MINUTO, QUATRO COISAS VENDEM:***  
**UMA CONSTRUÇÃO EM QUESTÃO NO PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Edivalda Alves Araújo

Salvador

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SILVA, Jilvan Evangelista da

A cada um minuto, quatro coisas vendem: uma  
construção em questão no português / Jilvan  
Evangelista da SILVA. -- Salvador, 2018.  
155 f.

Orientadora: Edivalda Alves ARAUJO.

Dissertação (Mestrado - Língua e Cultura) --  
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras,  
2018.

1. Construção passiva. 2. Construção média. 3.  
Sintaxe. 4. Semântica. 5. Linguística. I. ARAUJO,  
Edivalda Alves. II. Título.

**JILVAN EVANGELISTA DA SILVA**

***A CADA UM MINUTO, QUATRO COISAS VENDEM:***  
**UMA CONSTRUÇÃO EM QUESTÃO NO PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edivalda Alves Araujo - UFBA (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr. Rerisson Cavalcante de Araujo – UFBA – PPGLINC (Examinador interno)

---

Dr.<sup>a</sup> Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda – UEFS – (Examinador externo)

Salvador

2018

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela força ao longo de mais uma jornada, um sonho realizado, e pelas oportunidades ao longo da vida, que me permitiram chegar ao momento de produzir esta dissertação e querer continuar.

Agradeço imensamente às pessoas que estiveram ao meu lado nesse momento tão importante. Início os agradecimentos aos meus pais – Luzia Evangelista de França e Joel Vicente da Silva –, que sempre respeitam e me apoiam nas minhas escolhas pessoais e profissionais. Eu amo vocês! Em seguida, agradeço aos meus familiares pelo apoio ao longo desses anos. Vocês me encorajam a alcançar novos horizontes com suas palavras e gestos de afeto. Claudinha, Drica e Cleonice, vocês apostam tanto em mim e tento retribuir esse carinho amando vocês e continuando aprendendo mais e mais, vocês moram no meu coração.

Não poderia deixar de agradecer imensamente a Vanilson Reis Rosa por tudo. Você me motiva a querer voar cada vez mais longe. O brilho nos seus olhos quando falamos do meu crescimento pessoal e profissional é inconfundível e impagável. Por isso que sempre digo para os quatro cantos do mundo que você é o amor da minha vida. Te amo!

Gostaria de agradecer aos meus amigos (Fagner de Jesus, Jaudeni Silva e Luana Gonçalves) pelos grandes momentos que vivemos, inclusive, por compreender minhas ausências, além de me ouvir falar tanto de língua portuguesa e inglesa, do mestrado, e tantas outras coisas, vocês são demais!

Um agradecimento especial para Edivalda Alves Araújo, a pessoa que me faz querer continuar nessa longa jornada de formação – minicursos, mestrado e futuramente o doutorado. Além de professora e orientadora, também é uma grande amiga. Muito obrigado por compartilhar suas experiências, conhecimentos e acreditar em mim. Percebo sua compreensão e paciência nos momentos difíceis, que nós pós-graduandos enfrentamos, e a motivação para encarar esse processo com naturalidade.

Na seleção do Mestrado nos juntamos e nunca mais nos desgradamos. Daiane Souza, Grazielle Ferreira e Marana Almeida, vocês são muito mais do que apenas colegas de cursos, vocês moram no meu coração. Nossas aventuras ao longo desses dois anos parecem mais décadas, pois estamos vivendo intensamente nossa amizade a cada dia que passa. São risos, troca de

experiência, saídas para relaxar e manter nosso papo em dia, não esquecendo, claro, das inúmeras fotos a cada encontro. Muito obrigado por tudo!

Um muito obrigado a Gracielle Barros, você tem me incentivado cada vez mais a crescer academicamente, mas não é apenas isso, você também é uma amiga muito especial; agradeço também a Fabiola Alração pelas nossas conversas e pelo seu apoio ao longo dos anos, principalmente no período do mestrado; outras duas pessoas queridíssimas são Erick Nunes e Tairane Pinto, obrigado pela companhia e por acreditar em mim; Isneide Coutinho, você também é digna de um agradecimento especial, foram longos meses me suportando, me ouvindo falar do mestrado e desse meu mundo; Maiane Soares, você é uma pessoa maravilhosa, que tem me acompanhado ao longo da minha formação, obrigado por sua amizade; Wlianna, não tenho palavras para te agradecer pela sua amizade e pelas nossas conversas.

Daniela Alves, Raisal Reis e Fernanda Cerqueira, agradeço a vocês pelas trocas de carinho e conhecimento, o que me permitiu ampliar ainda mais minha curiosidade, seja sobre o meu objeto de estudo ou sobre o de vocês, para sair um pouco da zona de conforto. Não poderia deixar de agradecer imensamente a Daniela Alves pelas referências importantíssimas sobre a semântica lexical.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento desta pesquisa ao longo de dois anos. Sabemos o quanto é importante uma instituição séria como esta para a pesquisa desenvolvida no Brasil, que tem melhorado bastante ao longo dos anos.

Um muito obrigado ao PPGLinc – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, do qual faço parte, pelo apoio e pelo trabalho que vocês vêm desenvolvendo, enfrentando as dificuldades para apresentar à sociedade pesquisas de suma importância. Obrigado a todos os funcionários e professores do programa!

Sintam-se também agradecidos os demais amigos e colegas que contribuíram para minha formação profissional e pessoal. Nunca me esquecerei de vocês.

Um forte abraço a todos!

*My feeling is that a human being or any complex organism has a system of cognitive structures that develop much in the way the physical organs of the body develop. That is, in their fundamental character they are innate; their basic form is determined by the genetic structure of the organism. Of course, they grow under particular environmental conditions, assuming a specific form that admits of some variation. Much of what is distinctive among human beings is a specific manner in which a variety of shared cognitive structures develop. (CHOMSKY, 1984)*

## RESUMO

SILVA, Jilvan Evangelista da. *A cada um minuto, quatro coisas vendem*: uma construção em questão no português. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

Esta dissertação tem como objetivo descrever as construções do tipo: (i) “A cada um minuto, quatro coisas vendem”; (ii) Essa caneta escreve bem; (iii) Esse vestido abotoa. Ao analisar os exemplos citados, percebe-se que há uma semelhança com as construções passivas, devido a alguns traços presentes nas médias, que descrevem objetos estáticos elevados à posição de sujeito; e passivas, como o fato de ambas apagarem o Argumento Externo – AE, uma característica em destaque nas passivas. Além disso, esses exemplos também aproximam-se da construção ergativa, as quais descrevem eventos, visto que partilham traços com as construções intransitivas das línguas do sistema ergativo-absolutivo. Entretanto, na literatura, para Kemmer (1993), Inês Duarte (2003) e Cambrussi (2007), os exemplos de (i) a (iii) são comumente chamados de construção média, enquanto, para Givón (2001) e Keenan e Dryer (2006), são classificados como ergativas. Diante desses diferentes posicionamentos, é necessário averiguar as características dessas construções para distingui-la das demais – passiva e ergativa. A maior semelhança está centrada entre a média e a ergativa, diferenciando-se apenas semanticamente. Foi verificado que não há diferença sintática entre as médias e ergativas, ou seja, não há como tomar um posicionamento para os exemplos nessa perspectiva, visto que apenas a exigência de modificador adverbial para as médias não se sustenta. Semanticamente, observamos que o aspecto temporal e o aspecto lexical as diferenciam, já que apenas o tempo presente licencia as construções médias, além do caráter genérico conferido apenas às médias.

**Palavras-chave:** Construção média. Construção ergativa. Passiva. Sintaxe. Semântica.

## ABSTRACT

This dissertation aims to describe some constructions such as: (i) “A cada um minuto, quatro coisas vendem”; (ii) “Essa caneta escreve bem”; (iii) “Esse vestido abotoa”. When we analyze the examples mentioned, it is noticed that there is a similarity with passive constructions, due to some traces presented in passive and middle constructions, which describe static objects as the fact of both delete the AE (External Argument), a main characteristic in passive constructions. In addition, these examples also approximate on ergative constructions, which describe events, since they share traces with intransitive constructions from languages which have ergative-absolutive system. However, in the literature, for Kemmer (1993), Inês Duarte (2003) and Cambrussi (2007), the examples from (i) to (iii) are commonly called middle constructions, whereas for Givón (2001) and Keenan and Dryer (2006), the examples are considered ergative constructions. Faced with these different positions, it is necessary to investigate the characteristics of these constructions to distinguish them from others – passive and ergative. The greatest similarity is centered between middle and ergative, differing only semantically. It was verified that there is no syntactic difference between middles and ergatives, in other words, there is no way to take a position for the examples in this perspective, since only the requirement of an adverbial modifier for middles is not enough. Semantically, we observed that the tense aspect and the lexical one differentiate them, since only the present tense licenses the middle, besides the generic character conferred only to middles.

**Keywords:** Middle constructions. Ergative constructions. Passive. Syntax. Semantic.

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1	Quadro comparativo entre a passiva analítica e a pronominal.....	41
Quadro 2	Marcadores morfológicos para a voz média nas línguas clássicas.....	46
Quadro 3	Marcas de contextos reflexivos e médios.....	87
Quadro 4	Acarretamentos dos protoagentes.....	99
Quadro 5	As classes aspectuais lexicais quanto às propriedades semânticas.....	117
Quadro 6	Restrição das ergativas e médias quanto ao aspecto lexical básico.....	125
Quadro 7	Distinção das médias e ergativas quanto ao aspecto e tempo verbal.....	126
Figura 1	Propriedades semânticas fundamentais propostas por Cançado (2005).....	102

## LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

-	Marcação negativa
#	Possibilidade de interpretação
*	Agramatical
+	Marcação positiva
∅	Não realizado
θ	Letra grega <i>Theta</i> (referente aos papéis temáticos)
Σ	<i>Sigma</i>
3PL	3ª pessoa do plural
3SG	3ª pessoa do singular
ABL	Ablativo
ABS	Absolutivo
ACC	Acusativo
AdvP	<i>Adverbial Phrase</i> = Sintagma Adverbial
AE	Argumento Externo
AI	Argumento Interno
ASP	Aspecto
CP	<i>Complementizer phrase</i> = Sintagma complementizador
DEF	Definido
DP	<i>Determiner phrase</i> = Sintagma determinador
e	Evento
ec	<i>Empty category</i> = categoria vazia
EPP	<i>Extended Projection Principal</i> = Princípio da projeção estendida
FP	<i>Functional Phrase</i> = Sintagma Funcional

GEN	Genericidade
I	<i>Inflection</i> = Flexão
I'	<i>Inflection</i> = Flexão (Projeção intermediária)
INSTR	Instrumento
IP	<i>Inflectional phrase</i> = Sintagma flexional
MID	Middle= média
N	<i>Noun</i> = Nome
NACT	<i>Non active</i> = Não ativa
NOM	Nominativo
NP	<i>Noun Phrase</i> = Sintagma nominal
PASS	Passiva
PB	Português brasileiro
PC	Português clássico
PE	Português europeu
PP	<i>Prepositional Phrase</i> = Sintagma preposicional
REFL	Reflexivo
Spec	<i>Specifier</i> = especificador
T	<i>Tense</i> = Tempo
TP	<i>Tense Phrase</i> = Sintagma Temporal
V	Verbo
VP	<i>Verbal Phrase</i> = Sintagma verbal

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1 PROBLEMÁTICA .....	16
1.1.1 <b>Problema</b> .....	18
1.1.2 <b>Hipóteses</b> .....	19
1.1.3 <b>Objetivos</b> .....	20
1.1.4 <b>Justificativas</b> .....	20
1.1.5 <b>Aspectos metodológicos</b> .....	21
1.1.6 <b>A estrutura da dissertação</b> .....	22
<b>CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO PASSIVA</b> .....	25
2.1 A PASSIVA E A NOÇÃO DE PASSIVIDADE.....	25
2.2 A CARACTERIZAÇÃO DA PASSIVA.....	28
2.3 TIPOS GENÉRICOS DE PASSIVA.....	31
2.4 PASSIVA DE <i>SE</i> .....	34
2.5 SÍNTESE.....	41
<b>CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO MÉDIA: REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	43
3.1 CAMACHO (2003).....	44
3.2 INÊS DUARTE (2003).....	47
3.3 LEKAKOU (2005).....	49
3.4 KEENAN E DRYER (2006).....	53
3.5 CIRÍACO (2011).....	56
3.6 UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	58
3.7 SÍNTESE.....	62
<b>CAPÍTULO 4 – A SINTAXE DAS CONSTRUÇÕES MÉDIAS</b> .....	64
4.1 A ESTRUTURA SINTÁTICA DAS CONSTRUÇÕES MÉDIAS .....	64
4.1.1 <b>Transitividade</b> .....	65

4.1.2 <b>A posição de sujeito</b> .....	72
4.1.2.1 A Generalização de Burzio (1986).....	73
4.1.2.2 Verbos inacusativos: duas classes .....	74
4.1.2.3 Inacusatividade: as passivas e as construções médias .....	78
4.2 MODIFICADORES .....	81
4.3 O MARCADOR MORFOLÓGICO .....	86
4.4 A ERGATIVIDADE .....	90
4.5 SÍNTESE.....	91
<b>CAPÍTULO 5 – ASPECTOS SEMÂNTICOS: PAPEL TEMÁTICO E ASPECTO</b> .....	93
5.1 O PAPEL TEMÁTICO NAS CONSTRUÇÕES MÉDIAS .....	93
5.1.1 <b>O papel temático na literatura</b> .....	93
5.1.1.1 A perspectiva gerativista .....	94
5.1.1.2 A proposta de Dowty (1991).....	98
5.1.1.3 A proposta de Caçado (2005) .....	102
5.1.1.4 Uma análise das propostas para papel temático .....	104
5.2 AGENTIVIDADE .....	106
5.2.1 <b>As construções ergativas</b> .....	107
5.2.2 <b>As construções médias</b> .....	108
5.3 ASPECTO LEXICAL E ASPECTO GRAMATICAL.....	110
5.3.1 <b>O aspecto gramatical</b> .....	110
5.3.2 <b>O aspecto lexical</b> .....	112
5.4 PROPRIEDADES SEMÂNTICAS ASPECTUAIS.....	113
5.4.1 <b>Dinamicidade</b> .....	113
5.4.2 <b>Duratividade</b> .....	114
5.4.3 <b>Telicidade</b> .....	114
5.5 ASPECTO LEXICAL BÁSICO .....	115
5.6 ASPECTO LEXICAL DERIVADO .....	117
5.7 SÍNTESE.....	120

<b>CAPÍTULO 6 – MÉDIAS E ERGATIVAS: UMA PROPOSTA DE DESCRIÇÃO</b> .....	121
6.1 DESCRIÇÃO ASPECTUAL .....	121
6.1.1 As Construções Médias .....	122
6.1.2 As construções ergativas .....	124
6.2 GENERICIDADE: UMA DESCRIÇÃO.....	126
6.2.1 Genericidade em expressões de referência a espécies .....	126
6.2.3 Genericidade em sentenças genericamente quantificadas .....	129
6.3 GENERICIDADE NAS CONSTRUÇÕES MÉDIAS.....	131
6.4 TESTES PARA DIFERENCIAR AS MÉDIAS E ERGATIVAS .....	133
6.4.1 Testes sintáticos.....	133
6.4.1.1 Progressivo.....	133
6.4.1.2 Imperativo.....	135
6.4.1.3 Clivadas .....	136
6.4.1.4 Verbos aspectuais .....	136
6.4.1.5 Complementos de verbos de percepção.....	137
6.5 A ALTERNÂNCIA ARGUMENTAL DE INSTRUMENTO .....	138
6.6 SÍNTESE.....	140
<b>CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	151

# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

### 1.1 PROBLEMÁTICA

Esta dissertação tem como objetivo avaliar um tipo de construção na língua que, muitas vezes, está relacionado às passivas, principalmente, à passiva pronominal. Tais construções são do tipo *Essa parede pinta rapidinho* ou *Essa música toca na quadrilha*. Essas construções se assemelham às passivas pronominais, como em (1), que é uma construção da língua portuguesa que se caracteriza pela presença de um verbo transitivo acusativo, seu Argumento Interno (doravante AI) e a presença do pronome apassivador *se*, por isso a nomenclatura passiva pronominal:

(1) **Pintam-se** paredes.

No entanto, esse tipo de construção tem apresentado uma mudança em sua estrutura sintática, conforme o exemplo em (2), devido à perda do *se*, podendo-se pensar numa transformação da passiva pronominal.

(2) Essas paredes **pintam** rápido.

(3) O copo **quebrou**.

O predicador verbal dos exemplos (2) e (3) são diferentes, justamente, pelo fato de que o primeiro é transitivo acusativo e o segundo ergativo. Os verbos ergativos selecionam AI e Argumento Externo (doravante AE), entretanto, este pode não ser realizado. Quando isso ocorre, o AI passa a ocupar a posição de sujeito em Spec, TP. Esses verbos são mais comuns na construção média, que é uma representação flexional das línguas clássicas com a função de expressar estados de coisas que afetam o sujeito do verbo ou seus interesses (CAMACHO, 2003). A distinção entre essas duas construções é relevante, devido ao deslocamento que ocorre do AI, pois a posição em que esse argumento se localiza vai determinar sua função sintática.

Com o avanço dos estudos linguísticos, outros pesquisadores têm apresentado diferentes análises para essas construções com verbo transitivo, sem a realização do AE, acompanhado ou não de *se*. Dentre as análises constatadas estão: i) a de passiva pronominal, conforme as gramáticas prescritivas; ii) a construção média, defendida por Inês Duarte (2003); e iii) uma construção ativa, segundo Raposo e Uriagereka (1996).

Inês Duarte (2003) aponta que a transitividade verbal é mantida, embora se tenha a probabilidade de que, a partir da perda do pronome apassivador, o predicador verbal tenha perdido sua transitividade acusativa. Caso isso tenha ocorrido, o verbo passaria a ser ergativo, o que lhe permite as propriedades das construções ergativas, como o apagamento do AE e o alçamento do AI para Spec, TP, uma posição de sujeito da oração.

(4) **Suja-se** o piso branco facilmente.

(5) O piso branco **suja** facilmente.

O exemplo em (4) é uma passiva pronominal canônica, enquanto em (5) existe a mudança sintática ocorrida que, aparentemente, parte da passiva pronominal. Como pode ser observado em (5), houve o alçamento do AI à esquerda do verbo e a perda do *se*. Segundo Inês Duarte (2003), os verbos de (4) e (5) continuam sendo transitivos acusativos, embora estejam em construções distintas, visto que o alçamento do AI implica diferir essas construções, ou seja, em (4) temos uma passiva pronominal e em (5) uma construção média.

Raposo e Uriagereka (1996) e Cavalcante e Sousa (2011) apresentam uma análise diferenciada da proposta de Inês Duarte (2003), quando mostram que essas construções não são mais passivas, pois, a partir de testes definidos por Raposo e Uriagereka (1996), a leitura passiva se perdeu e a leitura ativa é a mais compatível com a mudança ocorrida. O estudo desses autores mostra que o DP (*Determiner Phrase*), quando movido da posição de AI para a esquerda, não ocupa Spec, TP, porque vai para o CP (*Complementizer Phrase*), no Spec, FP (*Functional Phrase*). Isso mostra que o sintagma nominal movido sobe para a posição de tópico, não de sujeito, como é trazido nas explicações baseadas na gramática prescritiva. Evidências da explicação dos autores encontram-se nos exemplos em (6):

- (6) a. Vai ser difícil [[os documentos] **serem** aceites]  
 b. \*Vai ser difícil [[os documentos] **aceitarem-se**]  
 c. Vai ser difícil [**aceitarem-se** [os documentos]]

Os exemplos<sup>1</sup> em (6) mostram que as passivas apresentam um comportamento diferente do *se*-passivo, quanto à posição do DP na sentença, ou seja, (6b) não pode ter uma leitura passiva como apontam outros autores. Em (6a), o DP encontra-se à esquerda do verbo, porém a construção é uma passiva analítica, por isso é gramatical. O mesmo não acontece em (6b) que, caso receba leitura passiva, passa a ser agramatical, conforme demonstra o (\*) no exemplo, mas, para ser gramatical, o AI deve ficar na posição de origem, à direita, como em (6c).

A análise de Cavalcante e Sousa (2011) tem pertinência, no sentido de que o elemento deslocado pode ir para uma posição de tópico, já que o português brasileiro (doravante PB) é uma língua intermediária do tipo tópico-comentário (cf. PONTES, 1987). Essa posição de tópico é o que permitiria a gramaticalidade da construção na língua, justamente pelos traços que essa posição carrega, os quais serão checados pelo sintagma movido.

Como se vê no breve panorama teórico aqui apresentado, os estudos analisados não apresentam uma proposta para o apagamento do *se*, que acreditamos ser o fator fundamental para a reorganização sintática. Aparentemente, a perda do *se* tornou necessário o alçamento do AI para Spec, TP, assim seria atendido o Princípio da Projeção Estendida (EPP), proposto pela teoria gerativa, que diz que toda oração deve ter sujeito; ou seja, o AI é movido para satisfazer o EPP e, conseqüentemente, verificar o traço nominativo. Vale lembrar que, nas passivas pronominais, o AI é considerado o sujeito da oração. Esse alçamento também pode ter sido provocado em função de a posição à esquerda do verbo ser a preferida para o sujeito no PB, conforme estudos na área do sujeito, como o de Avelar e Galves (2011), acerca do estatuto do EPP no português do Brasil, comparando-o com o português europeu (doravante PE); e o de Duarte (2003), que traz contribuições acerca da evolução na representação do preenchimento do sujeito pronominal no PB.

### 1.1.1 Problema

Com base na discussão acima, observamos que se faz necessário compreender os fatores que promoveram uma mudança da passiva pronominal, tornando obrigatório o movimento do sintagma nominal à esquerda do verbo e estabeleceram o uso do adjunto adverbial, como pôde

---

<sup>1</sup> Exemplos retirados do trabalho de Raposo e Uriagereka (1996).

ser visto no exemplo em (2); ou se as construções aqui estudadas aproximam-se das ergativas. Para isso, levantamos os seguintes questionamentos a serem respondidos na pesquisa:

1. Levando-se em consideração as propostas, qual é a transitividade desses verbos?
2. Mediante as contribuições de Raposo e Uriagereka (1996), Martins (2005) e Martins e Nunes (2016), quais foram os condicionamentos que provocaram a perda de passividade?
3. Que fatores sintáticos contribuem para a formação das construções médias?
4. Quais as propriedades que podem caracterizar as construções estudadas como independentes?

### 1.1.2 Hipóteses

Tendo em vista os quatro questionamentos levantados acima, supõe-se que:

1. No que diz respeito à transitividade verbal, acreditamos que os verbos mantenham sua transitividade acusativa, ou seja, o AE é apagado por questões pragmáticas e o AI passa a ser o sujeito da oração por ser o único elemento capaz de ocupar essa posição. Assim, seguimos a ideia de Inês Duarte (2003), de que o deslocamento do constituinte para uma posição alta na estrutura sintática é uma característica das construções médias.
2. Raposo e Uriagereka (1996) apresentam testes com estruturas passivas e ativas para mostrar que houve perda da passividade das construções de *se*-passivo, justamente pela posição em que se encontra o elemento deslocado à esquerda do verbo, uma posição alta na estrutura. Porém é necessário fazer outros testes com as construções para assim verificar se há noção de passividade. Partimos do pressuposto de que as construções mantêm a passividade, embora se apresentem sintaticamente diferentes.
3. As construções médias não dispõem de propriedades sintáticas próprias, mas apresentam restrições semânticas que podem diferenciá-las de construções passivas e ergativas, provavelmente o modificador adverbial ou outro elemento que permite a sua realização.

4. Supomos que as construções médias se diferenciam das construções ergativas no nível estrutural, pois as primeiras exigem algum tipo de modificador para que seja gramatical, isto é, as médias são formadas por um sujeito AI, um predicador verbal e um adjunto adverbial; enquanto as ergativas não exigem qualquer tipo de modificador, ou seja, sua formação ocorre com base no sujeito AI e o predicador verbal.

### 1.1.3 Objetivos

O objetivo geral desse trabalho é descrever as construções médias, diferenciando suas propriedades de construções já existentes, como as passivas pronominais e as ergativas, avaliando os tipos de predicadores e suas exigências, bem como os sintagmas nominais que figuram nessas construções, a partir de testes pertinentes para uma análise satisfatória. A partir dos objetivos gerais, nossos objetivos específicos serão:

- a) Buscar dados na modalidade escrita (livros, jornais, ambientes digitais e peças teatrais) e na modalidade oral da língua (jornais televisivos, novelas, rádio, vídeos em plataformas como o *Youtube* ou fala espontânea);
- b) Identificar as semelhanças e diferenças das passivas, principalmente, a passiva pronominal com as construções médias;
- c) Identificar as semelhanças e diferenças entre as construções médias e ergativas;
- d) Encontrar as semelhanças e/ou diferenças sintáticas;
- e) Propor uma descrição linguística para as construções médias e ergativas, com base nos pressupostos teóricos adotados.

### 1.1.4 Justificativa

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa em Teoria da Gramática e ao arcabouço teórico aqui a ser ampliado, especificamente, à Teoria da Gramática Gerativa, de acordo com as propostas da Teoria de Princípios e Parâmetros, Chomsky (1995), para avaliar os fatos ocorridos na construção em análise, comparando-a com construções passivas de outras línguas e à semântica lexical.

Partindo da Teoria de Princípios e Parâmetros, é de conhecimento da Linguística Gerativa que as línguas apresentam princípios que devem ser universais, bem como propriedades variantes

– os parâmetros. A marcação paramétrica das passivas varia de língua para língua, o que torna imprescindível averiguar se outras línguas, principalmente a família das línguas românicas, apresentam construções semelhantes a essa. A discussão em torno da construção média (ou construção medial) é importante porque não ocorre apenas no PB, mas também no PE (cf. DUARTE, 2003). Além desta, pode ser que outras línguas também apresentem o mesmo mecanismo, daí a necessidade de verificar as diferentes formas de passivas possíveis nas línguas, e principalmente nas românicas.

Existem vários estudos acerca das construções médias, mesmo quando os exemplos fornecidos não sejam do que se considera por médias, mas sim de construções ergativas. Essa confusão surge por conta de dificuldade em diferenciá-las, levando alguns teóricos, como Perini (2005), a não compreender a necessidade em distingui-las, porque, para ele, se trata do mesmo fenômeno.

As perspectivas de análise, também, não apresentam uma proposta no que diz respeito aos fatores sintáticos e semânticos que podem ocorrer nos dois tipos de construção, o que traz uma motivação para investigar quais propriedades são próprias de uma e não da outra, como a genericidade e os aspectos gramaticais e lexicais.

O desenvolvimento desta pesquisa proporciona explicações com base nas relações entre as perspectivas de análise já existentes, buscando e/ou propondo um aprofundamento teórico relevante para a análise dos dados encontrados. Isso trará contribuições para os estudos na área, já que buscaremos as características concernentes a essas construções, ou seja, trabalharemos com uma adequação descritiva, bem como uma adequação explicativa, visto que este estudo também pode trazer contribuições para outras línguas que, provavelmente, possam apresentar os mesmos mecanismos.

### **1.1.5 Aspectos metodológicos**

Esta pesquisa foi realizada através de leituras referentes aos estudos sobre a problemática em questão: a relação da construção média com outras já existentes na língua, como a passiva pronominal e a construção ergativa. A parte teórica dará suporte à análise dos dados levantados ao longo da pesquisa, para que seja possível analisá-los, qualitativamente, seguindo os pressupostos da teoria gerativa e da semântica lexical.

O levantamento dos dados foi realizado através de anotações, isto é, foram realizadas buscas em textos escritos – formais e informais – encontrados em ambientes virtuais (*blog, sites de notícias e redes sociais – Facebook, Twitter, Youtube*<sup>2</sup>) e impressos (jornais, revistas e peças de teatro<sup>3</sup>), em que recolhíamos os exemplos considerados como de construção média. Além dos exemplos na modalidade escrita, também fizemos anotações na modalidade oral de forma espontânea, de falantes do PB, e de vídeos como o *Youtube*.

Após a constituição do *corpus*<sup>4</sup>, os exemplos foram utilizados, quando necessário para a análise ou discussão, em testes e/ou comparações com outras construções, com a finalidade de diferenciá-las. Os testes não são de nossa autoria, mas permitiram atingir um dos nossos objetivos, como o de estabelecer características que possam confirmar, ou não, que a construção estudada é do tipo independente das passivas.

Os testes estão relacionados aos níveis sintático ou semântico. Para o nível sintático, submetemos as construções aos testes propostos por Negrão e Viotti (2008) sobre a transitividade das construções e com o uso dos modificadores, para verificar a exigência dos advérbios. Já no nível semântico, testamos os exemplos para aferir a genericidade, que é uma característica forte das construções médias; o papel temático, os aspectos gramaticais e lexicais, observando o comportamento das construções ergativas em comparação com as médias quanto ao tempo verbal e as propriedades que definem as classes aspectuais: dinamicidade, duratividade e telicidade.

### 1.1.6 A estrutura da dissertação

Esta dissertação segue uma estrutura que está dividida em sete capítulos, sendo estes:

---

<sup>2</sup> Os exemplos da modalidade escrita do Youtube foram retirados de comentários ou descrições dos vídeos na plataforma.

<sup>3</sup> O levantamento de dados de construções médias em peças de teatro dos séculos XIX e XX ocorreu durante a iniciação científica entre os anos 2013 e 2014. No entanto, após analisar 33 peças de teatro, não foram encontrados exemplos de construções médias, mas sim de construções ergativas. Naquele momento, seguimos o posicionamento de Keenan e Dryer (2006) de que os exemplos no passado perfeito eram de construção média, o que ao longo da pesquisa foi reanalisado como construção ergativa, devido aos traços aspectuais, como pontualidade da ação, contidos nos exemplos.

<sup>4</sup> Os exemplos levantados durante a pesquisa foram separados entre as duas modalidades – fala espontânea e escrita.

- no capítulo 2, tratamos de distinguir as noções sintáticas e semânticas no que tange ao fenômeno em questão, ou seja, as noções de diátese verbal e de passividade, para que assim seja possível caracterizá-la sintaticamente, seja nos moldes tradicionais e/ou linguísticos. Em seguida, apresentamos as diferentes formas de realizações das passivas de forma translinguísticas, abarcando línguas de famílias diferentes, inclusive algumas que não dispõem da construção passiva, mas podem expressar a passividade com outro tipo de mecanismo sintático. Feito isso, discutimos questões pertinentes às passivas pronominais (ou sintéticas) para avaliar seu *status* no português contemporâneo. Por fim, sintetizamos as discussões trazidas neste capítulo;

- no capítulo 3, fazemos uma revisão da literatura sobre os estudos acerca do fenômeno aqui estudado para estabelecer o que vamos considerar como construção média. Para tal fim, discursamos sobre as propostas de Camacho (2003), Inês Duarte (2003), Lekakou (2005), Keenan e Dryer (2006) e Ciríaco (2011) para, em seguida, apresentar uma análise dessas propostas com base em aspectos semelhantes e distintivos apontados pelos autores. Logo após, sintetizamos as ideias contidas neste capítulo;

- no capítulo 4, elaboramos uma análise sintática das construções médias. Primeiramente, apresentamos sua estruturação sintática básica. Em seguida, discutimos a questão da transitividade, para confirmar ou refutar a primeira hipótese; tratamos da posição do sujeito, com base na generalização de Burzio (1986) e as questões pertinentes à família das construções inacusativas. Após essas questões básicas, verificamos os modificadores que podem ocorrer na construção média e avaliamos sua pertinência quanto à exigência conferida a elas (cf. Inês DUARTE, 2003). Posto isso, analisamos o marcador medial nas médias para relacionar as línguas que dispõem deste marcador com as que não dispõem destes, as quais se utilizam de uma morfologia abstrata. Por fim, examinamos as construções ergativas, já que estas apresentam uma grande similaridade com as médias no nível sintático, e sintetizamos as ideias que abarcamos neste capítulo;

- no capítulo 5, desenvolvemos a segunda análise das construções médias, neste caso, com base em duas propriedades semânticas: papel temático e aspecto. A primeira propriedade semântica avaliada foi o papel temático. Tomamos como base três propostas complementares: a gerativista, a de Dowty (1991) e de Cançado (2005) e, logo depois, analisamos as propriedades pertinentes ao conteúdo em relação às construções médias e ergativas quanto à

agentividade. Posteriormente, abrangemos duas classes aspectuais: a gramatical e a lexical, para tomarmos essas propostas como base para analisar as médias e ergativas;

- no capítulo 6, apresentamos uma análise para distinguir as ergativas quanto ao aspecto e genericidade. Nesse ponto avaliamos a genericidade nas línguas (cf. KRIFKA, 1989; KRIFKA *et al.*, 1995), pois esta é uma característica muito forte nas construções médias. Feito isso, submetemos os exemplos de médias a testes sintáticos para validar as propriedades semânticas estudadas. Finalmente, apresentamos a proposta de Silva e Naves (2012) quanto à inclusão de um argumento instrumental que parece diferir as duas construções relacionadas, e uma síntese do capítulo;

- finalmente, no capítulo 7, concluímos este trabalho com nossas considerações finais, em que avaliamos as hipóteses apresentadas, refletindo sobre as construções médias e sua relação com as outras construções, a fim de confirmar se esta é uma passiva, uma ergativa ou uma construção independente na língua.

## CAPÍTULO 2

### A CONSTRUÇÃO PASSIVA

Neste capítulo, discutiremos duas noções: a de voz passiva e a de passividade para evidenciar a relação e as diferenças entre esses termos. Em seguida, será exposta uma caracterização para as passivas em busca por fatores universais desse fenômeno em algumas línguas do mundo. Após essa caracterização, serão apresentadas diferentes formas de expressar a passiva nas línguas juntamente com alguns tipos dessa construção, como o uso da terceira pessoa para indeterminar o agente, além da passiva de *se*, com a finalidade de comparar, também, tais formas com a passiva analítica, que é a forma mais difundida entre as línguas.

#### 2.1 A PASSIVA E A NOÇÃO DE PASSIVIDADE

Discutir sobre a construção passiva nas línguas do mundo nos leva a dois importantes conceitos: voz passiva e passividade. O primeiro carrega a qualidade de receptor que um sujeito apresenta em relação ao processo verbal (HAUY, 1992, p. 30), ou seja, o AE, sujeito, não é marcado com o papel temático de agente, mas sim de paciente, como:

- (1) a. *O cão*<sub>[AE]</sub> RECEBEU o castigo<sub>[AI]</sub>.  
 b. A porta<sub>[AI]</sub> FOI ABERTA (pelo professor<sub>[AE]</sub>).

Em (1a), o verbo, por não ser de ação, estabelece uma relação de receptor, ou de paciente, ao sujeito, *o cão*, que não praticou uma ação, mas sofreu a passividade que o predicador verbal carrega.

O segundo, voz passiva, diz respeito a uma estrutura sintática (auxiliar *ser* + verbo principal na forma de particípio) para representar a passiva analítica, conforme o exemplo em (1b) acima. No entanto, a estrutura sintática não é o suficiente para se ter uma voz passiva, pois a estrutura também carrega um traço de passividade no verbo principal. Esse traço vem do particípio, em que verbos na forma de particípio apresentavam um sentido de passividade desde o latim. Constatamos, assim, que a terminologia voz passiva contém uma relação sintático-semântica.

Hauy (1992) e Bechara (2009) explicam que o fato de haver passividade não quer dizer que a sentença esteja na voz passiva, visto que a construção em (1a) é estruturalmente ativa, mas, semanticamente, traz a noção de passividade.

Em relação às vozes verbais, Macambira (1978) defende que só há duas vozes verbais – a ativa e a passiva –, que se desdobram também em reflexividade, reciprocidade e média. Segundo o autor, a reflexividade, a reciprocidade e a média<sup>5</sup> são estruturas relacionadas com a ideia das diáteses verbais: ativas e passiva,

Os termos ativa e passiva e, conseqüentemente, reflexiva, recíproca, média, têm correspondência semântica imprecisa, sobretudo o primeiro (ativa) e o seu valor é mais nomenclatório do que propriamente científico. [...] a reflexiva é a soma da ativa e da passiva; a recíproca - um tipo de reflexiva; a média - a síntese da ativa e da passiva [...] (MACAMBIRA, 1978, p. 62)

Isso mostra que, para o autor, a voz reflexiva tem uma relação entre a ativa, que tem por valor semântico aquele que desencadeia a ação verbal, e a passiva, já que o sujeito também é afetado pela ação do verbo. Já a recíproca é caracterizada como um tipo da reflexiva, que também apresenta uma relação entre a ativa e a passiva, embora se distancie semanticamente, pois a ação é desencadeada por dois agentes diferentes.

Por outro lado, existe o conceito de passividade, que se relaciona com a presença do paciente na ação verbal. Macambira (1978) define passividade como uma categoria nocional, que ocorre quando analisamos o conteúdo semântico da estrutura para diferir da categoria gramatical, que diz respeito aos aspectos estruturais da construção, como a passiva, por exemplo. Por ser uma categoria nocional, a noção de passividade não se restringe à voz passiva nas línguas, podendo estar presente também na voz ativa, conforme a exemplificação do autor abaixo:

(2) O moleque **levou** uma surra.

(3) O vaso **foi quebrado** por João.

Segundo o autor, em (2), existe uma interpretação passiva numa estrutura ativa, pois contém a categoria nocional de passividade, atribuída ao sintagma nominal na posição de sujeito –

---

<sup>5</sup> Entraremos nessa discussão de voz média adotada por Macambira (1978) no capítulo 3, quando exploraremos a proposta de Camacho (2003), porque os autores consideram o seguinte exemplo como médio: “Meu amigo zangou-se com o vizinho”, o que não condiz com o tipo de construção média que estudamos.

paciente da ação verbal. Já em (3), a construção está na voz passiva e apresenta o traço de passividade. Tal traço de (3) está contido no verbo principal, que tomou a forma de particípio, pois, ainda segundo o autor, verbos de ligação são adiatéticos – verbos que não têm a categoria de voz – e o particípio conservou o sentido passivo que era usado no latim, por isso é no particípio que se encontra a passividade atribuída ao sujeito; e, em (2), a passividade está contida na semântica do verbo da sentença, que embora esteja numa estrutura ativa, não impede a categoria nocional de passividade.

A voz passiva é dependente de verbos de ação, pois esses verbos indicarão que o sujeito – paciente – sofreu a ação verbal expressa por um agente, que pode ser realizado ou não, como em (4):

(4) A casa<sub>[AI]</sub> **foi construída** pelos engenheiros<sub>[AE]</sub>.

Existe uma voz passiva em (4) porque a estrutura verbal é marcada pela voz passiva, ou seja, há um verbo de ligação (auxiliar - *ser*), seguido de uma forma de particípio do verbo principal (*construída*), característica da passiva analítica. Além disso, o sujeito da ação verbal – *a casa* – sofre a ação do verbo causada pelo agente da passiva – *pelos engenheiros*.

Voltando à passividade e à voz passiva – que não são sinônimas –, a passividade ocorre com verbos que exigem um sujeito paciente/experienciador em uma estrutura ativa, como em (5a), enquanto a voz passiva, como mostra Haug (1992), tem uma relação morfossintática: a estrutura verbal passa a assumir uma forma perifrástica – o verbo *ser* + o verbo principal no particípio –, acarretando a estrutura verbal das passivas analíticas; o AI, paciente, é alçado à esquerda do predicador verbal; e, assim, configura uma leitura passiva, devido à reorganização sintática, como pode ser visto em (5b).

(5) a. Maria<sub>[AE]</sub> **recebeu** a fatura do cartão<sub>[AI]</sub>.

b. A fatura do cartão<sub>[AI]</sub> **foi recebida** por Maria<sub>[AE]</sub>.

Em suma, pode-se considerar que a diferença básica entre passividade e voz passiva dá-se tanto na relação semântica quanto na morfossintática. No que diz respeito à semântica, a noção de passividade se caracteriza pela afetação do sujeito, paciente, já que alguns verbos carregam essa informação que recairá sobre o sujeito, conforme apontado no exemplo em (5a). No nível morfossintático, verificamos que a locução formada pelo auxiliar *ser* + o verbo

na forma de participio expressa a noção de passividade, pois, no latim, os verbos no participio dispunham desse traço semântico, o que se manteve nas línguas românicas. Sendo assim, a voz passiva é uma construção verbal que também expressa a noção de passividade; enquanto a passividade é o fato de o sujeito receber a ação verbal (BECHARA, 2009, p. 183), podendo ser representada, sintaticamente, por uma voz ativa ou passiva.

## 2.2 A CARACTERIZAÇÃO DA PASSIVA

A caracterização da forma de uma passiva não é consensual na linguística, dado que os critérios adotados não condizem com a realidade de algumas línguas do mundo, como é o caso do latim, russo, mandarim, dentre outras. Isso pode ser observado nos trabalhos sobre o assunto, como em Permutter e Postal (1977), Dutra (1981) e Keenan e Dryer (2006).

Permutter e Postal (1977), ao discutirem a caracterização das passivas no mundo com o intuito de buscar uma universalização para o fenômeno, levantam as seguintes possibilidades: a) a mudança da ordem; b) atribuição de caso; e c) a morfologia verbal.

### a) A mudança da ordem

Em relação à mudança da ordem, a explicação de Permutter e Postal (1977) baseia-se em dados de línguas que não se encaixam nas regras estabelecidas para esse tipo de construção. Um exemplo disso está na língua kru (da família nigero-congolesa), que apresenta uma formação de passiva que não altera a forma sintática. Ou seja, não é possível descrever a construção passiva a partir da comparação ativa-passiva ou passiva-ativa, pois a ordem dos constituintes permanece a mesma, conforme o par de exemplos abaixo:

- (6) a. *Tò pó slā a* (KEENAN; DRYER, 2006, p. 329)  
 Toe build house DEF  
 ‘Toe built the house’.
- b. *Ī pó slā a* (kru)  
 3PL build house DEF  
 ‘They built the house’ = ‘The house was built’.

Em (6a), a construção é ativa e, em (6b), existe a formação de uma passiva. Ao comparar essa estrutura com o português ou o inglês, percebemos que essas línguas apresentam características diferentes, posto que a ordem dos constituintes em kru não muda e o recurso utilizado é alterar o sujeito para a terceira pessoa do plural para traduzir a ideia de passiva.

#### b) Atribuição de caso

Outra característica relacionada à proposta universal é a mudança na atribuição de caso, como ocorre em línguas como o latim ou russo. Nessas línguas, a formação de uma passiva depende de uma mudança na marcação de caso do sintagma nominal e na terminação verbal, conforme o exemplo (7b) em latim:

(7) a. *Magister puereōs laudat.* (PERMULTER; POSTAL, 1977, p. 396)

Teacher<sub>NOM</sub> boys<sub>ACC</sub> praise<sub>3sg</sub>

‘The teacher praises the boys’.

A professora elogia os meninos.

b. *Puerī ā magistrō laudantur.*

Boys<sub>NOM</sub> by teacher<sub>ABL</sub> praise<sub>PASS 3PI</sub>

‘The boys are praised by the teacher’.

Os alunos são elogiados pela professora.

Em (7a), temos uma construção ativa e, em (7b), uma construção passiva. Elas se diferem quanto à marcação de caso do sintagma nominal – o acusativo da construção ativa passa a ser nominativo na passiva [*puereōs/puerī*] e o nominativo da ativa é marcado como ablativo na passiva [*magister/ magistrō*]. Isso não ocorre nas línguas como o português ou o inglês, porque tais línguas não apresentam caso morfológico explícito, as relações sintáticas são determinadas pela ordem.

Além disso, há línguas que não dispõem do caso acusativo de nenhuma forma, como acontece na língua esquimó. Vejamos (8):

(8) a. *Gimmi-p miiraq kii-va-a.* (PERMULTER; POSTAL, 1977, p. 397)

Dog<sub>ERG</sub> child<sub>ABS</sub> bite<sub>3Sg/3Sg</sub>

‘The dog bit the child’.

O cachorro mordeu a criança.

- b. *Miiraq gimmi-mik kii-tsip-puq.*  
 Child<sub>/ABS</sub> dog<sub>/INSTR</sub> bite<sub>/PASS/3Sg</sub>  
 ‘A child has been bitten by the/a dog’.  
 Uma criança foi mordida pelo cachorro.

Nessa língua, a formação de uma passiva é dependente de marca morfológica, mais especificamente, um infixo – *tsip* – como podemos observar em (8b). Além disso, o absolutivo da voz ativa, que tem a função de objeto direto em (8a), passa a sujeito na passiva, também com o mesmo caso, como em (8b).

O fato de haver línguas do sistema ergativo-absolutivo, como o tonganês ou o basco e o esquimó, que não dispõem do caso acusativo, inviabiliza, portanto, tal caracterização como universal.

#### c) A morfologia verbal

Quanto à morfologia verbal, Permultter e Postal (1977) levantam a possibilidade de uma marcação morfológica ser a solução para caracterizar a passiva, porque as línguas tendem a ter alguma marcação morfológica na formação das passivas, seja um prefixo, sufixo, infixo ou participio. Entretanto, ao observar línguas asiáticas, como o mandarim, percebe-se que a morfologia verbal não pode ser considerada para caracterizar a passiva universalmente. Vejamos os exemplos:

- (9) a. *zhǔ lǎoshi pǐyè-le wǒ-de kǎoshi.* (PERMULTTER; POSTAL, 1977, p. 398)  
 Prof. mark<sub>/ASP</sub> my test.  
 ‘Prof. Zhu marked my test’.  
 O professor Zhu marcou meu teste.
- b. *wǒ-de kǎoshi bèi Zhù lǎoshī pǐyè-le.*  
 my test by Zhu prof. mark<sub>/ASP</sub>  
 ‘My test was marked by Prof. Zhu’.  
 Meu teste foi marcado pelo professor Zhu.

Ao analisarmos as construções em (9a) e (9b) – ativa e passiva, respectivamente – verificamos que, embora haja mudança na ordem dos constituintes, não há diferença na morfologia verbal

[píyèle], o que confirma a não universalização desse recurso para a caracterização das passivas.

Devido à não universalização das características mencionadas em (a), (b) e (c), Permutter e Postal (1977) sugerem uma proposta baseada nas funções sintáticas *sujeito* e *objeto*. Primeiramente, porque a construção passiva é do tipo intransitiva, ou seja, na mudança de ativa para passiva, o verbo assume a forma intransitiva e esse comportamento parece ser universal nas línguas; segundo, porque essas funções sintáticas aparecem em todas as línguas, diferentemente da perspectiva da marcação de caso, que muda de língua para língua.

Dutra (1981) não tem o intuito de buscar uma característica universal para as passivas, mas chama a atenção para um fenômeno comum às relações de passivização: omissão do agente da ação verbal na posição de sujeito. De fato, esse ponto é crucial, pois, nos exemplos de línguas como o mandarim, latim, turco, entre outras, esse fenômeno está presente. Nesse caso, o apagamento do agente pode ser uma dessas características universais. No entanto, para se ter a certeza dessa afirmação, faz-se necessário investigar diferentes línguas do mundo a fim de se verificar a sua validade.

Keenan e Dryer (2006) vão na mesma direção de Dutra (1981), afirmando que a função das passivas é a de apagar o AE, isto é, o agente. Quando as passivas não apagam o AE, desloca-o à direita, sendo realizado como adjunto adverbial. Desse modo, a busca de características universais das passivas, observamos que a intransitividade e a omissão do agente aparecem nas diferentes línguas mencionadas anteriormente, conforme o mostram os autores mencionados.

### 2.3 TIPOS GENÉRICOS DE PASSIVA

As línguas do mundo apresentam diferentes comportamentos sintáticos que não se restringem à estrutura verbal, já que, a depender da estrutura sintática, sua classificação será diferenciada, como: passiva analítica ou passiva morfológica, os tipos mais encontrados nas línguas. De acordo com Keenan e Dryer (2006), as línguas não obedecem a uma estrutura padrão para formar uma passiva. Inclusive, há línguas que não dispõem de um arranjo sintático próprio para as passivas, como é o caso de engá (Nova Guiné), línguas chádicas e tamang (Nepal). No entanto, essas línguas têm uma forma para expressar a voz passiva, como, por exemplo, as línguas kru e hebraico, que utilizam a terceira pessoa do plural na posição de sujeito para

indeterminar o sujeito e, assim, representar o sentido de passiva (cf. KEENAN; DRYER, 2006, p. 329):

(10) *Tò pó slā a* (kru)  
 Toe build house DEF  
 ‘Toe built the house’.

(11) a. *Ī pó slā a* (kru)  
 3PL build house DEF  
 ‘They built the house’ = ‘The house was built’.

b. *Ganvu li et ha-mexonit* (hebraico)  
 stole(3PL) to.me DO the-car  
 ‘They stole my car.’ = ‘My car was stolen.’

Na língua kru, da família nigero-congolesa, a passiva é formada através de um recurso de gramaticalização, utilizando uma estrutura ativa com o sujeito marcado por um pronome de terceira pessoa (*Ī*), como pode ser visto em (11a), dando à estrutura uma leitura passiva. Em hebraico, em (11b), o verbo é marcado como indefinido, recurso utilizado pela 3ª pessoa do plural.

A maioria das línguas, no entanto, dispõe da passiva analítica, que tem como característica a presença de um sintagma nominal com a função semântica de paciente e a função sintática de sujeito; um verbo de ligação (auxiliar), seguido de um verbo em sua forma nominal de particípio; e a presença de um sintagma que desempenha a função de agente da passiva, normalmente, um sintagma preposicionado, que pode ser realizado ou não, como no exemplo acima em (4), repetido aqui em (12):

(12) A casa<sub>[AI]</sub> foi construída pelos engenheiros<sub>[AE]</sub>.

Por outro lado, outras línguas, como o gilbertês – falado na Micronésia –, dispõem de morfema próprio – *aki* – para formar as construções passivas. Vejamos os exemplos (13) e (14) de Keenan e Dryer (2006, p. 327):

- (13) a. *Ei kamate-aj te naetaj<sub>[AI]</sub> te moai<sub>[AE]</sub>* (gilbertês)  
it kill-it the snake the chicken
- b. O frango<sub>[AE]</sub> matou a cobra<sub>[AI]</sub>. (português)
- c. The chicken<sub>[AE]</sub> killed the snake<sub>[AI]</sub>. (inglês)
- d. *Cal<sub>[AE]</sub> pa? mpon<sub>[AI]</sub>* (sre)  
wind open door  
'The wind opened the door'.
- (14) a. *Ej kamate-aki te naetaj<sub>[AI]</sub> iroun te moai<sub>[AE]</sub>* (gilbertês)  
It kill-PASS the snake by the chicken  
'A cobra foi morta pelo frango'.
- b. A cobra<sub>[AI]</sub> a foi morta pelo frango<sub>[AE]</sub> (português)
- c. The snake<sub>[AI]</sub> was killed by the chicken<sub>[AE]</sub> (inglês)
- d. *Mpon<sub>[AI]</sub> gə-pa? mə cal<sub>[AE]</sub>* (sre)  
door PASS-open by wind  
'The door was opened by the wind.'

Ao comparar as formas ativas em (13) e as passivas em (14), vê-se que há uma marcação morfológica ou uma reestruturação na disposição dos sintagmas para diferenciar a ativa da passiva. Em (13a), temos uma construção da língua gilbertês (Micronésia), em que o morfema *-a* marca a construção ativa. O mesmo deve ser realizado tanto no verbo quanto no AI, enquanto o AE tem uma correferência com o pronome *E* (it), sujeito, figurado no início da sentença. Outras línguas – português, inglês e sre – apresentam a seguinte ordem: o AE é realizado à esquerda do verbo, posição canônica para o sujeito dessas línguas, e o AI fica à direita do predicador verbal, conforme os respectivos exemplos em (13b,c,d).

Em oposição às ativas, as construções passivas sofrem reestruturação morfossintática – em línguas como o português e o inglês –, ou recebem a marcação de correferência dos argumentos, seguida de um morfema específico no verbo, para apresentar uma leitura passiva em línguas como o gilbertês e sre. Em (14a), o AI, dessa vez, está ligado ao pronome *E* (it), e o AE ligado ao morfema *-aki*, específico de passiva nessa língua. Quanto ao português e ao inglês, em (13b,c), o AI é alçado à esquerda do predicador verbal, auxiliar (ser) + particípio, e o AE pode figurar à direita do verbo, podendo ser introduzido pela preposição *por*. Em (14d),

na língua sre – falada no Vietnã –, tem-se um morfema *gə-*, prefixado ao verbo, para marcar a passiva.

Essas construções, em (14), são conhecidas por algumas nomenclaturas<sup>6</sup> como passiva básica (KEENAN; DRYER, 2006), passiva de particípio (MARTINS; NUNES, 2016) e passiva analítica (nas gramáticas tradicionais).

Keenan e Dryer (2006), ao formularem uma escala de ocorrência de passivas nas línguas, afirmam que, se uma língua dispõe de apenas um tipo de passiva, este será a passiva analítica. Mas, se a língua tiver outros tipos de passiva, obrigatoriamente terá a analítica.

É interessante notar que podemos expressar a noção de passiva nas línguas, porém muitas não desenvolveram uma estrutura sintática própria para as passivas ou uma marca morfológica para expressar tal conteúdo semântico, mas utilizam algum processo gramatical para suprir essa demanda linguística, como é o caso de indeterminar o sujeito com um pronome de terceira pessoa do plural.

## 2.4 PASSIVA DE SE

Além da passiva analítica, algumas línguas também fazem uso da passiva pronominal ou passiva de *se*<sup>7</sup>, que, como o próprio nome sugere, apresenta em sua construção um pronome *se* (português e francês) ou *sja* (russo).

Para além da presença do pronome, os verbos dessas construções são transitivos acusativos e há um sintagma nominal à direita que mantém concordância com o verbo, conforme os exemplos abaixo:

(15) a. Alugam-*se*<sub>[AE]</sub> casas<sub>[AI]</sub>. (português)

b. *Doma*<sub>[AI]</sub> *strojat-sja* (*rabočimi*)<sub>[AE]</sub>. (russo) (KEENAN; DRYER, 2006, p.334)  
Houses build-REFL workers.INSTR  
'Houses are built by workers'.

<sup>6</sup> Não detalharemos as nomenclaturas neste trabalho, visto que nosso foco não centra-se na passiva pronominal.

<sup>7</sup> Há também diferentes nomenclaturas para essas construções, como passiva pronominal ou sintética (DUARTE, 2003) e passiva de SE (MARTINS; NUNES, 2016).

- c. *Ce poème<sub>[AI]</sub> s'est lu hier pendant la fête (\*par Marie<sub>[AE]</sub>)* (francês) (MEDOVÁ, 2009, p. 40)  
 This poem REFL'is read yesterday during the party (by Mary)  
 'The poem was read during the party yesterday'

Em (15a), sintaticamente, o núcleo verbal *alugar* seleciona um sintagma nominal na posição de AI e o *se* absorve o papel temático do AE e o caso acusativo (cf. NUNES, 1991). Em (15b), um exemplo do russo, há o alçamento do AI à esquerda do verbo, como acontece na passiva analítica, a presença do *sja* – clítico reflexivo-passivo, que marca a passiva pronominal e, diferentemente da construção em português<sup>8</sup>, o agente da passiva pode ser realizado à direita do verbo, carregando o traço semântico de instrumento. No francês, em (15c), observamos que também há a presença do clítico *se* para absorver os traços do AE, marcando também a voz passiva na construção. Nessa língua, assim como no português, não é possível realizar o agente da passiva.

A passiva pronominal, na variante europeia do português, é realizada juntamente com a passiva analítica. Os falantes mantiveram essas duas construções, que como já vimos, aparecem em muitas línguas, sejam elas românicas ou não. Um dos fatores para a manutenção da passiva pronominal no Português Europeu – PE se deve à concordância forte dessa língua, que é uma característica principal para sua formação sintática – a concordância entre o AI<sub>sujeito</sub> e o verbo. Essa característica é fundamental porque a ausência de concordância entre o verbo e o AI<sub>sujeito</sub> é própria de outra construção, conhecida na literatura como indeterminadora. Essas duas construções são realizadas no PE naturalmente, isto é, os falantes produzem tanto a passiva pronominal quanto a construção indeterminadora em contextos naturais de fala (NUNES, 1991).

Distintivamente do PE, Nunes (1991) aponta que a passiva pronominal só sobrevive no PB devido à formação escolar tradicional, que se baseia na variante europeia, já que os brasileiros restringem a utilização dessa forma apenas à escrita formal. De acordo com o autor, isso ocorre porque a passiva pronominal e a construção indeterminadora estiveram em concorrência durante o percurso histórico e esta última acabou suplantando a passiva pronominal no PB. Abaixo temos alguns exemplos desses dois tipos de estrutura:

---

<sup>8</sup> Martins (2005, p. 4) destaca que, no português clássico, as passivas pronominais realizavam o agente da passiva, o que se perdeu na história da língua.

- (16) a. Compram-se livros velhos.  
 b. Livros velhos compram-se.

- (17) a. Compra-se livros velhos.  
 b. Aluga-se suítes.

Os exemplos em (16) e (17) são classificados como passiva pronominal e construção indeterminadora, respectivamente. Os exemplos em (16) são passivas pronominais porque há concordância de número entre o verbo e o AI, que está exercendo a função de sujeito da oração. Os exemplos em (17), por não apresentarem concordância entre esses dois elementos, resultam em uma construção de sujeito indeterminado, visto que o AI está exercendo a função de objeto direto.

Alguns autores, como Raposo e Uriagereka (1996), questionam a passividade da passiva pronominal, pelo menos com relação ao português contemporâneo. Eles trazem algumas razões que fazem muitos acreditarem que o DP acusativo, quando movido de sua posição *in situ* para a esquerda do verbo, como em (16b), esteja em Spec, T. Primeiramente, eles apontam para o fato de o DP encontrar-se à esquerda do verbo, posição canônica para os sujeitos nas línguas românicas. O segundo motivo é que o DP pode ser nulo, conforme o exemplo em (18):

- (18)  $ec_{[AE]}$  **leram** no ano passado.

Esse exemplo aponta para a possibilidade de DP nulo, pois se assemelha com as propriedades de apagamento dos sujeitos, o que não é verdade. Para provar isso, os autores apresentam três testes<sup>9</sup>:

- a) em sentenças infinitivas complementos de predicados adjetivos, um sujeito lexical pode ocupar a posição pré-verbal, tanto numa sentença ativa quanto passiva (cf. 19):

- (19) a. Vai ser difícil os tribunais $_{[AE]}$  **aceitarem** os documentos $_{[AI]}$ .  
 b. Vai ser difícil os documentos $_{[AI]}$  **serem aceites**.

<sup>9</sup> Os exemplos de 19 a 21 são os mesmos dos testes propostos por Raposo e Uriagereka (1996, p. 754-756)

b) nas construções com *se*-passivo, o DP só pode ocupar a posição pós-verbal, e não pré-verbal (cf. 21), o que pode indicar que esse DP não está na posição de sujeito:

(20) a. Vai ser difícil **aceitarem**-se os documentos<sub>[AI]</sub>.

b. \* Vai ser difícil os documentos<sub>[AI]</sub> **aceitarem**-se.

O que se pode observar é que o DP das construções de *se*-passivo é mais restrito quanto às infinitivas complementos de predicados adjetivos, só podendo ocorrer na posição de objeto, ou seja, à direita do verbo. Caso o DP seja movido para a posição pré-verbal, a sentença torna-se agramatical (20b);

c) a assimetria que existe na construção com *se*-passivo nas sentenças infinitivas desaparece nas encaixadas finitas. Os exemplos em (21) indicam que é possível o DP aparecer numa posição pré-verbal na passiva, enquanto na construção com *se*-passivo, o DP só pode figurar a posição à direita:

(21) a. Vai ser difícil que os documentos<sub>[AI]</sub> **sejam aceites**.

b. \*Vai ser difícil que se **aceitem** os documentos<sub>[AI]</sub>.

No entanto, Raposo e Uriagereka (1996) mostram que, em sentenças encaixadas, é possível a presença de um tópico, somente em sentenças finitas, e não em encaixadas infinitivas, como mostram os exemplos em (22):

(22) a. Vai ser difícil que esses documentos<sub>[AI]</sub>, o tribunal<sub>[AE]</sub> (os) possa aceitar.

b. \* Vai ser difícil esses documentos<sub>[AI]</sub>, os tribunais<sub>[AE]</sub> **aceitarem(-nos)**.

Ao testar DPs com sentenças finitas complementos de predicados adjetivos, percebe-se que, em (22), a posição pré e pós-verbal são licenciadas. Em (22b), os autores constataam a restrição da presença de um tópico com infinitivas, mas permitida com o CP desenvolvido em (22a).

Dessa maneira, vimos que os autores fizeram testes sintáticos para mostrar que as passivas analíticas e as passivas pronominais apresentam comportamentos distintos quanto à posição

argumental, apontando para o fato de que o segundo tipo de passiva perdeu seu traço de passividade, se aproximando das construções ativas no português contemporâneo.

Tendo em vista os argumentos dos autores com base em posição argumental do AI, outro estudo apresenta mais evidências de que as passivas pronominais não são mais construções passivas, conforme a discussão de Martins (2005), que questiona como explicar a agramaticalidade do exemplo abaixo em (23) ao se assumir a passividade dessas construções:

(23) \***Vendem-se** batatas<sub>S[AI]</sub> pelos comerciantes<sub>S[AE]</sub>.

A agramaticalidade do exemplo em (23) deve-se à presença do agente da passiva na construção. Sendo assim, a construção com *se* seria uma ativa (cf. RAPOSO; URIAGEREKA, 1996) ou, de fato, uma passiva (cf. MARTINS, 2005)?

Raposo e Uriagereka (1996) argumentam que a construção em (23) é uma construção ativa, com o *se* sendo analisado como indefinido, não mais como pronomes apassivador. Nessa mesma linha, Martins (2005) acredita que a sentença em (23) era uma passiva no português clássico, por admitir a presença de um agente da passiva. Com o passar do tempo, essa construção passou por uma reanálise gramatical, sendo considerada uma construção indefinida, isto quer dizer que a autora concorda que a passiva pronominal perdeu, diacronicamente, a passividade do português clássico para o moderno, tornando-se então uma construção indefinida, após o processo de reanálise.

Martins (2005), no entanto, discorda da análise dos autores quanto à marcação do caso do *se*, embora concorde em um quesito: o caso nominativo no português não é atribuído apenas por TP, mas também por  $\Sigma$  – uma categoria funcional, que, assim como TP, também atribui caso nominativo –. Essas duas posições, porém, não podem ser ativadas simultaneamente no português *standard* porque este não licencia o duplo sujeito, permitindo apenas uma posição para o sujeito. Diferente do que ocorre nas regiões insulares de Portugal, como em Madeira e Porto Santo, em que é possível a ativação das duas posições para o sujeito e, conseqüentemente, há a possibilidade de duplo sujeito, como no exemplo abaixo:

(24) Não sabem o que a gente se passámos aí (MARTINS, 2005, p.18)

Segundo Martins (2005, p.18), *a gente* é o pronome mais comum que se associa ao *se* nas sentenças com sujeito duplo, devido ao fato de esses dois pronomes serem indefinidos. Dito isto, em (24), existem duas posições de sujeito ativadas: o primeiro – uma posição mais alta na estrutura estaria em  $\Sigma$  e o *se*, segundo sujeito, em TP.

O fato de essas construções não permitirem um sintagma preposicionado, com função de agente da passiva, é um critério adotado por Martins (2005) para a manutenção da ideia de que as passivas pronominais se tornaram construções indefinidas. Mas, semanticamente, podemos ter uma interpretação que nos leva a pensar na ideia de passividade, em razão de o sujeito não ser o agente – no sentido de não ser o responsável pela ação verbal.

Martins (2005, p. 4) ainda cita um exemplo do português clássico (PC) que trata da presença de um agente da passiva na passiva pronominal:

(25) **Vendem-se** a bom preço pelo produto<sub>[AE]</sub><sup>10</sup>. [PC/PB\*/PE\*]

A marcação de agramaticalidade no exemplo em (25) diz respeito ao português contemporâneo, já que, no português clássico, essa construção era atestada com a presença de um agente na passiva pronominal. Isso levou a autora a afirmar que a presença/ausência do agente da passiva é um critério decisivo para se considerar uma leitura passiva, ou seja, se a construção não mais permite a recuperação do agente da passiva, perde seu caráter passivo. Dessa forma, as construções chamadas de passiva pronominal são na verdade construções indefinidas, justamente porque o português contemporâneo não permite a recuperação do agente da passiva, assim como o faz a passiva analítica. Como no português contemporâneo essa construção é agramatical, *Vendem-se a bom preço* passa a ser considerada uma construção indefinida, perdendo a noção de passiva.

---

<sup>10</sup> A inserção de “as batatas” no exemplo em (25) é nossa. Isso foi feito porque, se considerarmos a sentença em (25) sem tal inserção, não seria um caso de passiva, visto que “a bom preço” não é AI, mas um adjunto adverbial. Acreditamos que o exemplo no texto de Martins (2005, p. 4) não contém o AI por erro de digitação, pois na tradução do exemplo para o inglês, há a presença de “the potatoes” (as batatas), conforme observado nos exemplos da autora em (4):

(3) \*Vendem-se a bom preço pelo produtor  
sell-3PL-SE at good price by-the producer

(4) São vendidas a bom preço pelo produtor  
are sold at good price by-the producer  
‘**The potatoes** are sold at a good price by the producer’ (grifo nosso)

O que levou a mudança do português clássico para o português moderno quanto à presença desse sintagma preposicionado é discutível, mas Martins observou que Naro (1976) fez uma interpretação desse fato ao dizer que o exemplo em (25) era uma passiva pronominal no português clássico, mas, ao final da Idade Média, essa construção passou por um processo de reanálise, do qual conseguiu sobreviver. Na verdade, para Naro, as duas construções sobrevivem no português – tanto a passiva pronominal quanto a construção indefinida<sup>11</sup>.

Martins (2005) também buscou as ideias trazidas por Lapesa (1981, 2000), que apresenta os dados das construções de *se* no espanhol, afirmando que elas passaram por um processo de reanálise e são consideradas no espanhol moderno como ativas, inclusive a construção indeterminada. Para sustentar seu posicionamento, o autor diz que o fato de o objeto direto dessas construções carregar a preposição *a* indica que não é uma passiva, como mostra Martins (2005, p. 8) no exemplo de Lapesa:

- (26) *si se diessen por inhábiles a los que se juzgan capaces de tan alto ministerio.*  
 if SE would-give-3PL for incapable to the-ones that SE judge-3PL able of so high ministry.  
 ‘If we could discredit those who think themselves capable of such a high mission’.  
 ‘Se pudéssemos desacreditar naqueles que se consideram capazes de uma missão tão alta’.

Esse posicionamento difere de Naro (1976), que assume a diferença entre as construções de *se* com concordância e sem concordância como sendo formas em competição – a primeira uma forma passiva e a segunda sendo uma forma indeterminada, ou seja, as duas construções ainda existem na língua, principalmente no PE, por terem sobrevivido ao processo de reanálise.

Seguindo com a distinção entre a passiva analítica e a passiva pronominal, Martins e Nunes (2016) trouxeram um contraste entre essas duas construções para mostrar que ambas partilham algumas propriedades, mas que também se diferenciam entre outras, conforme se pode verificar no quadro a seguir:

---

<sup>11</sup> A passiva pronominal não se mantém na variante brasileira do português (cf. NUNES, 1991). Seu uso ocorre devido à pressão escolar, que toma como base a variante europeia como padrão de ensino.

Quadro 01: Quadro comparativo entre a passiva analítica e pronominal

<b>PASSIVA ANALÍTICA</b>	<b>PASSIVA PRONOMINAL</b>
O AI pode se mover para posição de sujeito;	
Não permitem a atribuição de caso acusativo no AI;	
Construção acusativa, biargumental;	Construção inacusativa, monoargumental;
Permite expressar o AE introduzido por um PP;	Não permite expressar o AE;
O AE, expresso ou não, pode ser interpretado como [+ humano] ou [- humano];	A interpretação do AE, não realizado, só pode ser [+ humano];
O verbo é conjugado em qualquer pessoa.	O verbo deve ser conjugado na 3ª pessoa.

Fonte: Quadro criado pelo autor.

Essas propriedades mostram que há diferenças significativas na estrutura sintática, pois a presença de um agente da passiva na passiva pronominal torna a sentença agramatical, enquanto, na passiva analítica, a realização ou não desse sintagma mantém a gramaticalidade da sentença. O mesmo acontece na relação semântica do AE, não possível na passiva pronominal, mas que, na passiva analítica, pode ter o traço [+ humano] ou [- humano].

Martins e Nunes (2016) também se apoiaram nos argumentos de Raposo e Uriagereka (1996), como já apresentado acima, para indicar que a passiva pronominal não é uma estrutura que carrega a noção de passividade. Essa noção foi perdida na história da língua e a evidência apontada por Martins e Nunes (2016) foi uma impossibilidade sintática de representação do agente da passiva, por conta disso, a construção passaria a ser uma construção ativa. Segundo eles, as passivas têm a característica de apagar o AE, mas este pode ser recuperado, caso o falante necessite representá-lo no discurso. Esse fato pode ser observado nas passivas analíticas, mas não na pronominal. Essa análise pode ser validada pelos argumentos já apresentados por Martins (2005) ao enfatizar que, no português clássico, as passivas pronominais tinham a possibilidade de representar o AE na estrutura sintática.

## 2.5 SÍNTESE

Neste capítulo, observamos que a caracterização das passivas não é tão simples de ser resolvida, dado que critérios puramente sintáticos, morfossintáticos ou por atribuição de caso nominativo não dão conta de uma caracterização universal, porque as línguas têm diferentes

comportamentos na formação desse tipo de estrutura. Uma alternativa apresentada por Perlmutter e Postal (1977) foi a de centrar-se nas funções sintáticas de sujeito e objeto direto, uma vez que essas funções estão disponíveis nas diversas línguas do mundo; e da intransitivização, fato que ocorre na formação da passiva.

Outra caracterização importante para as passivas foi a de que a omissão do agente na posição de sujeito ocorre nas diversas línguas do mundo. Dutra (1981) mostrou que essa é a principal característica das construções passivas, com o que concordam Keenan e Dryer (2006).

Além disso, Keenan e Dryer (2006) apontaram para o fato de algumas línguas do mundo não possuírem a voz passiva, o que não quer dizer que essas línguas não tenham como expressar esse valor semântico. O recurso seria utilizar o pronome de terceira pessoa na posição de sujeito, já que esses pronomes têm referência nula nessas línguas.

Ao analisar a voz passiva, o conceito de passividade se mostrou bastante relevante, pois não são termos sinônimos, podendo o conceito semântico de passividade ser realizado em construções ativas ou na própria voz passiva. Para diferir essas duas terminologias, foi associada a noção puramente semântica à passividade e a estrutura sintática à voz passiva, que também detém a passividade.

Outro tipo de passiva discutido foi a passiva pronominal, pois autores como Raposo e Uriagereka (1996) e Martins (2005) discutem que não há mais passiva de *se* – ou passiva pronominal – no português contemporâneo, já que não é mais possível realizar sintaticamente o agente da passiva, característica indispensável, na visão de Martins (2005). A autora pontua essa questão porque no português clássico era possível realizar esse agente da passiva, o que a levou a considerar as atuais passivas pronominais como uma construção indefinida.

A presença de um agente da passiva não pode ser um fator determinante para tal análise. Para isso, consideramos a proposta de Dutra (1981), de que a característica principal das passivas é a de omitir o agente da ação verbal. Além disso, não podemos sempre fazer a comparação entre passiva analítica e passiva pronominal, pois ambas não compartilham todas as características – são diferentes recursos sintáticos dentro das línguas que os possuem. A noção de passividade, como colocada neste capítulo, é uma questão semântica, e não estrutural, posto que a passividade não se detém à voz passiva.

### CAPÍTULO 3

#### A CONSTRUÇÃO MÉDIA: REVISÃO DE LITERATURA

No capítulo 2, analisamos as características pertinentes às construções passivas, visto que as construções médias são associadas a elas, por apresentar alguns de seus traços, como o apagamento do AE e o deslocamento do AI à esquerda para receber o caso nominativo, conforme os exemplos em (1):

- (1) a. A porta<sub>[AI]</sub> foi aberta.  
 b. A porta<sub>[AI]</sub> foi aberta pelo professor<sub>[AE]</sub>.  
 c. A OLX<sub>[AE]</sub> vende quatro coisas<sub>[AI]</sub> a cada um minuto.  
 d. A cada um minuto, quatro coisas<sub>[AI]</sub> vendem.  
 e. \*A cada um minuto, quatro coisas<sub>[AI]</sub> vendem pela OLX<sub>[AE]</sub>.

Nos exemplos em (1), temos duas construções passivas em (1a) e (1b), uma construção transitiva em (1c) e uma construção média em (1d) e (1e). Ao comparar as duas primeiras sentenças, verificamos que uma característica das passivas é apenas realizar um AI na posição de sujeito, embora o AE ainda possa ser recuperado através de um PP, como pode ser observado em (1b), na passiva analítica. A formação de uma construção média segue a mesma característica das passivas em realizar apenas o AI na posição de sujeito, mas diverge desta na recuperação do AE, que, conforme (1e) é agramatical. Essa divergência revela que essas construções são, na verdade, fenômenos diferentes.

Sendo assim, veremos que a construção média é uma estrutura originária das línguas clássicas<sup>12</sup> – latim e grego – e que ampliou seu domínio nas línguas românicas, germânicas, etc., como aponta Kemmer (1994). Contudo, essa construção ainda não é bem caracterizada nas línguas, de modo que há diversas classificações para o mesmo fenômeno, como poderemos conferir nos exemplos abaixo:

---

<sup>12</sup> A voz média é considerada uma categoria flexional das línguas clássicas, que tinha como característica uma função semântica bem definida, a afetação do sujeito ou de seus interesses, conforme Lyons (1979).

- (2) João virou-se. (CAMACHO, 2003, p. 102)
- (3) Os trabalhos bons corrigem-se com mais prazer. (Inês DUARTE, 2003, p. 536)
- (4) Esse livro lê facilmente<sup>13</sup>. (LEKAKOU, 2005, p. 138)
- (6) O navio afundou<sup>14</sup>. (KEENAN; DRYER, 2006, p. 22)
- (6) Vasos (se) quebram facilmente. (CIRÍACO, 2011, p. 157)

Ao analisar os exemplos de (2) a (6), podemos observar que não se trata de um mesmo fenômeno, embora muitos autores apresentem uma terminologia em comum. É imprescindível discutir a análise desses autores para compreender a classificação como média e apresentar o que estamos considerando como uma construção média. Para isso, discutiremos abaixo as classificações de Camacho (2003), Inês Duarte (2003), Lekakou (2005), Keenan e Dryer (2006) e Ciríaco (2011).

### 3.1 CAMACHO (2003)

Camacho (2003) fez um estudo sobre a voz média para confirmar a existência desse fenômeno no português contemporâneo. Ele toma como base a afetação do sujeito como ponto de partida: se o sujeito de uma oração for não-afetado, a construção será considerada uma voz ativa. No entanto, caso o sujeito seja afetado pela ação verbal, a construção será classificada como uma voz média. Consideremos os exemplos em (7) e (8):

- (7) Eles se vêem **a si mesmos** no espelho. (CAMACHO, 2003, p. 95)
- (8) João se levantou. (CAMACHO, 2003, p. 99)

Em (7), Camacho (2003) afirma haver um típico exemplo de voz reflexiva não ambígua, justamente, por causa da inserção do sintagma preposicionado – SP em destaque, que é um recurso utilizado para desfazer a ambiguidade das construções reflexivas ou médias. Já em (8), a ação parte do iniciador *João*, que também sofre a ação exercida, justificando uma interpretação medial, com base na afetação do sujeito.

<sup>13</sup> “This book reads easily” no original.

<sup>14</sup> “The ship sank” no original.

O critério estabelecido para uma leitura média é o da afetação do sujeito, que é levado em conta porque essa característica era bem delineada nas línguas clássicas, o que para o autor também ocorre no português. Para Camacho (2003, p. 93), a voz média:

[...] corresponde sintaticamente a uma construção em que à forma do verbo na voz ativa se acrescenta um pronome adverbial átono, referente à pessoa do sujeito, e a função semântica que veicula a de uma integração no estado de coisas que dele parte.

Frisa-se a necessidade de a voz média estar na voz ativa, não passiva, diferenciando-se apenas do ponto de vista semântico. A estrutura é de uma voz ativa porque a voz média tem parentesco com a voz reflexiva, que também é formada na voz ativa. Como essas duas construções são semelhantes e estruturam-se da mesma forma, é preciso que algo as diferencie. Por conseguinte, a noção semântica delas é diferente, pois na voz reflexiva as ações partem de uma instância A para outra, o pronome *se*, que apresenta o mesmo referente de A. Quanto à voz média, o ponto de partida e ponto final são iguais, o sujeito desempenhará uma ação que o afetará, e o *se* não receberá a ação do sujeito, como na reflexiva, pois o *se* da voz média é uma marcação morfológica.

Com a finalidade de diferenciar uma sentença reflexiva da medial, o autor utiliza um par de sentenças (exemplo 28 no original) com o mesmo verbo, argumentando que o verbo *machucar* não acarreta controle e, por isso, é ambíguo quanto a uma interpretação do tipo reflexiva ou medial. Logo, o exemplo em (9) tem uma interpretação reflexiva, enquanto em (10) a interpretação é medial:

(9) João se **machucou** gravemente para ganhar o seguro. (CAMACHO, 2003, p. 112)

(10) João se **machucou** gravemente podando a grama. (CAMACHO, 2003, p. 112)

No que diz respeito à questão flexional, que aparecia nas línguas clássicas, a marcação da voz média era realizada através de elementos flexionais, como nas marcações de caso estrutural. Entretanto, no português, só há um tipo de morfema para essa função, que se refere ao pronome adverbial átono: o *se*. Essa marcação pode ser observada nas línguas clássicas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Marcadores morfológicos para a voz média nas línguas clássicas

LÍNGUAS	EXEMPLO	TRADUÇÃO
Latim	revertó- <b>r</b>	Virar-se
Grego clássico	trépe- <b>sthai</b>	
Antigo nórdico	Snúa- <b>sk</b>	

Fonte: Os exemplos para formação deste quadro foram retirados de Kemmer (1993, p. 17)

Nesse Quadro, é possível observar os morfemas flexionais *-r*, *-sthai* e *-sk* próprios das línguas clássicas – latim, grego e nórdico –, para representar a voz medial. Em português, a marcação ocorre através do clítico *se*, conforme apontado por Camacho (2003).

Além dessas questões, Camacho não ignora a semelhança entre a voz média e a reflexividade, embora desconsidere o verbo pronominal *vestir-se* como reflexivo, pois

[...] um verbo pronominal como *vestir-se* não será considerado uma instância de reflexividade, mesmo que haja um predicado causativo correspondente. A razão disso é que *vestir-se* representa uma situação de cuidado corporal, o que é por definição uma atividade própria da entidade iniciadora e/ou controladora do evento. (CAMACHO, 2003, p. 97)

Isso mostra que, quando o iniciador da ação verbal praticar uma ação que resulte uma afetação no próprio iniciador, teremos uma voz média, pois a relação semântica destaca-se das questões morfossintáticas.

Seguindo essas definições, podemos observar que há dois critérios empregados: o semântico, ao centrar-se na afetação do sujeito; e o morfossintático, já que é uma categoria flexional das línguas indo-europeias. Como Camacho (2003) não discorda da ideia de reflexividade, faz-se necessário distinguir as vozes reflexiva, recíproca e média para compreendermos tais instâncias. Analisemos os exemplos abaixo:

- (11) a. Eles se vêem **a si mesmos** no espelho. (CAMACHO, 2003, p. 95)  
 b. Eles se vêem **um ao outro** no espelho.  
 c. João se levantou.

Em (11a), a construção é classificada como reflexiva porque permite a inserção do termo em destaque – *a si mesmos*, isto é, alguém vê o seu próprio reflexo no espelho. Contrário a isso, em (11b), a construção é tida como recíproca porque permite o uso de *um ao outro*, cada pessoa pode ver uma a outra no espelho. O autor aponta que ambas podem ser ambíguas sem

a presença dessas expressões. Dessa maneira, essas expressões destacadas são utilizadas como recurso para diferenciar a leitura reflexiva da recíproca, desfazendo sua ambiguidade.

Não obstante, o que nos interessa é diferenciar (11a) e (11b) da construção em (11c), classificada como voz medial, por conta de o sujeito ser iniciador – quem desencadeia a ação, além de ser afetado pela mesma, e o *se* tem o papel de marcador flexional médio. Para Camacho (2003), os verbos classificados como médios são os tipicamente pronominais<sup>15</sup>, como os de cuidado corporal (*barbear-se, lavar-se*), de movimento (*virar-se, levantar-se*), que afetam o desencadeador da ação verbal e não permitem a presença das expressões tidas como diferenciadoras da voz reflexiva e recíproca.

Em suma, vê-se que, para Camacho, a voz média é uma categoria que depende de marcação morfológica, que, no caso do português, realiza-se através dos clíticos, principalmente, o sincrético<sup>16</sup> *se*. Para além das relações morfossintáticas, o autor discute uma questão relevante para a interpretação da média, que é a relação semântica de afetação do sujeito, imprescindível para se ter uma voz média, justamente porque é a semântica que diferencia uma construção média das demais, como na reflexiva. Pudemos observar, também, que, numa análise translinguística, o inglês não usufrui de morfema flexional para representar a voz média, mas se detém a verbos tipicamente pronominais para tal formação, o que é uma evidência para a existência do domínio médio, conforme Camacho (2003).

A ideia de uma voz média no português estaria mais relacionada às vozes reflexiva e recíproca, distanciando-se do conceito de domínio médio discutido por outros autores. Outro problema nessa proposta é quanto aos exemplos, pois todos poderiam ser considerados como uma ideia reflexiva e o marcador de morfologia medial, efetivamente, são clíticos para expressar a reflexividade.

### 3.2 INÊS DUARTE (2003)

---

<sup>15</sup> Camacho afirma que os verbos pronominais do inglês seriam aqueles que admitem os pronomes reflexivos do inglês – *myself, yourself, himself*, etc.

<sup>16</sup> O termo sincrético é empregado no sentido de o clítico tomar diferentes funções na língua – reflexividade, ênfase, medial, passivo, indeterminador –, conforme o trabalho de Lazzarini-Cyrino (2015).

Diferentemente da perspectiva anterior, Inês Duarte (2003) descreve a construção média no PE a partir dos exemplos a seguir:

(12) a. A tua letra lê-se bem. (Inês DUARTE, 2003, p. 536)

b. Este tipo de tecido lava-se facilmente.

c. Os bons trabalhos corrigem-se com mais prazer.

Mediante os exemplos em (12), percebemos que se constituem do mesmo fenômeno. Segundo a autora, as construções médias caracterizam:

[...] a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa e as passivas sintáticas e de *-se*. Com efeito, os verbos que nelas ocorrem são verbos transitivos, que selecionam um AE e um AI directo, mas nestas construções apenas ocorre o argumento nominal com o papel temático interno [...] tal como acontece na variante inacusativa dos verbos de alternância causativa e nas passivas de *-se*, o papel temático externo não pode ser expresso por um constituinte do tipo sintagma *por* [...] (Inês DUARTE, 2003, p. 536)

A autora mostra que as construções médias fazem parte da família das construções inacusativas e se assemelham às passivas – analítica e pronominal. A semelhança está justamente nas propriedades comuns a essas construções, como o alçamento do AI à posição de sujeito da sentença, o tipo do verbo e a impossibilidade de recuperar o agente, possível na passiva analítica, mas não na pronominal.

Outra característica colocada como obrigatória por alguns autores para a formação da construção média é a presença de um adjunto adverbial – *facilmente, bem* – ou sintagma preposicionado com valor adverbial – *com prazer* –, ou seja, é uma condição para a boa formação dessas construções, segundo a autora.

Morfologicamente, o clítico *-se* é necessário, visto que o mesmo tem a função de representar a eliminação do AE por ser um marcador morfológico das construções médias. Inês Duarte (2003, p. 538), entretanto, apresenta argumentos em favor, também, de sua ausência, ao reconhecer que há dados de construção média que não levam o acréscimo do *se*. O argumento gira em torno de línguas como o inglês que não dispõe dessa morfologia, visto apresentar uma morfologia abstrata<sup>17</sup> para a realização das médias.

<sup>17</sup> A autora não explicita o que chama de morfologia abstrata, mas dá a entender que é quando o *se* não é realizado, ou seja, estaria invisível na construção.

Em suma, Inês Duarte (2003) considera certas características morfossintáticas para a formação das construções médias, chamando a atenção para a presença obrigatória de advérbios e de uma morfologia específica média, que pode ser realizada ou abstrata. Um fator interessante é o de que o PE também dispõe da construção média, inclusive sem a presença do *se*. Outro dado a se destacar é que a autora não apresentou exemplos de construções médias sem o adjunto adverbial (cf. ex. em (12)).

### 3.3 LEKAKOU (2005)

Lekakou (2005) fez um estudo sobre o modificador *easily* (facilmente) nas construções médias do inglês para discutir a necessidade de um modificador adverbial para a boa formação destas. Sua boa formação estaria atrelada à recuperabilidade do agente implícito que essas construções carregam, ou seja, como o sujeito de uma construção média não é o agente propriamente dito, alguém realiza a ação, como nas passivas, e a função do advérbio seria justamente esta, a de recuperar tal agente.

No entanto, a autora mostra que há línguas que necessitam de advérbio na construção média, como acontece no alemão; e outras que não exigem qualquer tipo de advérbio. Isso implica dizer que as línguas que não necessitam de advérbio também precisariam recuperar o agente, mesmo que seja com outra estratégia. Vamos considerar os seguintes exemplos de voz média trazidos pela autora em (13).

- (13) a. *This book reads \*(easily)*. (inglês)  
 ‘Esse livro lê facilmente<sup>18</sup>’.
- b. *Das Buch liest sich \*(leicht)*. (alemão)  
 ‘Esse livro lê facilmente’.
- c. *This book doesn't read*. (inglês)  
 ‘Esse livro não lê’.
- d. *This silk washes*. (inglês)  
 ‘Esse tecido lava’.

---

<sup>18</sup> As glosas em português neste trabalho são de autoria própria.

Ao analisar os exemplos em (13), chamamos a atenção para a presença do advérbio em (13a) e (13b) como obrigatória – por isso o acréscimo do asterisco –, enquanto em (13c) e (13d) não foram realizados advérbios e, ainda assim, manteve-se sua gramaticalidade. Como os quatro exemplos em (13) são gramaticais, não podemos considerar a ausência do advérbio como obrigatório, caso seja, seria preciso verificar em quais contextos, visto que os dados contradizem a obrigatoriedade do advérbio para a boa formação da construção. Segundo Lekakou (2005), a presença/ausência do advérbio nas línguas pode ser explicada de duas formas: semântica e pragmaticamente.

Pelo viés semântico, a autora explica que modificadores adverbiais como *facilmente* ou *bem* têm um importante papel na construção média, pois estes são associados ao agente, posto que as relações adverbiais de facilidade estão diretamente ligadas aos humanos, que são capazes de desenvolver a ação verbal. Em (13), por exemplo, o livro só pode ser lido de forma fácil porque há algum ser que desenvolve essa leitura facilmente, ou seja, o advérbio não estaria modificando o DP<sub>paciente</sub> ou o verbo, mas sim retomando a existência de um agente implícito<sup>19</sup>.

Pragmaticamente, a explicação é norteadada em torno do conhecimento de mundo dos falantes, pois, em exemplos como em (13d), que não dispõe da presença do advérbio e ainda assim é gramatical, o contexto favoreceria essa ausência, já que a ação de lavar pressupõe um ser que desencadeia a ação. Sendo assim, o verbo traria a informação necessária para preencher a lacuna do advérbio.

Todavia, a própria autora pontua que essas propostas são problemáticas em função dos dados apresentados pela análise. Com o intuito de confirmar a gramaticalidade de construções sem a presença do advérbio, Lekakou (2005) questionou falantes britânicos e americanos, os quais afirmaram serem agramaticais os exemplos chamados de médias sem advérbio<sup>20</sup>, não sendo apenas difícil de compreender, mas também de contextualizar, o que evidencia problemas com as propostas semântica e pragmática.

Outro problema foi levantado ao analisar as médias no grego e no francês, já que são línguas que formam as médias sem a necessidade de qualquer modificador adverbial. Vejamos os exemplos de Lekakou (2005, p. 140):

<sup>19</sup> A autora ressalta que, quando fala em agente implícito, não está relacionando com a sintaxe, já que não é possível a presença de um DP<sub>agente</sub> nessas construções. O agente implícito está ligado à recuperabilidade semântica, pois é possível inferir que só seres humanos podem desenvolver as ações expressas pelo verbo.

<sup>20</sup> *Adverbless middle* no original (LEKAKOU, 2005, p. 140).

(14) a. *Cette racine se mange.* (francês)  
 essa raiz refl come  
 ‘Essa raiz se come’.

b. *To yiali anakiklonete.* (grego)  
 o vidro recicla<sub>NACT3S</sub>  
 ‘O vidro recicla’.

Como se observa em (14), não há a presença de qualquer tipo de modificador adverbial e a construção é perfeitamente gramatical. Lekakou (2005) levanta uma possível explicação de que essas duas línguas obedeceriam a diferentes princípios semânticos e pragmáticos. No entanto, logo em seguida, ela mesma refuta essa ideia, afirmando que não há evidências para chegar a tal conclusão. Então, seria necessária outra forma de análise para diferenciar o grego e o francês do alemão, por exemplo, que precisa de um advérbio, conforme vimos no exemplo em (13b). Considerem-se os exemplos em (15), também de Lekakou (2005, p. 142):

(15) a. *Afto to vivlio diavazete efxarista akomi ki apo megalus.* (grego)  
 this the book read.NACT.3S with pleasure even and by grown-ups  
 ‘This book can be read with pleasure even by grown-ups.’  
 ‘Este livro pode ser lido com prazer pelos adultos’.

b. *Ces étoffes se repassent facilement par tout le monde.* (francês)  
 these fabrics REFL iron.3P easily by all the world  
 ‘These fabrics can be ironed easily by everyone’.  
 ‘Estes tecidos podem ser passados facilmente por todos’.

Como já mencionado, a função do advérbio é a de retomar, semanticamente, o agente implícito da construção. Sendo assim, ao observarmos os exemplos em (15a), para o grego, e (15b), para o francês, percebemos a presença de um sintagma-*por*, comum às passivas analíticas; em outras palavras, o grego e o francês retomam o agente não apenas semântica, mas também sintaticamente, o que não pode ser feito em inglês, alemão ou mesmo o português, como podemos atestar abaixo:

(16) Esse livro lê facilmente *\*por todos*.

(17) *This silk washes \*by everyone.*

‘Esta seda lava *\*por todos*’.

Em (16) e (17), atestamos que tentar incluir um sintagma-*por* em exemplos de construção média do português e no inglês torna a construção agramatical, independente da presença do advérbio em (16) ou sua ausência em (17). Sendo assim, o inglês e o português não podem recuperar o agente sintaticamente, da mesma forma que não apresentam marcas de que o AE foi apagado. Curiosamente, Lekakou (2005) faz uma análise importante dos exemplos abaixo:

(18) a. *The president bribes the bureaucrats.*  
 ‘O presidente suborna os burocratas’.

b. \**Bureaucrats BRIBE!*  
 ‘Burocratas subornam’.

Se compararmos os exemplos em (18a) e (18b), percebemos que *bureaucrats* é o objeto direto do exemplo de construção transitiva em (18a), que passou a ser sujeito de uma construção média em (18b). Dessa forma, essa construção média só é gramatical se a analisarmos como um caso de apagamento do objeto, e não de alçamento de objeto direto para sujeito gramatical. Nessa análise, *bureaucrats* seria um DP<sub>agente</sub> que pode perfeitamente ocorrer nessa construção intransitiva, mas perde sua interpretação média, como aponta Lekakou (2005).

A proposta de Lekakou (2005) tem muitos pontos positivos, pois os dados de construção média são variados entre dispor de modificadores adverbiais e a omissão deles, ambos gramaticais. Isso mostra que não há uma universalização do fenômeno nas línguas, mas as que não necessitam de advérbio nas médias encontram outra maneira de recuperar o agente implícito, como foi mostrado nos exemplos referentes às línguas francesa e grega. A explicação em torno do agente implícito é forte, porque, ao avaliarmos os exemplos, chegamos à conclusão de que muitos dados tidos como agramaticais nas línguas apresentam a ausência de elementos que permitam recuperar o agente, dando a entender que sua presença é essencial.

No entanto, a autora reconhece que uma explicação semântica ou pragmática se mostra fraca, pois não tem como defender a ideia de que línguas como o grego e o francês obedecem a leis semânticas e pragmáticas, diferentemente do inglês ou alemão, já que não há evidências para mostrar isso. Essa argumentação foi melhor explicada quando foi mostrado que, na verdade, há línguas que podem recuperar o agente implícito sintaticamente, por isso dispensam o advérbio, o que não é o caso do inglês.

À parte dos dois grupos de línguas mencionados, a autora buscou explicar a gramaticalidade de construção do inglês sem a presença do advérbio, e ainda assim gramaticais, mostrando que não só o advérbio pode funcionar como elemento necessário para recuperar o agente implícito, mas que a negação ou o próprio verbo pode se encarregar disso. O que a autora não deixa claro é o motivo de verbos como *wash* (lavar) pressupor alguém que desenvolva a ação, mas não relacionou esse exemplo com *read* (ler), que também pressupõe alguém para ler, ou seja, parece que no exemplo em (13c) só a presença da negação torna a sentença gramatical.

### 3.4 KEENAN E DRYER (2006)

Keenan e Dryer (2006) se propuseram a apresentar as diferentes formas de as línguas do mundo expressarem a voz passiva, e isso inclui as construções médias, pois, para os autores, elas se assemelham às passivas, ou seja, as médias, como são chamadas pelos autores, fazem parte do domínio passivo. Assim, foram comparados os exemplos abaixo, em (19), para diferenciá-los quanto à passiva ou média estruturalmente:

(19) a. *This ship was sunk.* (KEENAN; DRYER (2006, p. 352)  
 ‘Esse navio foi afundado’.

b. *This ship sank.*  
 ‘Esse navio afundou’.

c. *This ship was sunk by the enemies.*  
 ‘Esse navio foi afundado pelos inimigos’.

d. *This ship sank \*by the enemy.*  
 ‘Esse navio afundou \*pelos inimigos’.

Em (19a), temos uma passiva do tipo analítica, identificada pela locução verbal, e em (19b), com uma estrutura ativa, uma construção que os autores chamam de média. Todavia, no que diz respeito à estrutura verbal, não são apenas essas características que as diferenciam, mas também a gramaticalidade delas quanto à realização do agente, como pode ser visto em (19c) e (19d). Percebe-se que apenas a passiva admite tanto a ausência quanto a presença do agente. A construção média, do contrário, não permite a realização de um agente, característica fundamental nessa análise, como pode ser observado em (18d), em que a inclusão de um sintagma-*por*, representando o agente, tornou a construção agramatical.

Nesse quesito, os autores chamam a atenção para o fato de as línguas do mundo representarem as passivas de diferentes formas, o que quer dizer que a presença do sintagma-*-por* não é tida como uma característica indispensável nas passivas, tanto que as passivas analíticas não precisam realizar o agente da passiva.

Nessa perspectiva, buscamos separar as médias das passivas a partir de um critério sintático-semântico, utilizando-se da estruturação sintática das construções, para diferenciá-las, e das noções semânticas quanto à atribuição de papel temático dos argumentos: as médias só dispõem de um papel temático de paciente na posição de sujeito, enquanto as passivas tanto podem representar o agente quanto o paciente simultaneamente, como pode ser observado abaixo:

(20) a. *The Jam burned*. (KEENAN; DRYER, 2006, p. 23)

‘A geleia queimou’.

b. **A geleia** foi comida por Maria.

c. *The Jam burned* \*(by Mary).

‘A geleia queimou \*(pela Maria)’.

Em (20a), os autores apresentam um exemplo do que chamam de média e especificam que, sintaticamente, essas construções só podem realizar um sintagma, que carrega o papel temático de paciente – *The Jam*<sub>paciente</sub>. Quanto ao exemplo em (20b), que diz respeito à passiva analítica, tanto o paciente quanto o agente podem ser realizados simultaneamente – *A geleia*<sub>paciente</sub> e *Maria*<sub>agente</sub> da passiva, este através de um sintagma-*-por* –, estando dois papéis temáticos disponíveis nessa construção.

O recurso sintático utilizado foi o da recuperação do agente, que, como observado, só ocorre nas próprias passivas, causando agramaticalidade nas médias, como em (20c), pois, com a inserção de um agente, a construção passa a ser agramatical. Após essa análise, os autores chegam à conclusão de que, se uma língua permite que a passiva recupere o agente através de um sintagma-*-por*, o mesmo não poderá ocorrer na média.

Para intensificar as diferenças entre passiva e média, os autores chamam a atenção para a morfologia média, disponível em algumas línguas, mas não em outras, como o inglês, por exemplo. Geralmente, algumas línguas utilizam a mesma marcação encontrada nas passivas,

como é o caso do uso do pronome *se*, também presente nas passivas pronominais e nas médias. Os exemplos abaixo do espanhol evidenciam isso:

(21) a. *Se cumplieron las promesas.* (KEENAN; DRYER, 2006, p. 23)

REFL fulfill.PAST.3PL the promises  
REFLEXIVO cumplir.PASSADO.3ªPlural as promessas  
'As promessas foram cumpridas'.

b. *Las camisas de algodón se lavan fácilmente.* (KEMPCHINSKY, 2004, p. 240)

as camisas de algodão se lavam facilmente  
'As camisas de algodão lavam facilmente'

Em (21), o pronome *se* é um marcador utilizado nas passivas pronominais e nas médias, como neste caso do espanhol, que também representa uma construção média em (21b), pois, para os autores, as diferenças estão mais no nível sintático do que no semântico. Além do *se*, há também morfemas, como o sufixo *-ka*, da língua quíchua, que marca tanto as passivas quanto as médias, conforme (22):

(22) a. *Punku kiča-ka-rqa-n.* (KEENAN; DRYER, 2005, p. 22)

door open-MID-PAST-3PL  
porta abrir-MÉDIA-PASSADO-3ªPlural  
'A porta abriu'.

b. *čuku apa-ka-rqa-n.*

hat take-PASS-PAST-3PL  
chapéu pegar-PASSIVA-PASSADO-3ªPlural  
'O chapéu foi tirado'.

O exemplo em (22a) tem uma interpretação média porque não há uma ideia implícita de agente, diferentemente de (22b), analisada como uma passiva, por existir uma ideia implícita de agente, devido ao significado social do verbo *take*, que pressupõe a existência de um agente.

Com base na proposta de caracterização de Keenan e Dryer (2006), notamos alguns problemas. O primeiro tem a ver com os exemplos classificados como de construção média, que, normalmente, são descritos como ergativos. Outro fator é a relação com as passivas, visto que os autores só fazem menções sintáticas, desconsiderando uma importante característica das médias, que diz respeito às noções semânticas de genericidade e estatividade. Afinal, apenas o caráter sintático não consegue estabelecer as diferenças entre a passiva e a construção média, conforme será explorado no capítulo 5.

Um ponto positivo da proposta é a de que não é possível recuperar o agente na construção média sintaticamente, como já apresentado por McConnell-Ginet (1994) e Lekakou (2005), até porque os autores aqui só partem de análises sintáticas. Ademais, as construções médias realmente partilham características com as passivas, como o apagamento do AE e o alçamento do AI à posição de sujeito, conforme mencionado por Keenan e Dryer (2006), ao postularem a impossibilidade de se representar um agente no nível sintático das médias.

### 3.5 CIRÍACO (2011)

Ciríaco (2011) analisa as construções médias, enfatizando sua importância na língua, em razão de apresentarem forma e significados próprios. A forma da medial seria a seguinte, segundo a autora:

#### (23) Sujeito (se) V modificador

Assim sendo, a forma de uma estrutura medial seria um sujeito – normalmente paciente –, um verbo transitivo, um modificador – normalmente adverbial – e a presença do *se* como facultativo, por isso apareceu na estrutura entre parênteses. Essa estrutura em (23) é própria das construções médias, como no exemplo em (24):

#### (24) Vasos (se) quebram facilmente.

Ciríaco (2011) mostra que a estrutura sintática em (24) deve ser associada à semântica específica das mediais, ou seja, o participante da ação é *vasos*, o qual tem a propriedade de passar pelo processo da ação verbal, ou seja, de se quebrar. Essa propriedade é a característica mais importante das expressões mediais. Com isso, outro fator está ligado à medial, o fato de serem construções genéricas, o que quer dizer que não é a ação do verbo que importa, mas sim sua ligação com o participante da ação. Para explicitar melhor essa diferença, a autora se vale do exemplo abaixo:

#### (25) Vizinho ajuda muito/facilmente.

Em (25), temos um tipo de construção genérica que, no entanto, não faz parte do domínio medial. Isso porque a ação é designada pelo verbo, não pelo resultado advindo dele, resultado na quebra de propriedades da construção em questão. O motivo de isso acontecer é porque a construção média só se realiza como um todo, sintaxe e semântica, não se restringindo a partes, como o advérbio, o verbo ou o participante.

Ciríaco (2011) também repara que há estudos que relacionam a construção média com a interpretação genérica associada à recuperabilidade do agente e ao modificador adverbial, fatores condicionantes para a boa formação da construção. Mas argumenta que, apesar de ser uma leitura plausível de interpretação para as médias, a relação é repartida, ou melhor, é dependente do advérbio que acompanha a construção, podendo comprometer a análise. Isso ocorre porque alguns advérbios são orientados apenas para a ação do verbo, o que é incompatível com a interpretação medial, como em (26):

(26) a. Roupa branca se lava com cuidado. (CIRÍACO, 2011, p. 159)

No exemplo em (26), o adjunto adverbial impossibilita uma leitura média, pois está orientado apenas para a ação. Neste caso, a interpretação seria a de *Lava-se roupas brancas com cuidado*, isto é, de uma passiva pronominal, não a de que roupa branca tem a propriedade de se lavar com cuidado. O adjunto adverbial evoca implicitamente o agente.

Mais adiante, a autora chama a atenção para uma relação semântica importante nas mediais, a de desfocalizar o agente, ou seja, o AE não pode ser realizado porque, do contrário, infringiria essa relação. Por conta dessa primazia, o exemplo em (27) é agramatical.

(27) Esse vidro (se) racha facilmente \*(pelo João).

A agramaticalidade não se deu pela interpretação da ação verbal, do participante ou do modificador utilizado, mas sim pela quebra de primazia da construção: a realização do agente verbal em (27) não pode ocorrer para que não se quebre a primazia semântica da construção média, que é a desfocalização do agente.

A autora frisa bastante a opcionalidade do *se* nesse tipo de construção, mas não adentra nesta questão, justamente porque isso parece estar associado a fatores diatópicos. Como não

contemplaremos essa questão, adotaremos a proposta de Ciríaco (2011) em apontar essa opcionalidade.

A proposta de Ciríaco (2011) tem uma grande importância porque abrange as relações sintáticas e semânticas da construção em questão, deixando de lado o estudo das partes internas à construção para uma visão do todo, que caracteriza uma estrutura medial. A ideia de propriedade do participante – que ocupa a posição de sujeito – em relação ao resultado da ação verbal aprofunda uma interpretação medial, diferente da perspectiva do tipo de advérbio ou do papel temático atribuído ao sujeito. Por outro lado, também traz contribuições importantes quanto ao *se*, introduzindo sua possibilidade (ou não) de realização no PB.

Todavia, essa proposta não consegue explicar construções médias sem modificadores adverbiais, como (a) *O vestido abotoa* ou (b) *Essa caneta escreve*, pois, como a própria autora coloca na estrutura básica das expressões médias em (23), o modificador é um elemento obrigatório. Consequentemente, a análise ainda não se mostra completa, abordando apenas uma parte do domínio médio.

### 3.6 UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

As propostas apresentadas partem de critérios diferentes para analisar as construções médias, embora alguns desses critérios sejam discutidos por mais de um dos autores. As discussões giram em torno de quatro fatores: (a) a nomenclatura; (b) a relação do sujeito com a ação verbal; (c) a proximidade da construção com outras já existentes; (d) a morfologia média.

#### a) A nomenclatura

Observamos que os autores usam diversas nomenclaturas para analisar as construções médias. Esse ponto tem uma grande relevância para que não se confunda com exemplos que não fazem parte do domínio médio.

Camacho (2005), à semelhança de Macambira (1978), chamou de voz média exemplos que, de modo geral, são considerados como reflexivos ou de verbos pronominais, divergindo bastante do que outros autores compreendem por construção média. A proposta do autor tem algum grau de importância porque ele associa as médias do português à voz média das línguas

clássicas, restringindo a formação das médias à marcação morfológica a partir da presença do *se*.

Keenan e Dryer (2006) também abordaram exemplos que diferem das análises de construção média. Os autores chamam de média construções analisadas na literatura como ergativas. O ponto central dessa análise foi a comparação com o sistema das línguas ergativas, mas, conforme Silva e Naves (2012), são construções diferentes, principalmente, pelo fato de as médias apresentarem restrições quanto ao aspecto verbal, o que não se aplica às ergativas<sup>21</sup>.

Duarte (2003), Lekakou (2005) e Ciríaco (2011) trazem exemplos reais de construção média e compartilham da mesma nomenclatura, mesmo Ciríaco (2011) chamando de expressão medial, não divergem do ponto de vista analítico. Dito isso, compartilhamos a nomenclatura de construção média, relacionando com as propostas apresentadas por essas três autoras.

#### b) A relação do sujeito com a ação verbal

Ciríaco (2011) intensifica uma discussão acerca da relação do sujeito com a ação verbal nas médias porque para ela o sujeito é parte integrante das expressões mediais e sua maior característica é a de ter a propriedade de passar pelo processo da ação verbal, ou seja, a ação verbal não pode determinar sua ação para o sujeito, pois a propriedade de passar pelo processo está intrínseca à construção como um todo.

A maioria das análises parte da relação com o sujeito do ponto de vista temático, atestando que o sujeito que ocorre nas construções médias é marcado pelo papel temático de paciente, consoante as propostas de Duarte (2003) e Lekakou (2005). Essa relação temática é importante porque tais sujeitos não podem assumir o papel de agente, justamente porque a característica principal desse tipo de construção é a de desfocalizar o DP<sub>agente</sub>, conforme Ciríaco (2011).

#### (c) A proximidade da construção com outras já existentes

A construção média nas análises dos autores apresenta similaridade/familiaridade com outras construções já existentes nas línguas, na maioria dos casos, do ponto de vista estrutural.

---

<sup>21</sup> Esse aspecto será discutido no capítulo relacionado à propriedade semântica das construções médias.

Camacho (2005) traz uma relação da voz medial com as reflexivas/recíprocas, mostrando que elas apresentam similaridade estrutural e, inclusive, têm o mesmo marcador morfológico *se*. O autor distancia sua análise da voz passiva, mostrando que a construção medial assume uma forma ativa, tal qual a reflexiva.

Outros autores como Inês Duarte (2003), Lekakou (2005) e Keenan e Dryer (2006) relacionam as construções médias com a voz passiva. Essa relação é apontada por Inês Duarte (2003) devido ao sentido passivo que essas construções têm, além de características semelhantes, como é o caso da omissão do agente e a possibilidade de recuperar o agente semanticamente através da presença de um modificador adverbial. Lekakou (2005) também argumenta que as médias se relacionam com as passivas, inclusive do ponto de vista estrutural, apontando que o grego e o francês recuperam o agente implícito das construções médias com um sintagma-*por*, ou seja, o mesmo mecanismo utilizado pelas passivas analíticas, contrário ao mecanismo de línguas como o inglês e o alemão, que recuperam o agente pela presença do modificador adverbial ou não.

Ciríaco (2011) não aproxima as construções médias das reflexivas ou passiva, pois assume que há um estrutura própria para as médias, que se forma a partir de um conjunto de fatores que, separados, não configuram a construção estudada. Esse ponto é relevante para a análise da autora, visto que apresenta um conjunto oracional, ou seja, a estrutura é representada numa estrutura ativa, mas difere de construções ativas transitivas porque, com a supressão de qualquer elemento substancial às médias, a interpretação pode mudar, acarretando na perda da interpretação média.

Observa-se que os critérios estruturais utilizados pelos autores estão centrados em relações sintáticas, morfossintáticas, sintáticas e semânticas ou semânticas e pragmáticas. Os critérios adotados por Camacho (2003) configuram as relações morfossintáticas, em virtude de o autor relacionar a estrutura ativa como condicional para a formação da voz medial, atrelada a uma marcação morfológica. Enquanto isso, Keenan e Dryer (2006) partem de critérios estruturais, isto é, sintáticos. Os exemplos são sempre comparados às passivas, porque nesta análise ambas são equivalentes do ponto de vista da estrutura. Nesse mesmo caminho, Inês Duarte (2003) estabelece o critério morfossintático para a boa formação das médias, pois elas obedecem a uma derivação transitiva, tal qual as passivas, além de exigir certos condicionantes morfossintáticos, como é o caso da presença do *se*, seja numa língua que dispõe de morfologia média visível ou abstrata. No caso das línguas de morfologia média

abstrata, não há marcador morfológico, mas os verbos que nelas ocorrem são do tipo que aceitam um marcador reflexivo.

Lekakou (2005) implementa dois critérios que chama de fracos: semântico e pragmático. Segundo a autora, esses critérios não conseguem abarcar todos os dados obtidos, o que a leva a tomar como critério uma abordagem estrutural, mas que também se relaciona com a semântica. Este último tem um ponto central para manter a genericidade dessas construções. A abordagem estrutural da autora tem como objetivo verificar como as línguas recuperam o agente implícito das médias, mesmo quando podem ser formadas sem a presença de modificadores adverbiais.

Num caminho diferente, Ciríaco (2011) assume que as médias têm estrutura própria, ou seja, também se utilizam de um critério sintático, mas aborda uma relação mais semântica, porque a estrutura sintática deve dar conta de mecanismos semânticos bem definidos, numa relação direta entre os elementos constituintes dessas construções: um participante, que tenha a propriedade de passar pelo processo da ação verbal, e um advérbio que seja capaz de tornar essa associação participante + ação verbal possível. Vale lembrar que o advérbio não pode estar modificando a ação verbal, mas sim o conjunto oracional dessa expressão. Por fim, o critério adotado pela autora é o sintático-semântico.

Outro ponto importante na proposta de Ciríaco (2011) é quando ela mostra que uma análise baseada na recuperabilidade do agente com base na presença do modificador adverbial é pertinente, mas relembra que a expressão medial só é possível por causa da união de seus elementos estruturais e, numa análise de recuperabilidade do agente implícito, a análise deve ser repartida, podendo prejudicar a interpretação média.

#### (d) A morfologia média

O critério de morfologia média para as construções aqui estudadas é mais destacado por Camacho (2003), que acentua a necessidade de alguma marcação morfológica para marcar a medialidade. Isso ocorre porque o autor coteja o estudo da voz média com as línguas clássicas, que usufruíam de morfologia média explícita. Esse cotejo, segundo o autor, é elucidado para mostrar que o português também dispõe de uma marcação morfológica para a voz média, referindo-se ao pronome *se* como tal marcador.

De igual natureza, Inês Duarte (2003) compartilha da ideia de uma morfologia média, mas salienta que há línguas que não dispõem dessa morfologia, como é o caso do inglês. Porém argumenta em favor de que o inglês marca a morfologia média de forma abstrata. Esse posicionamento não fica claro, visto que a autora não apresenta mais explicações acerca da morfologia abstrata. Acreditamos que a pretensão dela seria a de mostrar que línguas como o português marcam morfologicamente as construções médias com o *se*, enquanto línguas como o inglês não dispõem de morfologia para marcação nas médias, ou seja, a construção média é não marcada morfologicamente.

Essa proposta se mostra considerável quando a relacionamos com a proposta de Ciríaco (2011), que também aponta para a possibilidade da presença do *se*, mas não obrigatoriedade, em construções médias, do PB. Todos os exemplos levantados pela autora trazem o *se* entre parênteses, assinalando que sua ausência não torna a construção agramatical. Vale salientar que o *se* não tem valor reflexivo ou passivo nessas construções, ou seja, poderia ser analisado como um elemento para marcar a construção média.

### 3.7 SÍNTESE

Neste capítulo, foi apresentada a construção média na literatura linguística e o problema em caracterizá-la, em razão de haver muitas propostas de análise que, geralmente, não convergem para o mesmo fenômeno. Discutimos cinco propostas de análise consideradas do domínio médio: a primeira foi a de Camacho (2003), que defende a ideia de uma morfologia média para o português; a segunda, de Inês Duarte (2003), apresentou uma breve análise do contexto médio também no português; em seguida, Lekakou (2005), que apresenta uma análise centrada na semântica e na pragmática para explicar a construção no inglês, alemão, francês e grego; a quarta análise foi baseada no trabalho de Keenan e Dryer (2006), que chamam a construção de média, mas apresentam contextos de construções ergativas, construções com certa proximidade estrutural; e, por fim, consideramos a proposta de Ciríaco (2011), com uma análise de cunho mais sintático e semântico, que defende que as construções médias têm um domínio próprio, distanciando-se das comparações com reflexivas e passiva. Ao final da apresentação das propostas, fizemos uma análise para comparar a proximidade e divergência entre os autores com relação às construções médias. Para isso, discutimos a questão da nomenclatura, que não é uniforme; a relação do sujeito com a ação verbal; a proximidade da

construção média com outras construções existentes nas línguas, como a construção ergativa; a questão da morfologia média e como esta é difundida nas línguas, que podem apresentar morfologia marcada ou abstrata.

## CAPÍTULO 4

### A SINTAXE DAS CONSTRUÇÕES MÉDIAS

Neste capítulo, exploraremos os aspectos sintáticos das construções médias e sua estrutura básica, como a transitividade do verbo e a posição do sujeito na estrutura, relacionando esse ponto com a Generalização de Burzio (1986), pois é necessário compreender a distinção do fenômeno da inacusatividade para caracterizar as construções médias. Além disso, também discutiremos a necessidade de modificadores adverbiais como parte da estrutura básica das médias, posto que alguns autores defendem essa necessidade (cf. Inês DUARTE, 2003), enquanto outros mostram que há contraexemplos que desfavorecem essa argumentação (cf. MCCONNELL-GINET, 1994). Em seguida, avaliaremos a marcação morfológica nas construções médias numa perspectiva translinguística, ponderando a discussão com o PB. Por fim, tentaremos distinguir as médias das construções ergativas, sintaticamente, em razão de serem bastante semelhantes e apresentar uma síntese deste capítulo.

#### 4.1 A ESTRUTURA SINTÁTICA DAS CONSTRUÇÕES MÉDIAS

As construções médias apresentam uma estrutura sintática muito semelhante às construções passivas, pelo fato de o AE ser apagado da estrutura e o AI ser promovido à posição de sujeito – em Spec, TP<sup>22</sup> – característica comum às passivas, como apontam McConnell-Ginet (1994) e Yang (1994). Vários fatores devem ser levados em conta para uma descrição linguística da construção média. Um deles é quanto à transitividade desses tipos de estrutura, já que apenas um argumento é realizado, sendo este o sujeito da oração. Além do mais, é preciso verificar que tipo de sujeito semântico figura em tal posição e outros elementos necessários ou não para a gramaticalidade da estrutura.

---

<sup>22</sup> Segundo Cyrino (2007, p. 108), “a leitura média ocorre quando o DP argumento interno está na posição de sujeito [Spec, IP], a – a possibilidade da sentença média sem o *se* em PB, mais uma vez, mostra que a posição do DP argumento interno é a de [Spec, IP]”.

#### 4.1.1 Transitividade

A transitividade da construção média geralmente é apontada por linguistas, como McConnell-Ginet (1994) e Yang (1994), pois acorda-se que a estrutura sintática da construção média é uma derivação de uma estrutura transitiva do verbo. Vejamos os exemplos:

(1) César **pinta** essa parede rapidinho.

(2) Essa parede **pinta** rapidinho.

No exemplo em (1), temos, claramente, uma estrutura sintática transitiva com o verbo *pintar*. *César* é o AE do verbo e *essa parede* seu AI. Em (2), que é uma construção média, o AE foi eliminado da estrutura, por motivações semânticas<sup>23</sup> e sintáticas, obrigando o AI a ser alçado à esquerda do verbo, para assim assumir a função de sujeito da oração, visto que é o único elemento que poderia desempenhar tal função. Por conta disso, Yang (1994) chama esse tipo de construção de Intransitivo derivado<sup>24</sup>, o quer dizer que o verbo tem uma forma cognata básica – a forma transitiva –, mas, por denotar um estado do verbo, forma-se como uma construção intransitiva. Vale ressaltar que o que o autor chama de intransitivo não corresponde aos típicos verbos intransitivos, os quais selecionam apenas um argumento na estrutura, sendo este o AE. No caso do exemplo em (2), a construção é chamada de intransitivo derivado porque apenas um argumento é realizado, sendo este o AI.

McConnell-Ginet (1994) explica que as construções médias são como as passivas e ergativas, por serem “pelo menos superficialmente uma contraparte intransitiva de uma relação derivacional transitiva” (p. 223). Em outras palavras, essas três construções são formadas a partir de uma forma básica, que neste caso é a estrutura transitiva, como em (1). A explicação para esse tipo de formação é o propósito de fala, por exemplo, a omissão do agente – o desencadeador da ação verbal, ou seja, um propósito semântico.

Neste mesmo caminho, Yang (1994) argumenta que o verbo que ocorre na construção média sofre uma derivação intransitiva proveniente de uma forma transitiva. Isso ocorre porque, para o autor:

<sup>23</sup> Essa questão será discutida no capítulo sobre A semântica das construções médias.

<sup>24</sup> Tradução do original *Derived Intransitive* (YANG, 1994, p. 75).

“Esses verbos são tipicamente usados para denotar eventos, dos quais sua ocorrência parece pedir a participação de um agente. Consequentemente, o participante representado na posição de sujeito, embora não seja o agente de fato, é responsável pela realização da ideia expressa pelo predicado”. (p. 76).

A ideia posta para explicar o intransitivo derivado é a de que a participação de um agente é necessária para o desencadeamento da ação, muito embora o sintagma que aparece na posição de sujeito [- animado] não seja o agente, mas sim um paciente ou tema, que é responsável pela realização expressa pelo predicado. Isso ocorre porque há uma relação direta do predicado com o sujeito da ação verbal, com isso o AI do predicado é o único elemento que pode ocupar a posição de sujeito na forma intransitiva. Observemos os exemplos abaixo:

(3) a. *He sold the foreign cars quickly.* (YANG, 1994, p. 76)

‘Ele vendeu os carros estrangeiros rapidamente’.

b. *The foreign cars sell quickly.*

‘Os carros estrangeiros vendem rapidamente’.

Em (3a), temos uma estrutura transitiva que apresenta uma ação que direciona a relação entre o sujeito e o objeto, já que os carros não poderiam se vender sozinhos. Já em (3b), como o AE foi apagado, apenas o AI pode ocupar a posição de sujeito e, consequentemente, ser o responsável pela ideia expressa pelo predicado.

Considerando a proposta de McConnell-Ginet (1994) e de Yang (1994), verificamos que a estrutura sintática das construções médias é comparada às passivas, precisamente porque há o apagamento do AE, restando apenas o AI para preencher a posição de sujeito. A relação com as passivas ocorre justamente por este fato, visto que nelas ocorre o mesmo processo de um intransitivo derivado, como apresentada pelos autores.

A proposta de Yang (1994), de relacionar a intransitivo derivado com o que também ocorre nas passivas, é plausível porque o apagamento do AE nas construções médias não implica que ele não esteja mais disponível, pois o modificador adverbial tem a função de recuperar o agente implícito. Nos casos em que o modificador não estiver presente, fatores pragmáticos, como uma contextualização, permitem a realização da construção, conforme Yang (1994).

Negrão e Viotti (2008) fazem um estudo sobre as diferentes estratégias de impessoalização no PB e discutem sobre o aumento da classe de verbos de alternância causativa<sup>25</sup> com o objetivo de mostrar que há um aumento dessa classe no PB, incluindo verbos como *dar*, que normalmente não aceitavam mudança na diátese verbal. Exploraremos a discussão das autoras porque os verbos que admitem a alternância causativa também permitem a formação de uma construção média. Isso não quer dizer que são construções sinônimas, visto que as construções de alternância causativa não se restringem a aspectos temporais e manutenção de genericidade, características presentes nas médias<sup>26</sup>. A relação estabelecida aqui ocorre porque no nível sintático elas apresentam o mesmo comportamento. Dessa maneira, vamos analisar os exemplos<sup>27</sup> abaixo:

(4) O Pedro<sub>[+ animado]</sub> **deu** este livro<sub>[- animado]</sub> para Regina. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 184)

(5) Aquela firma<sub>[- animado]</sub> **deu** bons brindes<sub>[- animado]</sub> no Natal. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 184)

(6) a. Bons brindes<sub>[- animado]</sub> **foram dados** por aquela firma no Natal.

b. *Deram-se* bons brindes<sub>[- animado]</sub> naquela firma no Natal.

c. *Ø deu* bons brindes<sub>[- animado]</sub> naquela firma no Natal.

Em (4), as autoras trazem o verbo *dar* com todos os seus argumentos realizados, apresentando sua diátese verbal básica no português. Em seguida, em (5) e (6), elas apresentam outras possibilidades, que mostram uma mudança de diátese. A primeira mudança diz respeito ao papel temático na posição de sujeito, passando de [+ animado], como em (4), para [- animado], em (5). Segundo as autoras, essa já é uma primeira evidência de mudança de diátese. Logo depois, afirmam que, para o exemplo em (5), é possível formar uma passiva analítica ou pronominal, conforme (6a) e (6b), respectivamente. Esses testes de passivização mostram que o verbo *dar* já permite mudanças argumentais em favor de uma demissão do AE, como pode ser observado em (6c). As autoras se valem desses comportamentos sintáticos para

<sup>25</sup> As autoras consideram os verbos *fechar*, *quebrar*, *abrir* e *afundar* como verbos de alternância causativa, pois são verbos que tanto podem ser realizados numa estrutura transitiva, quanto numa estrutura intransitiva.

<sup>26</sup> Conforme será discutido no capítulo 6.

<sup>27</sup> Os destaques e inclusão do traço de animacidade nos exemplos de (4) a (6) foram nossos.

mostrar que os recursos de mudança de papel temático na posição de sujeito e a mudança de diátese são comuns aos verbos de alternância causativa, como pode ser visto em (7).

- (7) a. O Ricardo<sub>[+ animado]</sub> **fechou** a porta<sub>[- animado]</sub>. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 186)<sup>28</sup>  
 b.  $\emptyset$  *fechou* a porta<sub>[- animado]</sub>.  
 c. A porta<sub>[- animado]</sub> *fechou*.

Em (7), dispomos de uma estrutura transitiva, em que o verbo *fechar* seleciona dois argumentos, o AE<sub>[+ animado]</sub> e o AI<sub>[- animado]</sub>. Esse verbo também admite o apagamento do sujeito<sub>agente</sub>, tal qual aconteceu em (5d). Como a posição de sujeito ficou vazia, o AI pode figurar nessa posição, já que é o único elemento que pode preenchê-la.

Esse alargamento da alternância causativa é importante para nossa análise porque os verbos que ocorrem na construção média são os típicos transitivos e, de acordo com as autoras, os que estão entrando em alternância causativa. Para verificar essa comparação entre a construção causativa e as construções médias, aplicamos os testes de Negrão e Viotti (2008) às construções médias em (8). O primeiro teste é o apagamento do AE<sub>[+ animado]</sub> e, em seguida, o alçamento do AI<sub>[- animado]</sub> à esquerda:

- (8) a. Maria<sub>[+ animado]</sub> **lava** essa camisa<sub>[- animado]</sub> rapidinho.  
 b.  $\emptyset$  **lava** essa camisa<sub>[- animado]</sub> rapidinho.  
 c. Essa camisa<sub>[- animado]</sub> **lava** rapidinho.

O verbo *lavar* é do tipo transitivo, como podemos verificar em (8a). Esse verbo, tanto quanto *dar* ou *fechar*, admite a demissão do AE, como em (8b). Com a posição do sujeito vazia, o AI<sub>[- animado]</sub> pode ser alçado a essa posição, como em (8c). O exemplo em (8c) é uma construção média, o que quer dizer que a formação dessas construções parte de uma construção transitiva, resultando num intransitivo derivado, como apontado por Yang (1994), ou numa construção de alternância causativa, como defendem Negrão e Viotti (2008).

Para as autoras, os verbos que permitem as características acima mencionadas fazem parte de uma classe restrita, que não incluía o verbo *dar* (cf. NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 18) ou *lavar*, como mostramos no exemplo em (8). Dessa maneira, a conclusão delas é a de que

<sup>28</sup> Os destaques e inclusão do traço de animacidade no exemplo em (7) foram nossos.

parece estar acontecendo um alargamento dessa classe no PB, e esses verbos estão começando a fazer parte do grupo de alternância causativa.

Elas chegaram a essa conclusão porque, no inglês, os verbos *spray* e *load* formam uma classe bem definida do seguinte tipo de alternância, como em (9):

- (9) a. *John sprayed paint on the wall*<sup>29</sup>. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 186)  
 b. *John sprayed the wall with paint.*  
 c. *John loaded hay on the wagon.*  
 d. *John loaded the wagon with hay.*

Esse mesmo teste foi realizado em PB e foi constatado que os verbos *borrifar* e *impregnar se* comportam da mesma maneira de *spray* e *load*, conforme (10) e (11):

- (10) a. A Joana borrifou tinta no muro. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 187)  
 b. A Joana borrifou o muro com/de tinta.  
 (11) a. A Cecília impregnou perfume na blusa. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 187)  
 b. A Cecília impregnou a blusa com perfume.

Mas o que mais chamou a atenção das autoras, além do fato de os verbos *borrifar* e *impregnar se* comportarem da mesma forma de *spray/load*, foi que esse tipo de alternância também permite as características de verbos de alternância causativa – a demissão do AE e o alçamento do AI à esquerda do verbo, consoante a exemplificação em (12) e (13):

- (12) a. Ø borrifou o muro (todo) de tinta. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 187)  
 b. Ø impregnou a blusa (toda) de perfume.  
 (13) a. O muro borrifou (todo) de tinta. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 187)  
 b. A blusa impregnou (toda) de perfume.

---

<sup>29</sup> Tradução nossa:

- (9) a. John borrifou tinta na parede.  
 b. John borrifou a parede com tinta.  
 c. John carregou feno no vagão.  
 d. John carregou o vagão com feno.

Essas características, na verdade, também estão presentes no processo de passivização, não estão restritas a esse tipo de alternância. Mas há uma diferença fundamental entre as construções passivas e de alternância causativa. Segundo Negrão e Viotti (2008, p. 187), o agente pode não ser realizado nas passivas (analítica e pronominal), mas continua disponível para operações semânticas, enquanto na alternância causativa, não há essa possibilidade. Isso pode ser atestado quando não é possível o sujeito da construção média servir como antecedente para um sujeito nulo de uma sentença encaixada, apenas para as passivas, como no teste *fazer passar*, mediante o exemplo abaixo:

- (14) a. A janela foi quebrada para Ø fazer passar o piano. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 187)  
 b. ? A janela se quebrou para Ø fazer passar o piano. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 187)  
 c. \*A janela se quebrou para [alguém] fazer passar o piano.

Em (14), o referente do sujeito do verbo *fazer passar* (marcado por Ø) é o agente, alguém que fez passar o piano, diferente de (14b), em que não podemos considerar essa possibilidade de interpretar esse agente na posição vazia, pois, assim, a construção seria agramatical como em (14c).

Outro teste para evidenciar que o agente continua disponível para operações semânticas nas construções passivas é a adjunção de advérbios que são orientados para o agente, conforme a exemplificação em (15):

- (15) a. A janela foi aberta deliberadamente/propositalmete. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 188)  
 b. ? A janela se abriu deliberadamente/propositalmete.

O uso dos advérbios em destaque só é permitido quando orientado para o agente, por causa de sua interpretação semântica de controle do processo. Se aplicarmos esses dois testes em contextos de alternância causativa, veremos que as sentenças ficam agramaticais, como (16):

- (16) a. \*A janela quebrou para Ø fazer passar o piano. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 188)  
 b. \*A janela abriu de propósito/deliberadamente.

Esses testes evidenciam que a diferença fundamental entre esses dois tipos de construção é que, nas passivas, embora apenas um argumento seja realizado – o AI – os dois argumentos

do verbo – AE e AI – continuam disponíveis para operações semânticas. Já nas construções de alternância causativa, como o AE não pode ser mais recuperado como referente de um sujeito nulo ou através de um advérbio orientado para o agente (por ter o controle da ação), é perceptível que o AE é completamente apagado da estrutura, ou seja, ele não é projetado na sintaxe, apenas o AI é conectado à estrutura sintática.

Após verificar que o agente realmente passa pelo processo de demissão na alternância causativa, as autoras testam a presença do *se* nas passivas e na alternância causativa, com o objetivo de mostrar que há uma impossibilidade de uso desse clítico na alternância causativa, conforme (17):

(17) \*Estas jabuticabas deliciosas *se* deram na minha chácara. (NEGRÃO; VIOTTI, 2008, p. 191)

Em (17), percebemos que quando um verbo sofre alternância causativa, principalmente, o verbo *dar*, que não era suscetível a esse fenômeno, não é possível a inclusão do *se*, por isso a agramaticalidade da sentença. Essa impossibilidade se dá porque a marcação com o clítico sugere uma retomada do AE, como vimos nas passivas, mas na alternância causativa, o agente é completamente apagado da estrutura, o que impossibilita a realização do *se*.

Um fato curioso na análise das autoras é a relação da expansão da classe de verbos de alternância causativa no PB, em razão de línguas como o inglês apresentar uma classe específica que possibilita a alternância causativa. O PB expandiu esse tipo de alternância para verbos como *dar*, que não fazia parte dessa classe, conforme analisado por Negrão e Viotti (2008).

Essa proposta tem implicações teóricas relevantes, pois, se há realmente a demissão do agente, não é mais possível recuperá-lo para operações semânticas, seja através de um modificador adverbial ou num sintagma preposicionado, ou seja, se assumirmos uma análise para a construção média de demissão do agente, como em Negrão e Viotti (2008), a proposta de Yang (1994) não se sustenta porque, para este autor, o agente precisa participar da operação semântica nas construções médias, ao passo que, para Negrão e Viotti (2008), o agente é completamente apagado, o que impossibilita operações semânticas relacionadas a ele.

Com base nessas propostas apresentadas, assumimos a ideia de que a construção média representa uma estrutura intransitiva. No entanto, a intransitivização aqui mencionada não é do tipo passivo, em que o AI é alçado à esquerda do verbo, figurando a posição de sujeito da sentença, podendo o agente ser representado através de um sintagma preposicionado, mas sim um tipo de intransitivização derivada com base no fenômeno da alternância causativa. A relação com as passivas não se mantém porque as construções médias não permitem nem a realização do agente como nas passivas analíticas, nem a recuperação semântica do agente, como nas passivas pronominais, já que estas ainda dispõem do agente para operações semânticas (cf. NEGRÃO; VIOTTI, 2008).

#### 4.1.2 A posição de sujeito

Como exposto anteriormente, a construção média é formada por um intransitivo derivado de transitivo. Desse modo, os verbos que entram nessa construção, apesar de disporem de duas posições – a de AE e a de AI –, só ativam a de AI sintaticamente, o que nos faz pensar em dois tipos distintos de construções:

(4) Joana **trabalha** muito.

(5) a. João **pinta** essa parede rapidinho.

b. Essa parede **pinta** rapidinho.

Os verbos que ocorrem nos exemplos em (4) e (5) exibem comportamentos sintáticos diferentes. Em (4), o verbo é tipicamente intransitivo, o que quer dizer que só seleciona um argumento, *Joana*, que é o AE. Enquanto isso, o verbo em (5a) é do tipo transitivo, em outras palavras, seleciona dois argumentos – externo, *João*, e interno, *essa parede*. Por último, em (5b), houve um novo rearranjo sintático para expressar a construção média. Ao compararmos (4) e (5b), nos deparamos com duas construções intransitivas. A intransitivização de ambas não é do mesmo tipo, conforme uma análise proposta por Burzio (1986), que apresentamos em seguida.

#### 4.1.2.1 A Generalização de Burzio (1986)

Burzio (1986) fez um estudo sobre a classe dos verbos intransitivos, com a finalidade de corroborar a Hipótese Inacusativa proposta por Perlmutter (1976). Para isso, o autor tomou como exemplos dados do italiano para mostrar que os verbos *arrivare* e *telefonare* têm comportamentos sintáticos distintos. Consideremos os exemplos<sup>30</sup> abaixo:

(6) *Giovanni è arrivato.*

Giovanni is arrived  
'Giovanni é chegado'.

(7) *Giovanni ha telefonato.*

Giovanni has telephoned  
'Giovanni tem telefonado'.

Na análise de Burzio (1986), a sentença construída em (6), com o verbo *arrivare*, não tem o mesmo comportamento estrutural de *telefonare* em (7). Este último seleciona apenas um AE, o que quer dizer que esse verbo atribui papel temático ou theta- $\theta$  ao sujeito, AE, visto que é o único elemento selecionado por ele. Em oposição, o verbo *arrivare* não atribui papel temático externo, pois o único argumento selecionado por esse verbo é um complemento AI.

Os exemplos em (6) e (7) também apresentam distinção estrutural em função do auxiliar selecionado por eles. O auxiliar *è* (*essere*) em (6) só pode ser realizado com verbos de sua categoria, ou seja, inacusativa<sup>31</sup>, enquanto o auxiliar *ha* (*avere*) só é possível com verbos da categoria intransitiva, como *telefonare*.

(8) a. \**Giovanni ha arrivato.*

b. \**Giovanni è telefonato.*

A agramaticalidade dos exemplos em (8) ocorre devido à restrição de classe a que eles pertencem, já que o verbo em (8a) é do tipo inacusativo, ou seja, não permite a presença do auxiliar *ha*, restrito aos verbos intransitivos, conforme a agramaticalidade de (8b).

<sup>30</sup> Esses exemplos foram retirados de Burzio (1986, p. 20), que no original correspondem aos exemplos (2) e (3).

<sup>31</sup> Burzio (1986) categoriza os verbos entre intransitivos e ergativos, posicionamento que manteremos nesta dissertação.

Nesse mesmo caminho, Burzio (1986) fornece outro contexto para mostrar a distinção de classe dos dois verbos analisados:

(9) a. *Ne arrivano molti.*

Of-them arrive many  
'Muitos deles chegam'.

b. \**Ne telefonato molti.*

Of-them telephone many  
'Muitos deles telefonam'.

A diferença dos exemplos em (9) remete à presença do clítico *ne*. Em (9a), temos uma estrutura gramatical porque o clítico *ne* pode ser realizado em sentenças que sejam formadas com verbos inacusativos, visto que esse clítico está associado ao AI. Do contrário, se o verbo for da classe dos intransitivos, a presença desse clítico torna a sentença agramatical, conforme o exemplo em (9b).

De modo geral, a generalização de Burzio (1986) diz que somente verbos que podem atribuir papel- $\theta$  ao sujeito podem atribuir caso acusativo ao objeto. Nos casos como o de *arrivare*, em que o verbo não atribui papel- $\theta$  ao AE, por não o selecionar, o AI é movido para a posição canônica de sujeito Spec IP<sup>32</sup>, para, assim, receber o caso nominativo da flexão, ou seja, o AI sai de sua posição *in situ* para atender o filtro do caso, que diz que todos os DPs pronunciados precisam receber caso.

#### 4.1.2.2 Verbos inacusativos: duas classes

Inês Duarte (2003) desenvolveu um estudo para contrastar a proposta de Burzio (1986) sobre a distinção entre verbos intransitivos e inacusativos no italiano, como exposto anteriormente, com os dados do PB. A autora sinaliza que, diferentemente dos dados apresentados por Burzio (1986) para o italiano – que apresenta marcas que distinguem os verbos intransitivos dos inacusativos –, o PB não dispõe dessas marcas, diferenciando as duas classes através de outros testes: (i) o particípio absoluto, (ii) o particípio passado com valor de adjetivo, (iii) a formação de nominais em [-or], e (iv) a alternância AVB→BV.

<sup>32</sup> Aderimos a terminologia Spec TP neste texto. O uso de Spec IP é para manter a terminologia utilizada pelo autor.

O primeiro teste apresentado pela autora para os dados do PB é o uso do particípio absoluto, porque essa nominalização do verbo em particípio tem um caráter passivo, ou seja, apenas os AI poderão aceitar essa forma do verbo, ou seja, apenas o AI pode ser preservado numa estrutura com o particípio absoluto. No entanto, esse teste não classifica o verbo como inacusativo ou intransitivo, mas evidencia que os inacusativos estão dentro da classe dos transitivos.

(11) a. O João consertou a calha. (Inês DUARTE, 2003, p. 521)

b. Consertada a calha, ...

c. \*Consertado o João, ...

Em (11a), temos uma construção transitiva do verbo *consertar*, em que *O João* é o AE e *a calha* o AI. Em (11b), foi aplicado esse teste para mostrar que a sentença é gramatical quando nominalizamos o verbo em um particípio absoluto com o AI do verbo. Caso esse teste fosse aplicado em relação ao AE, a construção passa a ser agramatical, consoante o exemplo em (11c).

O segundo teste diz respeito ao particípio passado com valor adjetival. Ao aplicar esse teste em miniorações com o AI na forma de particípio passado, podemos observar que a construção é gramatical. Se o mesmo teste for aplicado com verbos intransitivos, a construção fica agramatical, visto que estes não fazem parte da classe dos transitivos.

(12) a. A calha está **consertada**. (NASCIMENTO, 2014, p. 243)

b. \*Os atletas estão **corridos**.

Em ambos os exemplos em (12), o verbo assume a forma nominal de particípio passado com valor adjetival, revelando que o verbo *consertar* é do tipo inacusativo porque pode figurar nessa construção em que o AI está deslocado à posição de sujeito. Em (12b), temos uma construção agramatical, porque o verbo *correr* não seleciona AI, ou seja, não pode coocorrer com o particípio passado com valor adjetival.

O terceiro teste é relacionado à nominalização do verbo em [-or]. Esse teste também difere os intransitivos dos inacusativos, mas, neste caso, são os verbos inacusativos que não podem coocorrer com esse tipo de nominalização:

(13) a. O João trabalha. (NASCIMENTO, 2014, p. 244)

b. O João é trabalhador.

c. João cresceu.

d. \*João é (um) **crescedor**.

Os exemplos em (13) revelam que, se aplicarmos a nominalização do verbo em [-or] numa minioração, esse sufixo apresenta uma relação direta com o AE, por isso os verbos inacusativos não podem receber esse sufixo. Comparando (13a) e (13b), atestamos que o verbo *trabalhar* pode ser nominalizado em [-or], isto é, é do tipo intransitivo. Contrariamente, ao comparar (13c) e (13d), verificamos que o verbo é do tipo inacusativo, pois o argumento selecionado por ele é o interno, que não possibilita o verbo carregar tal marca.

O último teste é relacionado à alternância argumental. Neste caso, os verbos são do tipo transitivo, ou seja, selecionam AE e AI, mas também podem passar pela alternância monoargumental, em que apenas um argumento é realizado. A autora utiliza a estrutura AVB → BV, sendo V (verbo), A (AE) e B (AI). Analisemos os exemplos:

(14) a. José quebrou o vidro. (NASCIMENTO, 2014, p. 244)

b. O vidro (se) quebrou.

c. José comeu o bolo. (NASCIMENTO, 2014, p. 245)

d. \*O bolo comeu

Em (14a), temos uma estrutura transitiva com o verbo *quebrar*, isto é, uma estrutura AVB. Esse verbo é do tipo que pode passar pela alternância monoargumental, obedecendo à estrutura BV. Essa alternância é restrita a certos verbos, pois, analisando os exemplos em (14c) e (14d), verificamos que *comer* também é do tipo transitivo, mas não aceita a monoargumentação, por isso a sentença em (14d) é agramatical. Verificando o tipo de argumento encontrado em (14b), podemos concluir que é um AI, já que na sua estrutura transitiva em (14a) ele também é AI, inclusive, esses argumentos compartilham do mesmo

papel temático – tema. Isso quer dizer que os verbos como *quebrar* fazem parte da categoria dos inacusativos.

Após identificar os testes de inacusatividade acima apresentados, a autora propõe que, além da diferença de duas classes para os verbos chamados de intransitivos, como apresentou Burzio (1986), há também duas classes de inacusativos: (i) os inacusativos primitivos e (ii) os inacusativos derivados.

Os primeiros são considerados primitivos porque só selecionam AI e os mantêm em sua posição *in situ*, quer dizer, seu único argumento selecionado não é deslocado à esquerda do verbo, posição proeminente de sujeito. Vejamos alguns exemplos:

- (15) a. Há casas neste bairro. (NASCIMENTO, 2014, p. 248)  
 b. Parece que existem camelos no deserto.

Nos exemplos em (15), tanto o verbo *haver* quanto *parecer* só selecionam AI e, nesses contextos, não permitem a inversão na ordem. Vale ressaltar que esses verbos selecionam complementos diferentes, o primeiro seleciona um DP e o segundo um CP (*complementizer phrase*). Independentemente do tipo de seleção, o importante é observar que ambos só selecionam AI, configurando verbos da classe inacusativa primitiva.

De outro lado, estão os inacusativos derivados, verbos tipicamente transitivos, mas que permitem, também, uma estrutura sintática monoargumental. O argumento que é apagado da estrutura original – a transitiva – é o AE.

- (16) a. O João **esvaziou** a caixa d'água. (NASCIMENTO, 2014, p. 251)  
 b. A caixa d'água (se) **esvaziou**.  
 c. \*O João (se) **esvaziou**.

O verbo *esvaziar* faz parte dos inacusativos derivados. A derivação, como já mencionado, parte de uma estrutura transitiva, em que apenas o AI é realizado. Apoiando-se na generalização de Burzio, como apenas o AI é realizado, então o verbo não pode atribuir papel- $\theta$  ao sujeito, resultando em não poder atribuir caso acusativo também ao AI. Para salvar a estrutura, esse argumento é alçado para Spec TP para receber o caso nominativo da flexão

verbal. Com esse rearranjo sintático, o exemplo em (16b) passa a ser gramatical numa estrutura inacusativa. O mesmo não pode acontecer caso apenas o AE fosse realizado, porque a estrutura seria intransitiva, o que não acontece com o verbo em questão, por isso a agramaticalidade de (16c).

Em síntese, verificamos que a proposta de Nascimento (2014) é bastante relevante para descrever a construção média porque os testes de inacusatividade são pertinentes para analisar as médias. Esta é do tipo intransitiva derivada, levando em consideração a distinção apontada pela autora quanto à classe dos inacusativos. Essa observação é feita porque apenas verbos transitivos são realizados nas construções médias, que, a partir de um intransitivo derivado, permite com que o AE seja apagado para dar conta de uma interpretação média, ergativa ou passiva. Apontamos os três tipos porque apenas os fatores sintáticos não são suficientes para formar uma média.

#### 4.1.2.3 Inacusatividade: as passivas e as construções médias

A relação da discussão apresentada anteriormente com a formação das passivas mostra que essas também sofrem a inacusativização. Isso acontece porque, numa estrutura passiva, o verbo não pode mais atribuir caso acusativo ao seu AI, posto que o verbo não tem a possibilidade de atribuir papel- $\theta$  externo. Vejamos:

(17) a. **João**<sub>[AE]</sub> comprou livros novos<sub>[AI]</sub>.

b. **Os livros novos**<sub>[AI]</sub> foram comprados.

A sentença em (17a) é do tipo transitiva, com os dois argumentos do verbo selecionados, o AE à esquerda e o AI à direita. Numa derivação passiva, os verbos perdem a capacidade de atribuir caso acusativo ao AI, porque também não podem mais atribuir papel- $\theta$  ao AE. Seguindo a generalização de Burzio (1986), a construção passiva é do tipo inacusativa. Estreitando ainda mais a classificação, tomando o trabalho de Nascimento (2014), o verbo na construção passiva assume uma forma inacusativa derivada, já que é uma transformação da voz ativa, conforme apresentado em (17).

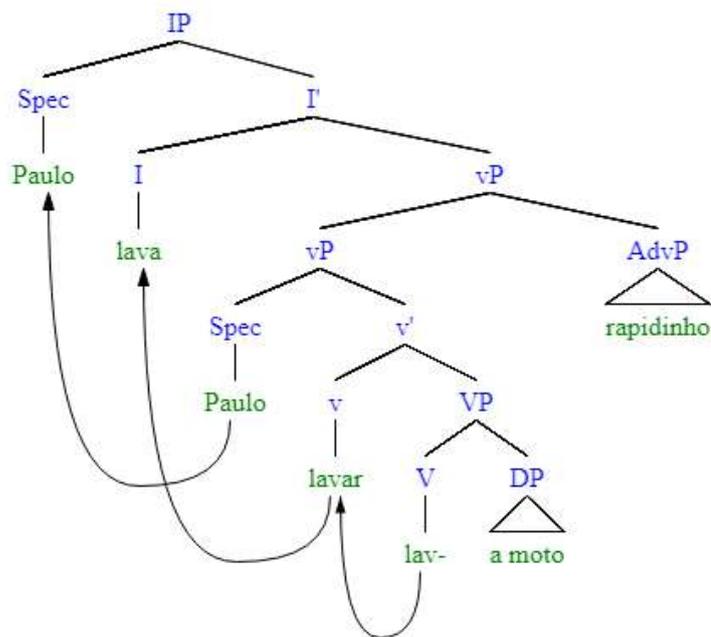
As construções médias também passam pelo mesmo fenômeno da inacusatividade. No entanto, não podemos dizer que são do tipo passivo, pois ambas as construções são distintas. Vejamos:

- (18) a. Quando **Maria**<sub>[AE]</sub> varre a casa<sub>[AI]</sub>, fica limpinha.  
 b. Quando a casa<sub>[AI]</sub> varre, fica limpinha.

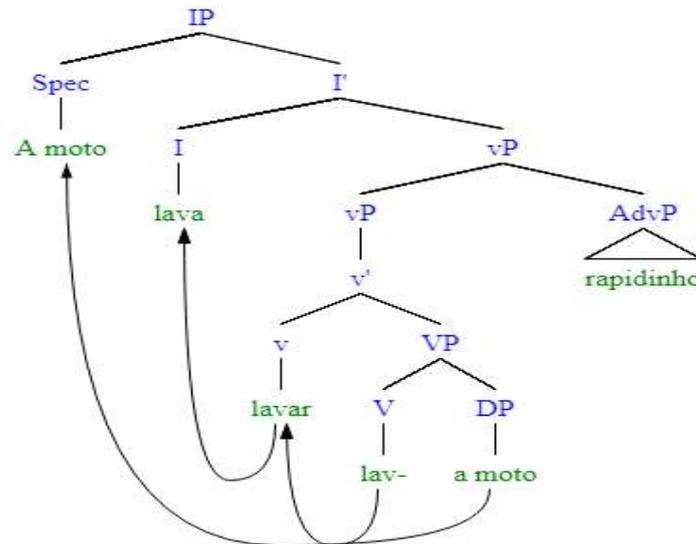
Em (18a), dispomos de uma estrutura transitiva, pois o verbo *varrer* seleciona dois argumentos: AE (*Maria*) e AI (*a casa*). Já em (18b), temos um intransitivo derivado de (18a), pelo motivo de o AE ter sido apagado, fazendo com que o AI ocupe a posição de sujeito, já que é o único elemento que pode preencher essa posição, formando, neste caso, uma construção média.

Baseando-se nas diferenças entre uma estrutura transitiva em (19a) e uma intransitiva em (19b), chegamos às seguintes estruturas sintáticas em formato arbóreo:

- (19) a. Paulo **lava** a moto rapidinho.



b. A moto **lava** rapidinho.



Em (19a), vemos uma estrutura sintática de uma construção transitiva, em que o DP da projeção de  $v'$  sobe para o Spec TP, posição canônica para o sujeito. Enquanto isso, no exemplo em (19b), mostra-se uma estrutura em que não há seleção de AE, e como apenas o AI foi realizado, ele será movido para Spec TP, visto que o verbo não pode receber caso acusativo do verbo. Neste caso, o AI é alçado para Spec TP para receber o caso nominativo da flexão *e*, assim, salvar a estrutura, obedecendo ao filtro do caso.

É justamente esse ponto que se diferencia uma construção transitiva de uma intransitiva derivada. Essa diferença é crucial para compreender tal fenômeno, podendo, inclusive, relacionar a construção média com a passiva, como já discutimos, já que uma das características principais das passivas é a de apagar o AE. A partir disso, é possível observar que a ação verbal das construções médias não é desencadeada pelo seu sujeito, visto que o AI, que preenche essa posição, é sempre não-agentivo, ou seja, recebe o papel temático<sup>33</sup> de tema.

Em suma, examinamos os elementos que figuram a posição de sujeito nas construções médias, verificando que são AIs movidos para Spec TP, devido à não possibilidade de o verbo atribuir papel- $\theta$  externo, o que lhes impede de atribuir o caso acusativo (cf. BURZIO, 1986).

<sup>33</sup> A discussão sobre o papel temático nas construções médias é explorado no capítulo *A semântica das construções médias*.

Com isso, a partir de uma sentença transitiva, as construções médias e as passivas são formadas com base na inacusativização derivacional do verbo, pois o único argumento realizado nessas construções é o AI<sub>tema</sub>. Essa conclusão foi possível porque, aplicando os testes apresentados por Nascimento (2014), chegamos à conclusão de que são sentenças intransitivas derivadas. Permanece ainda a necessidade de trazer argumentos sobre o que diferencia uma passiva pronominal de uma construção média, já que, em termos sintáticos, tais construções são semelhantes.

#### 4.2 MODIFICADORES

Inês Duarte (2003) afirma que a presença de um adjunto adverbial ou um sintagma preposicionado com valor adverbial é necessária nas construções médias, conforme os exemplos:

(20) A tua<sub>[AI]</sub> letra lê-se bem.

(21) Essa caneta<sub>[AI]</sub> escreve-se bem.

(22) Os artigos<sub>[AI]</sub> publicaram-se no último número da revista.

Em (20-22), temos exemplos de construções médias, pois o AI foi alçado à esquerda do verbo – transitivo acusativo –, há a presença do *se*, que é opcional tanto no PB quanto no PE, e um advérbio, exigência para a gramaticalidade da construção média, conforme Inês Duarte (2003). Para a autora, essas são as características sintáticas necessárias para formar uma construção média, principalmente a presença do adjunto adverbial, como em (20) e (21), com o advérbio *bem*, e a locução prepositiva com valor adverbial – *no último número da revista* –, como no exemplo em (22).

Observamos que a autora não discute as construções médias que não dispõem de modificadores como os adverbiais, apontando para a agramaticalidade das sentenças que omitem esses advérbios, visto que essa seria uma exigência para a boa formação da construção.

Nessa mesma perspectiva, Alexiadou (2014) aponta que, em algumas línguas, esses modificadores são indispensáveis, como no alemão e o inglês; mas também há outras que não necessitam desse elemento, como é o caso do francês e grego. Esse ponto diverge das

características apontadas por Inês Duarte (2003), que considera os adjuntos adverbiais como indispensáveis na língua portuguesa europeia.

Alexiadou (2014) menciona uma questão importante: o comportamento das construções médias não é igual nas línguas. Sendo assim, é fundamental verificar essa questão com relação ao PB que, aparentemente, necessita da presença de modificadores. Analisemos as construções abaixo:

- (23) a. Esse **piso** branco **suja** facilmente.  
 b. Esse **piso** branco **suja** [            ]  
 c. Esse **piso** [        ] **suja** [        ]  
 d. #[    ] **Piso** [        ] **suja** [        ]<sup>34</sup>

As construções em (23) revelam que a presença do adjunto adverbial não parece ser obrigatória no PB. Entretanto, esse é apenas um ponto de vista generalizado sobre o dado apresentado. Para os dados em (23), existem duas possibilidades de análise: (i) o adjunto adverbial – *facilmente* – não é obrigatório no PB, sendo esta língua desconsiderada do grupo que torna obrigatório o uso do advérbio; ou (ii) o fato de *facilmente* poder ser apagado em (23b) não quer dizer que não haja algum modificador necessário para sua gramaticalidade, mas, nesse caso, não seria o advérbio. Isso pode ser verificado se retirarmos o adjetivo – *branco* –, que pode ser considerado o modificador, como aponta o exemplo em (23c). Para além disso, (23c) também é gramatical, mesmo sem a presença do advérbio ou do adjetivo, o que nos leva a pensar que seu modificador seria o pronome demonstrativo. No caso de (23d), que não apresenta qualquer modificador, apenas o contexto a tornaria gramatical<sup>35</sup>.

Isso nos mostra que a questão não parece estar ligada aos modificadores adverbiais, mas sim a algum elemento modificador, como o adjetivo em (23b), o pronome demonstrativo em (23c), ou apenas o contexto em (23d).

<sup>34</sup> Pode ser utilizada no PB, entretanto, apenas em contextos bem específicos, justamente por não ser de uso corrente na língua.

<sup>35</sup> Dois contextos favoráveis seriam: (i) “Em festa de aniversário piso suja, não adianta limpar toda hora”; (ii) Com ou sem pessoas dentro de casa, piso suja, tem que limpar a casa todo dia.

Nesse caminho, o PB continua sendo diferente de línguas como o francês e o grego, se mantendo no grupo de línguas como o alemão e o inglês, que exigem modificadores<sup>36</sup>. A partir disso, como podemos analisar as construções abaixo?

(24) O vestido **abotoa**.

(25) Esse tipo de pano **estica**.

Se observarmos os exemplos em (24) e (25), que não trazem advérbios ou adjetivos, podemos pensar que o único modificador disponível é o pronome demonstrativo em (25) ou o artigo em (24). Caso essa análise esteja no caminho certo, o PB necessita, realmente, de algum modificador para a gramaticalidade das construções médias, mesmo que esteja na área do sintagma nominal. Do contrário, abre a possibilidade de não haver necessidade de modificadores de qualquer natureza, apenas o sujeito e o verbo.

McConnell-Ginet (1994) argumenta que algumas construções podem não realizar o modificador sintaticamente e, quando isso acontece, a informação de agente implícito é carregada pelo próprio verbo, ou seja, os verbos *abotoar* e *esticar* carregariam a informação de agente implícito, mantendo a leitura média das construções. O módulo que liberaria esse tipo de propriedade seria da pragmática, o contexto favoreceria a recuperação do agente. No entanto, essa explicação parece ser muito generalizada, já que não apresenta condicionamentos para os tipos de verbos que permitiriam a não realização do modificador. A explicação da autora é baseada em construções como:

(26) a. *This rock **does not**<sup>37</sup> cut.* (MCCONNELL-GINET, 1994)

‘Essa rocha não corta’.

b. *That piano **should** play.*

‘Aquele piano deve tocar’.

<sup>36</sup> Stalmaszczyk (1993, p. 135) já argumentava que a presença do advérbio ajuda a guiar um tipo de interpretação, não sendo decisivo para caracterizar a construção média.

<sup>37</sup> Os grifos dos exemplos em (26) são da autora.

c. *Now, this car HANDLES*<sup>38</sup>.

‘Agora, esse carro funciona’.

Em (26), há três tipos diferentes de operações: em (26a), a negação suportaria a ausência do advérbio; em (26b), o modal suportaria a mesma ausência; e em (26c), uma ênfase no verbo – motivada pelo contexto – recupera o advérbio na construção, para que continue a interpretação média. Aplicando as mesmas operações ao português, temos:

(27) a. *Esse carro vende* rapidinho.

b. Esse carro **não** vende.

c. Esse carro **deve** vender.

d. Esse carro **VENDE**.

Em (27), aplicamos as mesmas operações de (26) para a construção média a partir de (27a). Nosso objetivo é verificar se o verbo *vender* permite o apagamento do advérbio – *rapidinho*. Em (27b), incluímos a negação e verificamos que a frase é gramatical; em (27c), o modal também deixa a frase gramatical; e, em (27d), uma ênfase no verbo também torna a sentença gramatical, apontando que a fonética deve ter também um papel importante na construção média, podendo, inclusive, ser o modificador necessário. Aparentemente, esses recursos permitem o apagamento do advérbio e mantêm a interpretação média.

As operações de ênfase, inclusão de modal ou negação parecem explicar as construções (24-25), já que a aplicação das operações a essas construções resultam em gramaticalidade. Seguindo Condoravdi (1989) e McConnell-Ginet (1994), construções médias sem a presença de modificadores só são licenciadas se houver contexto que possa garantir o apagamento do advérbio. Com esse posicionamento das autoras, temos uma explicação para a gramaticalidade de (20d), (24) e (25).

A análise até aqui apresentada mostrou que há dois grupos de línguas: (i) o grupo de línguas como o alemão, o inglês e o PE, que dependem de um modificador nas construções médias; e (ii) o grupo que dispensa esse modificador, representado por línguas como o francês e o grego. A explicação para essa diferença diz respeito à recuperação da interpretação do agente

---

<sup>38</sup> O grifo em negrito representa o termo modificador da construção e o verbo em letras maiúsculas representa uma ênfase.

implícito, que ocorre no primeiro grupo a partir da presença do modificador, pois não permite a presença de um sintagma-*por*; contrário a línguas como o grego e o francês, que utilizam a estratégia das passivas na recuperação do AE, através de um sintagma-*por*.

O PB, conforme discutido, não se encaixa nos dois grupos mencionados, pois parece apresentar um caso misto, ora segue a orientação de línguas que exigem o modificador adverbial, ora segue a linha de línguas que o dispensam. Observemos:

(28) a. Essa calça veste bem.

b. A casa constrói aos poucos.

(29) a. \*Essa calça veste.

b. \*A casa constrói.

(30) a. O vestido abotoa rapidinho.

b. O pano estica fácil.

(31) a. O vestido abotoa.

b. O pano estica.

Ao compararmos os pares em (28) e (29), chegamos à conclusão de que não é possível dispensar o adjunto adverbial dessas construções, entrando em conformidade com as características apresentadas por Inês Duarte (2003), pois a falta desse tipo de modificador torna a construção agramatical, como apontado pelo asterisco em (29). Todavia, os pares em (30) e (31) mostram que os adjuntos adverbiais não são necessários. Tal fato pode ser explicado porque, em conformidade com McConnell-Ginet (1994), os sujeitos dessas orações são de classes distintas de (28) e (29). O uso do advérbio tem a função de apresentar algum tipo de restrição.

[...] contexts in which applicability of the middle without an overt modifier might distinguish among potential subjects (some dresses wash, others need to be dry-cleaned) are ones in which the middle might occur with no explicit indicator of restrictions. (MCCONNELL-GINET, 1994, p. 231)<sup>39</sup>

<sup>39</sup> [...] contextos em que a aplicabilidade das médias sem um modificador visível podem ser distinguidos por sujeitos potenciais (alguns vestidos lavam e outros precisam ser limpos a seco) são os tipos em que a construção média pode ocorrer sem um indicador explícito de restrição. [Tradução de nossa autoria].

A autora argumenta que as construções médias que não necessitam de algum tipo de modificador são aquelas em que o sujeito não depende de algum tipo de restrição visível, porque esse sujeito não é potencial. Em (28) e (29), os verbos *vestir* e *construir* dependem de restrição porque toda calça é para ser vestida e toda casa é para ser construída, então o advérbio é realizado para restringir essa propriedade geral desse tipo de verbo. Já em (30) e (31), os verbos *abotoar* e *esticar* se encaixam no que a autora chama de um contexto de média sem indicador de restrição, pois há vestidos que abotoam e outros que não, ou mesmo, há panos que esticam e outros que não, ou seja, essa propriedade dual já está implícita ao verbo, não havendo necessidade de um restritor para o sujeito.

Ao observar os pares de (28-31), reforçamos a ideia de que o PB parece apresentar um caso misto quanto à presença/ausência de modificador, visto que, em (31), não há modificador de qualquer natureza. Nesse quesito, McConnell-Ginet (1994) explica que fatores pragmáticos licenciariam esse tipo de construção. Por conta disso, é necessário avaliar outros fatores para compreender o motivo de esta língua permitir tanto a presença quanto a ausência de modificadores na construção média.

#### 4.3 O MARCADOR MORFOLÓGICO

Camacho (2003) defende uma morfologia média na língua portuguesa, conforme observamos em discussões anteriores, ao afirmar que existe um marcador morfológico para a voz média, que é representado pelo pronome *se*, que não é apenas do tipo reflexivo, mas sim medial, passivo, indeterminador, ou seja, assume diversas funções na língua. Seus argumentos foram com base na ideia de que não é possível incluir expressões, tal como a *si mesmo*, em construções médias, provando que, em alguns casos, o *se* também é marcador de medialidade, conforme discutido no capítulo 3.

Essa observação também pode ser verificada em Ciríaco (2011) quando a autora fez um estudo sobre as construções médias e passivas no PB, argumentando que a presença do *se* nas construções médias ainda é possível, mas não obrigatória. A autora defende sua ideia a partir de exemplos como:

- (32) a. Vasos (se) quebram facilmente. (CIRÍACO, 2011, p. 161)  
 b. Esse vidro (se) racha facilmente.  
 c. Essa sala (se) ilumina facilmente.

Os exemplos em (32) trazem claramente a presença do *se*, mas com uma informação extra, já que aparecem entre parênteses, revelando que é possível realizar esse pronome ou omiti-lo, ou seja, a presença do clítico envolve uma opcionalidade, que não interfere na gramaticalidade das construções.

Numa análise para além do português, Lazzarini-Cyrino (2015) analisa diversas línguas com a finalidade de mostrar que verbos anticausativos apresentam marcas morfológicas para definir sua construção anticausativa<sup>40</sup>. Essas marcas são apresentadas em diversas línguas, as quais coincidem com os pronomes que também marcam a reflexividade, fato comum no português, em que o *se*-reflexivo também ocorre em contextos de construção média e passiva. Observemos o quadro apresentado pelo autor:

Quadro 3: Marcas de contextos reflexivos e médios.

Língua	Marca	Reflexivas Canônicas	Contextos Médios	Anticausativas	Passivas Canônicas
Português	<i>Clítico</i> <i>SE</i>	+	+	+	-
Espanhol		+	+	+	-
Francês		+	+	+	-
Russo	-sja	-	+	+	+
Polonês	się	-	+	+	-
Tcheco	se	+	+	+	-
Holandês	zich	-	+	+	-
Islandês	-st	-	+	+	-
Grego	Conc.	-	+	+	+
Albanês	Passiva	-	+	+	+
Georgiano	-i-	+	+	+	+
Laz	-i-	+	+	+	-
Hebraico	<i>hitpael</i>	-	+	+	(+)
Turco	-Il	-	+	+	+

Fonte: Lazzarini-Cyrino (2015, p. 16)

<sup>40</sup> O autor utiliza a nomenclatura anticausativa para os verbos que não podem atribuir caso acusativo ao seu argumento interno. Para o mesmo tipo de construção trazida por Lazzarini-Cyrino (2015), estamos considerando aqui de construções ergativas.

Nesse quadro, o autor sintetizou um elemento gramatical de diversas línguas, inclusive pertencentes a diferentes famílias, para marcar as construções reflexivas, médias, anticausativas e passiva. Esse elemento é representado pelo *se* nas línguas românicas, como podemos observar no português, espanhol e francês. Curiosamente, há um sincretismo do *se* nessas línguas, já que este clítico aparece em contexto de voz reflexiva, média e anticausativa.

No entanto, o que nos interessa é comparar o clítico da reflexiva com a média nas línguas, dado que Camacho (2003) e Lazzarini-Cyrino (2015) apontam que um mesmo clítico pode aparecer em dois ou mais contextos. Além do mais, é importante observar que isso não ocorre apenas nas línguas românicas, pois, se avançarmos para o russo (*sja*), tcheco (*se*), georgiano (*-i-*) e laz (*-i-*), confirmamos que todas elas partilham da mesma marca morfológica para representar a voz média e a reflexiva com relação à noção de marcador. Isso evidencia a relação estabelecida entre as reflexivas, passivas e médias, pois, em algumas línguas, essas construções partilham um marcador morfológico em comum, por exemplo, o *se*, que tem um caráter polissincretico, visto que uma mesma forma desempenha diferentes funções na língua. Um exemplo disso é o português, em que o *se* não é exclusivo das construções médias, das reflexivas ou das passivas. Essa similaridade ocorre principalmente se compararmos a média com as anticausativas, pois os verbos que permitem uma construção anticausativa (ou ergativa) são os mesmos que podem formar uma construção média. Vejamos:

(33) a. O João quebrou o vidro. (LAZZARINI-CYRINO, 2015, p. 224)

b. O vidro quebrou.

(34) a. Lucas quebra o vaso de flores.

b. O vaso de flores quebra com facilidade.

Em (33), temos um par de sentenças com o verbo *quebrar*, que também permite a formação de uma anticausativa (ou ergativa). Em (33a), o verbo seleciona seus dois argumentos – AE e AI –, ou seja, apresenta uma estrutura transitiva oposta a (33b), que só seleciona AI, por conta de o verbo estar num contexto anticausativo. Nessa mesma linha, em (34a), a construção com o mesmo verbo – *quebrar* – é transitiva porque seleciona o AE e o AI, oposta a (34b), que só seleciona AI, mas não está num contexto de anticausatividade, mas de construção média.

Esse fenômeno da alternância entre uso ou apagamento do *se* não é restrito às construções médias, já que a passiva pronominal, a voz reflexiva e a indeterminação do sujeito podem realizar esse clítico também. O fato de as médias alternarem entre o uso do *se* ou seu apagamento ocorre porque, em algumas regiões do país, como no Sudeste, houve um enfraquecimento dos clíticos, ou seja, não é um fenômeno do PB de forma generalizada. Essa afirmação é imprescindível porque, em outras regiões do país, como o Nordeste, esse clítico ainda é forte, independentemente de fatores extralinguísticos – como a escolarização. Prova disso é o uso do *se* por pessoas menos escolarizadas em contextos não aceitos pela variante culta da língua, consoante (35).

(35) a. Eu **se** arrumei.

b. Eu **se** vesti.

Os exemplos em (35) mostram que o uso generalizado do *se*, que na norma culta é de terceira pessoa do singular, passa a ocorrer com a primeira pessoa do singular, revelando seu forte uso no Nordeste do país. Isso mostra que essa diminuição no uso dos clíticos é evidente na história do PB, principalmente, na região Sudeste, conforme Martins (2013).

Numa primeira análise para o apagamento dos clíticos – inclusive em contextos de construção média –, este ocorreria por conta de mudanças na língua portuguesa do Brasil, como processos de reanálise do valor passivo do *se* na passiva pronominal com a construção indeterminadora (cf. NUNES, 1991), o enfraquecimento da concordância e a perda de traços sintático-semânticos do *se*, o que afeta a produção deste e, conseqüentemente, leva ao apagamento dessas formas.

No entanto, o PE mostra que esse tipo de análise não se sustenta, pois, embora haja regiões do Brasil que marquem esse clítico nas construções médias e outras que não permitem tal uso, o PE é uma língua considerada de morfologia forte, com concordância forte, mas apresenta construções médias com e sem o *se*. Nesse confronto entre o PE e o PB, assumimos que a marcação morfológica através do *se* nas construções médias não é parâmetro porque o PE tem morfologia forte, mas dispõe de dados flutuantes desse tipo de estrutura com e sem a presença do *se*, ou seja, a questão é a diferença que envolve essas construções.

#### 4.4 A ERGATIVIDADE

A ergatividade é um fenômeno comum às línguas, sendo assim caracterizada devido ao seu comportamento semelhante ao de sentenças de línguas do sistema ergativo-absolutivo<sup>41</sup>. Nas línguas desse tipo de sistema, não existe o caso nominativo ou acusativo, pois essas posições são marcadas mediante os casos absoluto e ergativo, respectivamente. É fato, entretanto, que tanto a construção média quanto a ergativa são semelhantes do ponto de vista estrutural, já que ambas apagam o AE e alçam o AI à posição de sujeito, à esquerda, como em (36):

- (36) a. A porta abriu. (FRANCHI, 1989, p. 25)  
 b. O tanque do carro encheu. (PERINI, 2005, p. 18)  
 c. A louça quebrou. (CAMBRUSSI, 2007, p. 34)

Os exemplos em (36) são classificados na literatura (FRANCHI, 1989; PERINI, 2005; CAMBRUSSI, 2007) como construções ergativas. Suas características sintáticas são: (i) o verbo é do tipo transitivo, que, na alternância para a ergativa, perde seu AE; (ii) O AI é alçado à esquerda do verbo, para receber o caso nominativo.

Essas mesmas características sintáticas também são atribuídas às construções médias. Uma diferença básica entre elas é quanto à necessidade de modificadores adverbiais, mas disponíveis na estrutura básica das ergativas. Quando falamos da estrutura básica, nos referimos à não exigência de advérbio nestas, embora a presença ou ausência de advérbio nas ergativas nada tenha a ver com sua gramaticalidade.

Nesse quesito, argumentamos acima que esses modificadores nem sempre são necessários na construção média, já que, como discutido acima, existem construções médias que não necessitam de advérbios para sua gramaticalidade. Sendo assim, a única diferença sintática entre ergativas e médias seria a presença de algum advérbio, mas, como também há médias sem advérbio, esse critério sintático não se sustenta. Esse é um dos motivos que faz Perini (2005, p. 13) argumentar que

“A distinção entre construção ergativa e construção média em português não se justifica, porque não se aplica à subclassificação dos verbos; conseqüentemente, a distinção entre ergativa e média não tem utilidade para o estabelecimento de diáteses

<sup>41</sup> Para maiores esclarecimentos sobre essa discussão, consulte Negrão e Viotti (2008) e Duarte (2012).

verbais. As diferenças apontadas na literatura para distinguir ergativas de médias são decorrentes de fatores independentes, não relacionados com uma presumível propriedade da construção propriamente dita: o aspecto verbal e fatores ligados ao nosso conhecimento de mundo”.

Na perspectiva apresentada pelo autor, a diferença entre ergativas e médias não se justifica porque as diferenças apontadas na literatura são de ordem aspectual ou fatores independentes, ou seja, não estão no nível estrutural. Isso fica explícito quando o autor menciona que, se não há subclassificação dos verbos, então não há estabelecimento de diáteses verbais, o que inviabiliza diferenciar as duas construções. Nesse sentido, não há diferenças sintáticas entre as construções médias e as ergativas, pois elas se distinguem no nível semântico. Fato com o qual concordamos, haja vista a análise sintática já apresentada nesta seção.

#### 4.5 SÍNTESE

Discutimos neste capítulo a estrutura sintática das construções médias, observando que essas construções são do tipo intransitivo, derivadas de sua forma transitiva, por conta disso, assumimos a proposta de Yang (1994), que as chama de intransitivo derivado. Nesse mesmo caminho, verificamos que as construções passivas apresentaram as mesmas características de um intransitivo derivado. No entanto, isso não quer dizer que as construções médias são iguais às passivas, como pudemos confirmar com os testes apresentados por Negrão e Viotti (2008). Elas também mostraram que os estudos que apontam para a semelhança entre as médias e as passivas pronominais, por conta da presença do *se* em ambas, não se sustentam, em razão de o clítico *se* não figurar nas médias no PB.

Por essas construções serem do tipo intransitivo, foi necessário discutir a classe intransitiva com base na proposta de Burzio (1996), que distingue essa classe em duas: os verbos inacusativos e os verdadeiros intransitivos. Verificamos que tomando essa distinção como base, as construções médias apresentam um comportamento dos verbos da classe inacusativa, posto que seleciona apenas AI, o qual é movido para posição de sujeito, por ser o único elemento que pode ser alçado a essa posição.

Seguindo essa linha estrutural, avaliamos as construções médias quanto às exigências para sua boa formação. Autores, como Inês Duarte (2003), afirmam ser necessário um modificador adverbial para que a construção seja gramatical. No entanto, ao comparar essa afirmação com o comportamento de algumas estruturas médias analisadas por McConnell-Ginet (1994) e Lekakou (2005), a ideia de que as médias exigem algum modificador adverbial na sua estrutura básica não se confirmou. Na verdade, vimos que outros recursos podem suprir a ausência do advérbio, como entonação, negação ou modais.

Ainda neste capítulo, discutimos a questão do marcador morfológico nas médias e apresentamos uma comparação translinguísticas, em que a maioria das línguas geralmente toma uma forma reflexiva para marcação das médias. No entanto, esse marcador (*se*) não é realizado no PB, embora continue no PE<sup>42</sup>.

Estamos argumentando que as construções médias assumem as mesmas propriedades sintáticas de demissão do AE, ou seja, este não é conectado na estrutura sintática, e o AI<sub>[-animado]</sub> é alçado à esquerda do verbo, na posição de sujeito. No entanto, essas propriedades não estão restritas ao PB, já que línguas como o francês, alemão, inglês e grego (em conformidade com a discussão sobre as construções médias no capítulo 3) dispõem de construções médias, inclusive com verbos que não são típicos de alternância causativa, como *pintar*, *construir* ou *vender*. Sendo assim, não estamos diante de um fenômeno exclusivo do PB, já que está presente em diversas línguas do mundo.

Por fim, discutimos a ergatividade em comparação com as médias, apontando que são fenômenos diferentes que se aproximam apenas no nível estrutural. Com isso, discordamos do posicionamento de Perini (2005) de que não há razão para distinguir médias de ergativas. Apresentaremos argumentos relacionados a esse posicionamento no próximo capítulo.

---

<sup>42</sup> É necessário haver mais estudos para explicar o porquê de o PE variar no uso do *se* em construções médias.

## CAPÍTULO 5

### ASPECTOS SEMÂNTICOS: PAPEL TEMÁTICO E ASPECTO

Neste capítulo, analisaremos duas propriedades semânticas que circundam as construções médias. Essas propriedades são os papéis temáticos e os aspectos – gramatical e lexical. Abordaremos três perspectivas de análise para os papéis temáticos, levando em consideração a teoria gerativa, a proposta de Dowty (1991), Cançado (2005) e Cançado e Amaral (2016). Já nas relações de aspecto gramatical e lexical, veremos que são duas classes distintas para análise, a primeira relacionada às noções de tempo e a segunda diz respeito às informações semânticas contidas no verbo. Por fim, traremos uma síntese das ideias apresentadas neste capítulo.

#### 5.1 O PAPEL TEMÁTICO NAS CONSTRUÇÕES MÉDIAS

A noção de papel temático é bastante relevante na caracterização das construções médias, posto que as questões semânticas estão presentes nas nossas discussões. No entanto, mostraremos que esse não é um ponto relevante para distinguir as médias de outras construções, mas sim de apresentar as diferentes características do fenômeno estudado.

##### 5.1.1 O papel temático na literatura

Os papéis temáticos são noções semânticas que apresentam uma relação direta entre a estrutura e propriedades sintáticas (cf. CANÇADO; AMARAL, 2016). Essas noções têm sido objeto de estudo na linguística sob diversas facetas. Uma delas é a perspectiva gerativista, na Teoria de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981), que não considerava a atribuição de papel temático ou papel- $\theta$  como um componente primitivo da língua, mas utilizava dessas propriedades semânticas para estabelecer uma relação com as computações sintáticas. A segunda proposta é a de Dowty (1991), que se baseia na ideia de seleção argumental, um princípio das línguas naturais para determinar quais papéis temáticos estão associados aos argumentos de um determinado verbo. Uma terceira proposta é a de Cançado (2005), que

toma a noção de predicação para os papéis temáticos como um componente autônomo da teoria gramatical.

#### 5.1.1.1 A perspectiva gerativista

Na primeira proposta de cunho gerativista, os papéis temáticos formam um conjunto de noções semânticas atribuídas aos argumentos selecionados por predicadores, isto é, cada predicador dispõe de uma quantidade de argumentos, aos quais vai atribuir um papel temático. As noções semânticas mais comuns são as de agente, paciente, tema, experienciador e alvo. Tomemos o verbo *chutar* como exemplificação:

(1) a. O menino **chutou** a bola. (MIOTO; SILVA; LOPES, 2013, p. 130)

- b. **Chutar**: categoria [-N, +V]  
 n° de argumentos [-, -]  
 c-seleção [DP, DP]  
 s-seleção [Agente, Tema/Paciente]

Os autores trazem em (1) informações sintáticas e semânticas atribuídas ao predicador *chutar*, como a categoria a qual pertence, ou seja, verbal; o número de argumentos que esse predicador seleciona, contabilizando dois argumentos para sua saturação<sup>43</sup>; a categoria selecionada para cada argumento, neste caso, dois DPs (*Determiner Phrase* – Sintagma Determinante); e, finalmente, a seleção semântica, em que, neste caso, são atribuídos dois papéis temáticos aos DPs, o de agente e o de tema ou paciente – a parte que nos interessa para essa discussão.

Nessa perspectiva, os papéis temáticos não têm um caráter primitivo nas línguas naturais, pois o que é considerado primitivo é o número de argumentos selecionados pelos predicadores, ou seja, a c-seleção (seleção categorial). A s-seleção (seleção semântica) está ligada às computações sintáticas, as quais determinam qual o tipo de argumento é selecionado pelo verbo e a posição que ele ocupará. Em seguida, esses argumentos recebem um papel temático atribuído pelo predicador. Esse comportamento de seleção categorial e atribuição de papel

<sup>43</sup> *Saturação* é um termo utilizado para quando todos os argumentos selecionados pelo predicador estão preenchidos. É o que se observa no exemplo em (1), em que, no caso do verbo *chutar*, são selecionados dois argumentos – Argumento Externo e Argumento Interno – para sua saturação: o menino (AE) e a bola (AI).

temático não é uniforme, visto que há diferentes configurações sintáticas nas línguas. Um exemplo disso é os verbos que se encaixam nas categorias transitiva e intransitiva (inergativo e inacusativo).

Adger (2002) apresenta três classes de verbos com comportamento diferente na atribuição de papel temático, conforme (2):

(2) a. *Anson kicked the cat.* (ADGER, 2002, p. 62)

‘Anson chutou o gato’.

b. *Alison ran.*

‘Alison correu’.

c. *The horse fell.*

‘O cavalo caiu’.

Em (2a), o verbo *kicked* (chutou) seleciona dois argumentos (DPs) para ficar saturado, ou seja, fazer parte de uma proposição (cf. ADGER, 2002). Nesse sentido, esse verbo tem dois papéis temáticos para atribuir a esses argumentos, sendo um agente (a pessoa que chuta) na posição de sujeito e um paciente/tema na posição de complemento. A distinção entre essas duas propriedades ocorre no sentido de que o agente apresenta volição, podendo interromper uma ação quando quiser e o paciente apresenta afetação, não tem volição. Os predicadores que assumem essas características são chamados de transitivos.

Conferida a primeira classe – os transitivos –, passamos para a classe dos intransitivos. Esses verbos são caracterizados por selecionarem apenas um argumento, o que quer dizer que eles só podem atribuir um papel temático. No entanto, essa classe se subdivide em duas: os inergativos e os inacusativos, como é chamado por Adger. Os inergativos se caracterizam por selecionarem apenas um DP, ao qual será atribuído o papel temático de agente, conforme (2b). Os inacusativos apresentam o mesmo tipo de seleção sintática, como em (2c), mas há uma diferença deste para os inergativos, que se dá no plano da atribuição de papel temático. Ao passo que os inergativos selecionam um DP e lhe atribuem o papel temático de agente, os inacusativos atribuem ao DP um tema.

A distinção de classes se justifica porque estamos avaliando as construções médias, que selecionam apenas um DP. Se o predicador só seleciona um DP, ele é classificado, nessa perspectiva, como intransitivo. Ainda assim, como vimos, essa classe é subdividida em dois grupos. As construções médias encaixam-se na classe dos inacusativos, lembrando que

nesta dissertação estamos considerando que essas construções são derivações intransitivas, mas na proposta do autor, elas se encaixam na inacusatividade, posto que selecionam um DP que recebe o papel temático de tema, como pode ser verificado em (3):

(3) a. João **pinta** a parede branca rapidinho.

b. Essa parede branca **pinta** rapidinho.

Em (3a), o verbo *pintar* seleciona dois argumentos, o DP<sub>[João]</sub> e o DP<sub>[a parede branca]</sub>, ou seja, esse predicador é do tipo transitivo. Já em (3b), que é uma construção média, o Spec vP não é projetado na estrutura sintática, fazendo com que o único DP selecionado pelo predicador, *essa parede branca*, assuma a posição de sujeito da proposição. Como esse DP não é agentivo, mas sim um tema, o verbo em (3b) é classificado como um inacusativo, segundo a discussão de Adger (2002, p. 62).

Até então, pode-se pensar que as duas proposições em (3) estão relacionadas ao mesmo predicador verbal, até porque ambos apresentam a mesma forma linguística, o que não é verdade se considerarmos que a perspectiva gerativista baseia sua análise em traços internos a esses elementos. Neste quesito, os predicadores de (3a) e (3b) são distintos por apresentarem, justamente, comportamentos sintáticos e semânticos díspares.

Passada essa discussão sintática, adentremos na atribuição dos papéis temáticos para os exemplos em (3). Como já mencionado anteriormente, na construção média, o único DP selecionado recebe o papel temático de tema. Essas nomenclaturas são noções semânticas atribuídas aos predicadores durante a computação sintática. Há uma lista desses papéis temáticos, mas, na perspectiva da sintaxe gerativa, enfatizam-se apenas: agente, paciente, tema, experienciador, alvo e fonte. A distinção entre eles ocorre mediante propriedades semânticas como volição (agente), afetação (paciente/tema), relações de experiência psicológicas ou física (experienciador), entidade para onde algo é movido (alvo) e local de onde a entidade movida partiu (fonte).

Segundo a discussão de Mito, Silva e Lopes (2013, p. 142), a atribuição desses papéis temáticos é realizada com base num critério, conhecido na gerativa como o Critério- $\theta$ , que tem o seguinte corolário:

(4) CRITÉRIO- $\theta$ 

- (i) Cada argumento tem que receber um e um só papel temático;
- (ii) Cada papel temático tem que ser atribuído a um e um só argumento.

Esse critério é um princípio linguístico, que, como tal, não pode ser violado, pois, caso o seja, a sentença se torna agramatical. O critério estabelece que (i) um argumento, externo ou interno, só pode receber um papel temático cada e que (ii) esse papel temático atribuído não pode se repetir, por isso, apenas um argumento só pode ser ou agente ou tema. Defendemos, inclusive, que o papel temático é sempre tema nas construções médias. Analisemos essa atribuição abaixo:

(5) a. João cortou o bolo.  
       [agente] V [tema]

b. João cortou Pedro.  
       [agente] V [paciente]

Em (5), o verbo *cortar* selecionou dois argumentos (um externo e um interno). No entanto, a atribuição semântica dos argumentos internos foi diferente, já que, em (3a), *o bolo* recebeu o papel temático de tema e, em (3b), foi atribuído ao DP *Pedro* o papel temático de paciente na posição de complemento. Observamos também que os argumentos externos de (5a) e de (5b) são agentivos, ou seja, os dois receberam o papel temático de agente. No entanto, como já ressaltado, pelo fato de o comportamento sintático desses predicadores ser distinto, estamos diante de dois predicadores diferentes, principalmente porque a atribuição de papel temático na posição de complemento foi distinta.

Tomada essa discussão, podemos compreender que as construções médias obedecem ao Critério- $\theta$  e aos critérios sintáticos de c-seleção, pois configuram-se como proposições na língua. Primeiramente, o predicador é saturado, posto que só seleciona um DP, que assume a função sintática de sujeito. Vejamos:

(6) A cada um minuto, quatro coisas<sub>[DPtema]</sub> **vendem**.

(7) E o dinheiro<sub>[DPtema]</sub> só **umenta** no bolso dos políticos.

(8) Essa música<sub>[DPtema]</sub> **toca** no encerramento da quadrilha.

Os predicadores *vender*, *coar* e *tocar* selecionam apenas um DP para dar conta de sua saturação e caracterizar-se como uma proposição, visto que são predicadores intransitivos, conforme a classificação de Adger (2002). Além disso, esses predicadores obedecem ao postulado da categoria que selecionam, ou seja, DP em todos os exemplos de (6-8). A prova de que esses predicadores se encaixam nessa classe é o papel temático que foi atribuído a essas posições, sendo tema.

#### 5.1.1.2 A proposta de Dowty (1991)

A proposta de Dowty (1991) para o que se conhece na literatura como papéis temáticos tem como base a noção de protopapéis. Para o autor, os papéis temáticos não são primitivos semânticos, mas sim noções definidas em termos de acarretamentos lexicais, o que quer dizer que os verbos têm compostos semânticos lexicais que definem o papel temático atribuído a cada posição argumental. Nessa perspectiva, a proposta traz uma relação sintática e semântica, em que as posições de sujeito e complemento são contempladas e, para dar conta de avaliar quais papéis estão designados a cada posição, o autor apresenta a seguinte análise:

(9) x **verbo** y

No esquema em (9), há duas posições distintas para um determinado verbo. A primeira é x, que representa a posição de sujeito, ao passo que y representa a posição de complemento verbal. Tomemos o verbo *comprar* como exemplificação:

(10) João<sub>x</sub> **comprou** um presente<sub>y</sub>.

Em (10), o verbo *comprar* selecionou dois argumentos sintáticos, um sujeito e um complemento. O acarretamento semântico individual para a posição de sujeito é o de *comprador* e o da posição de complemento, o de *comprado*. O autor chama de acarretamento semântico individual porque, em sua proposta, as duas posições devem ser avaliadas individualmente, não havendo a presunção das duas posições, como é feito em outras perspectivas.

Ao relacionar essa proposta com a perspectiva tradicional de uma lista de papéis temáticos, o autor classifica  $x$  como protoagente e  $y$  como protopaciente. A relação com a teoria tradicional ocorre porque as terminologias de agente e paciente se mantêm. A diferença entre essas duas propostas é perceptível quando Dowty (1991) apresenta a noção de papéis temáticos-tipo, que é um conjunto geral de traços comuns aos elementos atribuídos à posição de sujeito e outros traços comuns atribuídos à posição de objeto, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4: Acarretamento dos protopapéis.

<b>PROTOAGENTE</b>	<b>PROTOPACIENTE</b>
Envolvimento de volição no evento ou estado;	Sofre mudança de estado;
Consciência ou percepção;	Tema incremental;
Causa um evento ou mudança de estado em outro participante;	Afetado de forma causal por outro participante;
Movimento relativo à posição de outro participante;	Estacionário relativamente ao movimento de outro participante;
Existência independente do evento nomeado pelo verbo.	Não existe independentemente do evento ou de forma alguma.

Fonte: Quadro criado pelo autor a partir da tradução dos protopapéis de Dowty (1991, p. 572).

O Quadro 4 mostra que, para um verbo de dois argumentos, como *comprar*, a posição de sujeito deve conter algum traço de protoagente, enquanto, para a posição de complemento, deve-se agregar algum traço de protopaciente. Caso a posição de complemento comporte algum traço de paciente ou a posição de sujeito comporte traços de paciente, o que vale é a maior quantidade de traços do protoagente para a posição de sujeito e a quantidade de traços de protopaciente para a posição de complemento. Dowty (1991) ainda analisa que, se um argumento contém a maioria de traços das duas classes, é porque tal argumento pode figurar nas duas posições sintáticas – sujeito e complemento.

Dados os acarretamentos dos protopapéis – *protoagente* e *protopaciente* –, o autor exemplifica<sup>44</sup> algum desses traços com exemplos do inglês, apresentado abaixo:

<sup>44</sup> Todos os exemplos de (11) e (12) são de Dowty (1991, p. 572-574).

- (11) a. *John is being polite to Bill.*  
João está sendo educado com Bill.
- b. *John sees/fears Mary.*  
João vê/tem medo de Maria.
- c. *His loneliness causes his unhappiness.*  
A solidão dele causa sua infelicidade.
- d. *The bullet overtook the arrow.*  
A bala ultrapassou a flecha.
- e. *John needs a new car.*  
João precisa de um carro novo.

Em (11), o autor apresenta exemplificações para a independência de acarretamento do protoagente. Em (11a), temos um contexto que apresenta envolvimento de volição na posição de agente; em (11b), há dois contextos: o de percepção com o verbo e o de consciência; já no exemplo seguinte, em (12c), a relação que causa uma mudança de estado em outro participante; em (12d), há um movimento relativo à posição de outro participante, da bala para a flecha; e, por fim, em (12e), *John* existe independente do evento nomeado pelo verbo, o que quer dizer que *John* existe antes e depois do evento. No caso do protopaciente, o autor chama a atenção para o fato de ser complicado isolá-lo por completo, por conta da diversidade de propriedades que ele carrega, mas indica os exemplos em (13) como uma proposta de acarretamento para o protopaciente:

- (13) a. *John erased the error.*  
João apagou o erro.
- b. *John filled the glass with water.*  
João encheu o copo com água.
- c. *Smoking causes cancer.*  
Fumar causa câncer.
- d. *The bullet entered the target.*  
A bala entrou no alvo.
- e. *John built a house.*  
João construiu uma casa.

Os exemplos em (13) ilustram a independência de acarretamento do protopaciente. Em (13a), o complemento do verbo sofreu uma mudança de estado; em (13b), *o copo* é um tema incremental; em (13c), temos a afetação causalmente; em (13d), o alvo está estacionário em

relação à *bala*; por fim, em (13e), *uma casa* pode ser criada ou destruída, ou seja, esse complemento é dependente do evento. Com essas exemplificações, o autor tenta mostrar que é possível atribuir os acarretamentos aos argumentos em determinadas posições, mas também mostra que esses acarretamentos podem aparecer mais de uma vez em um argumento, como é o caso de (14):

(14) *John moved the rock.*  
 ‘John moveu a rocha’.

Em (14), o complemento é um protoagente, mas que não tem como acarretamento apenas mudança de estado, (i) como também foi causalmente afetado por outro participante, (ii) é um tema incremental, (iii) existe independente do evento nomeado pelo verbo tem movimento em relação a outro participante (iv). Se separarmos os cinco acarretamentos para o exemplo em (13), verificamos que (i), (ii) e (iii) são acarretamentos do protopaciente e (iv) e (v) são do protoagente. Conforme a análise de Dowty (1991), o fato de a maioria dos acarretamentos ser de protopaciente faz com que esse argumento esteja na posição de complemento.

Esses traços individuais são levados em conta porque, para o autor, não existe apenas um tipo de agente ou de paciente, essas categorias mais gerais dispõem de traços específicos que podem aparecer em um contexto linguístico, mas não em outro. Ao designar um papel temático de agente ou paciente, como é comumente feito na literatura, dá-se a entender que todo argumento que aparecer na posição de agente é do mesmo tipo, o que de fato não ocorre, pois nem todos os acarretamentos ocorrem nas posições argumentais para o sujeito, como no exemplo em (14), que apresenta acarretamentos de protoagente, mas não se configura como agente.

A proposta de Dowty (1991) é interessante do ponto de vista dos acarretamentos, pois o autor se propôs a delimitar diversos traços que caracterizam as posições de sujeito e complemento com relação aos papéis temáticos, enxugando, assim, conforme aponta o autor, a grande lista de papéis temáticos, problemática em relação às suas definições. As definições com base na noção de protopapéis revela-se mais interessante na relação de atribuição de papel temático, não deixando margem para divergências de classificação.

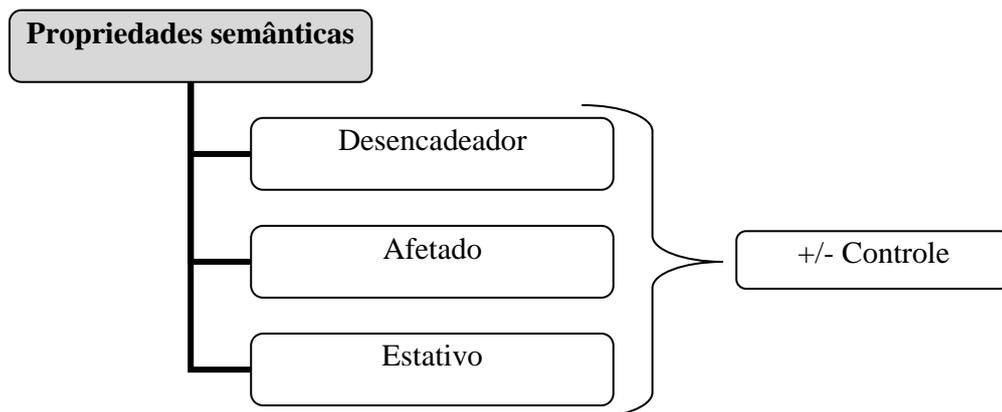
### 5.1.1.3 A proposta de Cançado (2005)

A proposta de Cançado (2005) tem relevância porque a autora toma como base a proposta de Dowty (1991) sobre o acarretamento lexical dos papéis temáticos e acrescenta propriedades que dão conta de outros aspectos, como é o caso dos verbos estativos, não incluídos por Dowty.

Cançado (2005) argumenta que a proposta apresentada por Dowty (1991) para uma decomposição dos papéis temáticos, partindo da noção de protopapéis, é interessante porque é possível estabelecer critérios que identifiquem as funções semânticas atribuídas pelos verbos. No entanto, a autora chama a atenção das propriedades semânticas dos protoagentes e protopacientes, que muitas vezes estão interligadas uma nas outras, como exemplo para os protoagentes, não seria possível *ter volição* e não *ter percepção/consciência* da ação. No que diz respeito aos protopacientes, ter existência é uma mudança de estado, conforme observado por Cançado.

Com base nessa observação, a autora propõe que há quatro propriedades semânticas fundamentais que estão relacionadas com a semântica e a sintaxe, sendo elas:

Figura 1: Propriedades semânticas fundamentais propostas por Cançado (2005)



Fonte: Esquema criado pelo autor com base nas propriedades apresentadas em Cançado (2005)

O esquema acima foi elaborado para compreendermos a proposta de Cançado (2005). A autora não se baseia na ideia de papéis temáticos de forma tradicional, mas leva em

consideração as propriedades/acarretamentos deles. Nessa perspectiva, há três propriedades semânticas encontradas nos acarretamentos lexicais, sendo elas: *desencadeador*, *afetado* e *estativo*. O *controle* também é uma propriedade acrescentada por Cançado (2005), mas esse controle é uma propriedade que pode fazer parte das outras três, por isso aparece no esquema relacionado às propriedades semânticas maiores.

A propriedade de desencadeador está relacionada a diversos papéis temáticos, como é o caso do agente e causa, os mais comuns de serem associados, mas, como mostra Cançado (2005, p. 33), podemos encontrar essa propriedade no paciente ou experienciador.

(15) a. **Paulo** leu/analisou/interpretou um livro. (CANÇADO, 2005, p. 33)

b. **João** quebrou o vaso com um martelo.

c. **João** decidiu não mais quebrar o vaso com um martelo.

Nos exemplos em (15), a autora mostra que *Pedro* e *João* têm a propriedade de serem desencadeadores da ação, embora os papéis temáticos associados a esses argumentos sejam diferentes. Em (15a), Paulo receberia o papel de experienciador da ação, já em (15b) e (15c), João receberia o papel de agente, visto que ele apresentaria os acarretamentos de volição, causa uma mudança de estado no paciente e existe independentemente do evento verbal. Mas a proposta de Cançado vai mostrar que a propriedade de desencadeador é dependente do evento descrito, não relacionada a um determinado papel temático, como na perspectiva tradicional. Além do mais, juntamente com essa propriedade, o que difere (15b) de (15c) é a propriedade de controle. Na primeira, João é o desencadeador do processo e tem controle sobre ele, ao passo que, na segunda, em (15c), João não tem mais o controle da ação, visto que o evento descrito mudou.

Com relação à segunda propriedade, *afetado*, Cançado (2005) define que essa propriedade está relacionada à mudança de estado, conforme os exemplos abaixo:

(16) a. João jogou a bola.

b. João recebeu uma herança.

c. João recebeu um tapa.

Em (16), *a bola* tem a propriedade de afetado porque mudou de uma posição A para uma posição B. *João*, em (16b), também apresenta a propriedade de afetado por conta do

recebimento da herança, ou seja, mudou de estado. O interessante é que a propriedade de controle também está associada a *João* em (16b), pois, na junção de afetado + controle, temos a capacidade de interromper o processo (cf. CANÇADO, 2005, p. 34). A mesma análise não vale para *João* em (16c), já que ele não tem o controle da ação, isto é, só detém a propriedade de afetado.

A terceira propriedade é a de estativo, que corresponde a não alteração durante os intervalos do evento descrito, consoante os exemplos abaixo propostos pela autora:

(17) a. João leu um livro. (CANÇADO, 2005, p. 36)

b. João tem uma casa.

c. Esse livro custa cem reais.

d. João mora em B.H.

Em (17), todos os argumentos em destaque apresentam a propriedade de estativo, pois, em qualquer parte do evento, *um livro*, *uma casa*, *cem reais* ou *João*, não muda de estado, ou seja, não sofrem afetação, mas sim estado; o mesmo ocorre em (17b) e (17c), *a casa* não se altera no intervalo de tempo, muito menos o valor atribuído ao livro. No tocante a (17d), a autora mostra que a propriedade de controle também pode estar presente na propriedade de estado, pois, nesse caso, *João* tem a propriedade de estado, mas pode interromper esse estado, ou seja, tem o controle do evento.

A proposta de Cançado é importante porque restringe mais uma análise de atribuição dos papéis temáticos, suprimindo a necessidade de descrição mais adequada aos chamados agente, paciente, tema, experienciador, etc., que, a depender do contexto, destoava na classificação de autor para autor, devido aos diferentes entendimentos do que seja um agente, um paciente, etc.

#### 5.1.1.4 Uma análise das propostas para papel temático

Após a análise de três propostas para os papéis temáticos numa perspectiva gerativista, semântico-lexical, de Dowty (1991), e outra sintático-semântica, de Cançado (2005), pudemos observar que são perspectivas que se complementam, seja por uma análise

predominantemente sintática ou levando em consideração fatores semânticos como determinantes para a atribuição de papel temático aos argumentos dos verbos.

A primeira perspectiva – de cunho gerativista – fundamenta-se numa perspectiva sintática, justamente porque não toma as noções semânticas dos papéis- $\theta$  como teoria linguística, a semântica trabalha em interface com a sintaxe. Desse modo, as funções semânticas são atribuídas na interface conceitual-intensional para que os argumentos recebam o papel temático disponível para eles, mediante o número de papéis disponíveis pelo predicador, transitivo ou intransitivo (inergativo e inacusativo). Esses papéis são comumente rotulados de agente, paciente, tema, experienciador, fonte e alvo, isto é, uma lista de funções semânticas que apresentam algumas propriedades básicas para sua caracterização, como é o caso de *tema*, quando analisadas em alguns dados de línguas. Na teoria gerativa, os papéis temáticos foram introduzidos como subordinados à sintaxe, a qual tem a função de determinar as posições em que esses papéis podem figurar, com base no Critério- $\theta$ , que diz que todo argumento deve receber papel- $\theta$ , restringindo ainda a quantidade de papéis para cada argumento, resultando em um único papel, ou seja, o predicador dispõe de uma quantidade de papéis, no máximo três, que devem ser atribuídos aos argumentos selecionados. Com o intuito de descrever mais detalhadamente as funções semânticas, não subordinadas às relações sintáticas, Dowty (1991) propõe que a lista de papéis temáticos não é interessante do ponto de vista teórico, pois essas categorias são mal descritas quando aplicadas aos dados. Nesse prisma, o autor compreende que a função semântica dos argumentos deve ser analisada com base em acarretamentos (ou propriedades) semânticos. Para tal fim, são considerados dois grandes grupos chamados de protoagente e protopaciente, cada qual relacionado às posições argumentais sujeito e complemento, respectivamente. Para cada grupo, foram apresentados traços próprios para os protoagentes (volição, existência, consciência/percepção, etc.) e para os protopacientes (sofrer mudança de estado, ser afetado, etc.). A função semântica é atribuída ao argumento a partir da quantidade desses traços que esse argumento carrega, como apresentado anteriormente. O interessante dessa proposta é a abertura para especificar o que é considerado por agente, paciente, tema, experienciador. Além do mais, para Dowty (1991), a atribuição dessas funções semânticas não depende do verbo, mas sim do contexto em que esse verbo ocorre, ou seja, os argumentos e os adjuntos podem interferir no contexto e, assim, determinar outros traços para as posições sintáticas e, conseqüentemente, mudança nos traços semânticos.

De forma complementar, Cançado (2005) se vale da proposta de Dowty (1991) para analisar as funções semânticas, mas, como a própria autora coloca, a proposta do autor foi reformulada

para dar conta de outros aspectos não contemplados por Dowty, como, por exemplo, os contextos estativos. Cançado (2005) também considera os acarretamentos, mas observa que eles podem estar ligados uns aos outros, o que a faz analisar esses traços e propor apenas quatro deles: desencadeador, afetado, estativo e controle como propriedades fundamentais para as funções semânticas dos argumentos. Desses quatro, apenas o controle está interligado aos demais, o que quer dizer que podemos encontrar eventos descritos (como chama a autora) em que os argumentos sejam do tipo desencadeador+controle, afetado+controle, ou mesmo estativo+controle. Nesse quesito, não é apenas a função de agente que detém a propriedade de controle da ação, mas também o paciente ou o experienciador.

Assumimos o critério- $\theta$  nas nossas análises, como também o fazem os outros dois autores, pois esse critério dá conta da realidade linguística, de que apenas um e somente um papel temático pode ser atribuído a cada argumento. No entanto, é com apoio na ideia de acarretamento de Cançado (2005) que serão analisadas as construções médias com o objetivo de verificar se essas propriedades interferem de algum modo na análise dessas construções em comparação com exemplos de construções ergativas.

## 5.2 AGENTIVIDADE

A agentividade é um traço semântico indispensável na análise das construções médias, por conta de estudos que apresentam uma proposta de apagamento desse traço para a formação das construções médias, conforme pode ser observado em McConnell-Ginet (1994), Lekakou (2005) e Ciríaco (2011), ou a demissão do agente, consoante a proposta de Negrão e Viotti (2008). Essas propostas sempre trazem à tona a questão do agente porque consideram que as construções médias e ergativas são do tipo intransitivo derivado (cf. MCCONNELL-GINET, 1994), isto é, parte de uma estrutura transitiva como primitiva. Entretanto há uma diferença considerável entre as duas, como nos exemplos em (18) e (19):

- (18) a. João **suja** esse piso bem.  
 b. \* $\emptyset$  **suja** esse piso bem.  
 c. Esse piso **suja** bem.
- (19) a. João **derreteu** o gelo.  
 b.  $\emptyset$  **derreteu** o gelo.  
 c. O gelo **derreteu**.

O exemplo em (18c) é uma construção média e, em (19c), uma construção ergativa. McConnell-Ginet (1994) e Yang (1994) consideram que construções médias são derivações intransitivas de (18a) e (19a), respectivamente. Isso decorre de um processo de apagamento do agente nas médias e nas ergativas, como pode ser observado em (18b) e (19b).

Numa análise inicial, percebemos que os verbos que permitem essa alternância (transitiva > intransitiva) precisam apresentar a propriedade de desencadeador na estrutura transitiva do verbo, que é o que ocorre em (18a) e (19a). Em ambos, *João* é o desencadeador da ação. Mas vale lembrar que a distinção entre ergativa e média vai muito além dessa propriedade.

### 5.2.1 As construções ergativas

As construções ergativas fazem parte da classe de verbos de alternância causativa<sup>45</sup> e, segundo Cançado (2016), esses verbos apresentam restrições semânticas que estão ligadas à atribuição de papel temático. A autora explica essa restrição com base nos exemplos abaixo:

- (20) a. O vento abriu a porta. {causa, tema} (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 77)  
 b. A porta (se) abriu. {tema}

Em (20), o verbo *abrir* é do tipo que aceita a alternância causativa porque apresenta uma forma transitiva (20a) com atribuição de papel temático (causa e paciente) e uma forma intransitiva (20b), em que o complemento do verbo passa a ser o sujeito da sentença. No entanto, não é apenas essa possibilidade que restringe os verbos do tipo *abrir* de apresentar uma forma intransitiva, mas sim as propriedades semânticas atribuídas aos argumentos. Segundo a autora, o AI do verbo, que alterna de forma transitivo > intransitivo, contém as propriedades de paciente no complemento e o sujeito da forma transitiva não precisa necessariamente ser agentivo, mediante os exemplos de (21) a (24)<sup>46</sup>:

<sup>45</sup> Em Negrão e Viotti (2008), alternância causativa atinge e envolve a construção média. Para Cançado, a alternância causativa não envolve a construção média.

<sup>46</sup> No original, em Cançado (2016, p. 78), os exemplos são enumerados de (104), (106), (107) e (109).

- (21) a. O vento empurrou a porta. {causa, tema}  
 b. \*A porta (se) empurrou
- (22) a. O aluno adorou a nova professora. {Experienciador, Objeto estativo}  
 b. \*A nova professora (se) adorou.
- (23) a. A cozinheira temperou a comida. {agente, paciente}  
 b. \*A comida (se) temperou.
- (24) a. A decoradora enfeitou a casa. {agente, paciente}  
 b. \*A casa (se) enfeitou.

Os exemplos de (21) a (24) revelam que esses verbos não aceitam a alternância causativa nesses contextos. O fato de (21) e (22) não permitirem uma forma intransitiva do verbo é porque *a porta*, em (21b), não pode desencadear ou não tem propriedade que possa causar o evento verbal, ou seja, uma causa potencialmente externa, que *o vento*, em (21a), tem. Já (23) e (24) são estritamente agentivos, ou seja, não permitem a realização de uma construção ergativa, que tem como estrutura semântica básica na forma transitiva {causa, paciente} e na forma intransitiva {paciente}, isto é, o verbo necessita de um agente, para desencadear a própria ação, por isso é estritamente agentivo.

### 5.2.2 As construções médias

As construções médias também parecem obedecer às restrições semânticas apresentadas por Cançado (2016, p. 78). No entanto, diferentemente das ergativas, as construções médias dependem de um agente para sua formação, ou seja, os verbos estritamente agentivos que a autora mencionou que não aceitam a alternância causativa podem ocorrer nas construções médias. Comparemos os exemplos (23b) e (24b), repetidos abaixo como (25), com os exemplos em (26):

- (25) a. \*A comida (se) temperou.  
 b. \*A casa (se) enfeitou.
- (26) a. Essa comida tempera rapidinho.  
 b. Essa casa enfeita num instante.

Observamos que, em (25), as construções são agramaticais porque os verbos são estritamente agentivos, isto é, não permitem a alternância ergativa, porque daria a entender que o sujeito

desencadearia a ação. No entanto, quando esses verbos aparecem num contexto de interpretação média (26a) e (26b), constatamos que as sentenças são gramaticais, devido ao fato de nestas haver uma propriedade intrínseca do objeto, ou seja, *a comida tempera* é gramatical porque *a comida* detém a propriedade de passar pelo processo da ação verbal, o que também ocorre em (26b), pois *a casa* também apresenta uma propriedade intrínseca de passar pela ação designada pelo verbo. O curioso é que os verbos das construções médias também são os mesmos que fazem parte da alternância causativa. Avaliemos os exemplos abaixo:

- (27) a. A cozinheira tempera essa comida rapidinho. {agente, tema}  
 b. Essa comida tempera rapidinho. {tema}
- (28) a. A decoradora enfeita essa casa num instante. {agente, tema}  
 b. Essa casa enfeita num instante. {tema}

Os exemplos (27) e (28) apontam que o complemento dos verbos tem o traço semântico de tema (objeto afetado) e o sujeito da versão transitiva tem um agente (desencadeador da ação) em sua estrutura. Por conta disso, as construções que não eram gramaticais no contexto ergativo são licenciadas numa interpretação média.

Ao ampliar mais nossa análise, verificamos que essas restrições semânticas quanto ao papel temático não dão conta das construções médias, posto que o papel temático de causa na estrutura argumental do verbo também permite uma leitura média, conforme os exemplos abaixo:

- (29) a. O calor derrete o gelo. {causa, tema}  
 b. O gelo derrete. {tema}
- (30) a. O vento fechou a porta. {causa, tema}  
 b. Essa porta fecha (com muita dificuldade). {tema}

Os exemplos em (29) e (30) revelam que o agente não precisa estar disponível no nível semântico da forma primitiva das construções médias, pois nesses exemplos o AE da forma transitiva é uma causa, não um agente. Por esse fato, constatamos que as restrições semânticas baseadas nas noções de papel temático não são muito convincentes, justamente pelo fato de essas noções não serem bem descritas na literatura, como já apontado neste capítulo. Por isso,

propomos analisar essas restrições com base na proposta de propriedades semânticas de Cançado (2005). Repetimos os exemplos (27) e (29) abaixo:

(31) a. A cozinheira tempera essa comida rapidinho. {Desencadeador+controle, Afetado}  
 b. Essa comida tempera rapidinho. {Afetado}

(32) a. O calor derrete o gelo. {Desencadeador, Afetado}  
 b. O gelo derrete. {Afetado}

Em (31a), temos uma construção transitiva em que os argumentos do verbo apresentam três propriedades semânticas, desencadeador e controle para o AE e afetado para o AI. Com relação a (32a), o AE também é desencadeador, no entanto, não detém controle sobre a ação e o AI também é afetado. Isso faz com que os exemplos (31b) e (32b) permitam uma leitura média, ou seja, são gramaticais porque a restrição semântica para tal formação é a de conter um desencadeador.

### 5.3 ASPECTO LEXICAL E ASPECTO GRAMATICAL

Há duas propriedades que devem ser consideradas quanto às construções médias: o aspecto gramatical e o aspecto lexical. Vamos perceber que essas duas categorias aspectuais caracterizam bem as construções médias, além de facilitar a diferença entre médias e ergativas. Como pontuamos, as médias e ergativas compartilham de muitas características estruturais, mas, semanticamente, depreenderemos que os traços aspectuais dessas construções são distintos. Para alcançar esse objetivo, vamos explorar o aspecto dos verbos que ocorrem nas médias e nas ergativas e, também, a questão temporal, observando qual dos tempos verbais libera a construção média e a ergativa.

#### 5.3.1 O aspecto gramatical

O aspecto gramatical é descrito na literatura (WACHOWICZ; FOLTRAN, 2006; CANÇADO; AMARAL, 2016) com relação a duas noções importantes – perfectivo e imperfectivo. Segundo Wachowicz e Foltran (2006, p. 1):

“O aspecto gramatical é caracterizado, em algumas línguas, por uma morfologia flexional que acarreta eminentemente a distinção perfectivo vs. imperfectivo. Segundo Smith (1991), é o aspecto do ponto-de-vista. Esses domínios também interagem com o tempo verbal (*tense*), que trata da localização temporal de uma eventualidade na linha do tempo e em relação ao momento da fala”.

Com base nisso, o que se reconhece como aspecto gramatical é a distinção das noções de perfectivo e imperfectivo herdadas do latim. Nesse quesito, o aspecto gramatical é observado na linha do tempo para distinguir o momento da fala.

Souza (2008, p. 2) diz que “imperfeitas (*infectum*= inconcluso) e perfeitas (*perfectum*= concluso) são resquícios de uma distinção aspectual, herança da língua latina”. Sendo assim, as noções de perfectivo e imperfectivo ajudam o falante a localizar seu ouvinte com base no momento da fala, isto é, se a situação se passa no presente, passado ou futuro e, conseqüentemente, se essa ação é conclusa ou inconclusa. Cançado e Amaral (2016, p. 142) definem o perfectivo como um aspecto que:

[...] é utilizado quando se quer descrever uma situação pelo ponto de vista externo, ou seja, como se a situação fosse um todo, sem mostrar as fases do desenrolar da situação; apresenta o fato enunciado como global, sem indicar sua temporalidade interna.

Um exemplo que descreve o uso do perfectivo no português é o pretérito perfeito, pois, nesses casos, a sentença só é verdadeira quando o enunciado apresenta uma interpretação de forma global, conforme o exemplo em (33):

(33) A professora **escreveu** uma carta. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 142)

Nesse exemplo, a ação verbal só se concretiza quando a carta já está escrita, o que quer dizer que a situação se mostrou como um todo, ou mesmo, o processo final da ação verbal.

Com relação ao imperfectivo, as autoras o caracterizam como sendo uma forma não marcada semanticamente, pelo fato de poder ser expresso em diferentes formas nas línguas humanas, isto é, não é uma forma universal. A definição para o imperfectivo é a de que:

[...] é utilizado quando se quer descrever uma situação a partir de um ponto de vista interno, ou seja, quando se quer mostrar que uma situação é composta por fases [...] a imperfectivização no português se manifesta, sobretudo, na própria marca morfológica do tempo, mas também por meio de verbos considerados aspectuais, de perífrases, de gerúndios, de modificadores, entre outras tantas marcas. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 143)

Nesse sentido, o imperfeito é completamente diferente do perfectivo, pois a ação deve se apresentar em suas fases constitutivas. Vejamos alguns exemplos:

(34) a. O Paulo **escrevia** quando jovem. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 144)

b. A Maria **escreve** atualmente.

c. O cachorro **estava correndo** na lagoa.

Em (34a), o verbo se manifesta na forma imperfectiva porque a intenção é apresentar as fases do processo. Além do mais, consideramos (34a) e (34b) como imperfectivo habitual, conforme Garcia (2010, p. 148), pois neste caso expressa-se um hábito do ponto de vista interno, ou seja, ações que formam uma ideia de repetição. Enquanto, em (34c), o imperfectivo se manifesta sob o uso da perífrase com gerúndio, já que a ideia é expressar uma situação realizada por fases sucessivas do ponto de vista interno.

Podemos observar que o aspecto gramatical está ligado aos tempos verbais para que a ação seja localizada no tempo, evidenciando também se a ideia expressa pelo verbo é conclusa ou inconclusa, apresentando-se de forma global ou sob fases do processo. Nesse viés, as construções médias são realizadas apenas no imperfectivo, restringindo-se ao presente ou ao pretérito imperfeito, pois são nesses dois tempos verbais que a situação apresenta uma interpretação genérica, ou habitual, que é imprescindível nas construções médias. Do contrário, teríamos uma interpretação eventiva, característica das construções ergativas.

### 5.3.2 O aspecto lexical

Segundo Cançado e Amaral (2016, p. 145), o aspecto lexical diz respeito a

[...] distinções aspectuais que se encontram em outro nível de análise, no léxico. Essas distinções fazem parte do que é conhecido como ‘aspecto lexical’ (também chamado na literatura de ‘*aktionsart*’, ‘modo da ação’, ‘acionalidade’ ou ‘aspecto inerente’). O aspecto lexical é uma característica aspectual inerente ao sentido do verbo, ou seja, não é marcado morfossintaticamente, pois já vem especificado na entrada lexical.

De acordo com essa definição, os verbos carregam informações lexicais que não são marcadas morfossintaticamente, isto é, apresentam noções semânticas determinadas. Essas noções

dizem respeito ao tipo verbal, que pode ser classificado em quatro categorias diferentes, considerando-se as classes aspectuais de Vendler (1967).

#### 5.4 PROPRIEDADES SEMÂNTICAS ASPECTUAIS

A classificação do aspecto lexical carregado pelos verbos é baseada em três propriedades semânticas, sendo elas: a dinamicidade, duratividade e telicidade. Essas propriedades são definidas com base numa marcação binária (+) positivo ou (-) negativo, segundo Cançado e Amaral (2016, p. 166), que irá definir a classe aspectual lexical dos verbos, que se distingue entre estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*. Trataremos de apresentar a caracterização dessas propriedades para, posteriormente, relacioná-las às classes aspectuais lexicais.

##### 5.4.1 Dinamicidade

Como já mencionamos anteriormente, as propriedades semânticas que definem as classes aspectuais lexicais dos verbos só podem ser marcadas de forma binária, ou seja, de forma positiva (+) ou de forma negativa (-). Com base na dinamicidade, considera-se uma situação dinâmica se as fases do processo forem diferentes umas das outras, como no exemplo em (35b):

(35) a. João **possui** vários carros importados.

b. João **pintou** o rosto da filha.

Os exemplos em (35) são diferentes do ponto de vista da dinamicidade. Na primeira sentença, em (35a), o verbo é caracterizado como [- dinâmico], pois a ação de possuir algo não é composta por fases diferentes, ou seja, não se prolonga no tempo, justamente, porque é uma ação permanente. Do contrário, em (35b), o verbo *pintou* constitui-se de fases diferentes, apontando para sua dinamicidade, ou seja, é [+ dinâmico]. Para que uma sentença como essa seja realizada, entende-se que João precisou iniciar o processo de pintar [+ dinâmico], alcançou vários estágios durante o desenvolvimento da ação [+ dinâmico], até chegar o ponto final, que é quando a pintura se encontra concluída.

### 5.4.2 Duratividade

A duratividade de uma ação é realizada com base na oposição pontualidade *vs.* duratividade. Uma ação pode ser pontual quando ocorre instantaneamente, ou seja, é realizada em um momento único, enquanto ações que apresentam duratividade não são pontuais, pois se manifestam por um determinado período de tempo, como em (36):

(36) a. Maria **tropeçou** na pedra.

b. João **tocou** piano para sua esposa.

O verbo *tropeçou* em (36a) é considerado pontual, pois a ação não progride no tempo. Já em (36b), a ação de tocar piano é realizada com uma duração no tempo, o que quer dizer que essa ação é durativa. Dessa maneira, analisamos os exemplos mencionados como [- durativo] em (36a) e [+ durativo] em (36b).

### 5.4.3 Telicidade

A telicidade dos verbos é estudada com base no resultado final do processo verbal. Isso quer dizer que quando uma ação verbal chega a um final definido, consideramos esse verbo como [+ télico]. No entanto, quando a ação não apresenta um resultado final claro, consideramos que esse verbo seja atélico, ou seja, marcamos negativamente o traço de telicidade [- télico]. Considere os exemplos:

(37) a. João **ama** sua esposa.

b. A bomba **explodiu**.

O verbo *amar* não acarreta um final definido para a ação, ou seja, não se chega a um resultado final. Sendo assim, a ação é do tipo atélica, ou mesmo, é marcada negativamente quanto ao traço de telicidade [- télico]. Contrariamente, em (37b), a ação alcança um resultado final, pois a bomba precisa chegar à fase da explosão para se dizer que *A bomba explodiu*. Neste caso, como se chegou a um resultado final definido, dizemos que a ação de (37b) é télica, ou marcada positivamente [+ télica].

## 5.5 ASPECTO LEXICAL BÁSICO

Cançado e Amaral (2016) apresentam as quatro classes como: estado, atividade, *accomplishments* e *achievement*, que são conhecidas como aspecto lexical básico<sup>47</sup>. Os verbos de estado são classificados como sendo aqueles que “a situação que descrevem não progride no tempo ou não se desenvolve em um intervalo de tempo, não sendo necessário nenhum tipo de força ou de movimento para que a situação se mantenha”. Podemos verificar isso em (38):

(38) a. O João tem uma casa na praia. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 149)

b. Este carro pertence ao José.

Os verbos *ter* e *pertencer*, em (38), são tidos como de estado porque não podem progredir no tempo, ou seja, João, em (38a), tem uma casa na praia em qualquer intervalo de tempo, não é pontual, mas sim estático. De maneira igual, o carro pertence a José em qualquer intervalo de tempo. Isso quer dizer que as situações que ocorrem com verbos estativos são uniformes, isto é, não precisam chegar a um ponto final.

Em oposição, os verbos classificados como de atividade progridem no tempo e necessitam de algum tipo de força relacionado a movimentos, de acordo com:

(39) a. Choveu em Manaus. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 153)

b. O Alex dançava balé.

A classificação de *chover* e *dançar* nos exemplos em (39) como de atividade é referente à progressão no tempo, ou seja, choveu em Manaus (das 12 às 15h/ das 18 às 20h/ das 21 às 22h), ou seja, para qualquer adjunto adverbial de tempo escolhido, a ação continua sendo a mesma, o que também pode ser aplicado ao exemplo em (39). Vale ressaltar que, nesta classe, não é necessário obter um resultado final, como ocorre também com os verbos de estados. Entretanto, diferentemente, dos estados, os verbos de atividade são considerados eventivos, já que progridem no tempo.

---

<sup>47</sup> O aspecto lexical é chamado de básico porque a realidade linguística pode alterar essa classificação, ou seja, surgindo uma derivação da classe básica do aspecto lexical, que exploraremos no item que segue.

A terceira classe é a dos *accomplishments*, que são eventivos e necessitam de algum tipo de força para que a ação possa ser iniciada e se mantenha, como os verbos de atividade, embora se diferenciem destes porque é possível perceber as fases do processo de forma bem delimitada, conforme o exemplo abaixo:

(40) a. O menino **construiu** um castelo de areia. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 157)

b.  $e$  = o evento de o menino construir um castelo de areia.

$e_{ti}$  = o momento em que o menino começa a construir o castelo de areia.

$e_{td}$  = o momento em que a construção do castelo está em desenvolvimento.

$e_{tf}$  = o momento em que o menino termina de construir o castelo de areia.

O que se pode notar ao analisar (40b) é que todas as fases  $e...e_{ti}...e_{td}...e_{tf}$  são completamente diferentes e, além de tudo, é imprescindível que a fase  $e_{tf}$  seja realizada, posto que, do contrário, a sentença passa a ser agramatical.

Por último, a classe dos verbos chamados de *achievement* é caracterizada por serem eventivos, tal qual os verbos de atividade e *accomplishments*, embora, neste caso, seja necessário um tipo de força que inicie a ação e haja uma mudança de estado em um único intervalo de tempo. Analisemos o exemplo abaixo:

(41) a. O vaso de planta **caiu**. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 161)

Essa classe pode ser confundida com os *accomplishments*, no entanto, para que essa sentença seja realizada, é preciso que uma força inicie a ação, *o vento*, e que o vaso de planta se quebre num determinado intervalo de tempo, ou seja, houve a mudança de estado do vaso de planta *inteiro > quebrado*. A confusão com os *accomplishments* pode ser desfeita com base no exemplo em (42):

(42)  $e_1$  = O vaso de planta está na janela.

$e_2$  = O vento forte fez com que o vaso de planta fosse empurrado.

$e_3$  = O vaso de planta começou a cair.

$e_4$  = o vaso de planta quebrou.

Se analisarmos todas as fases do evento, verificaremos que o vaso de planta continuou intacto nas três primeiras fases  $t_1...t_2...t_3...$ , mudando de estado apenas na última fase  $t_4$ , em que houve a mudança de estado de *inteiro* > *quebrado*. É justamente nesse aspecto que o *achievement* se diferencia de *accomplishments*.

Em suma, tomando como base as propriedades semânticas de dinamicidade, duratividade e telicidade para classificar as quatro classes de verbos quanto a estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*, Cançado e Amaral (2016, p. 167) resumem todas essas propriedades no quadro abaixo:

Quadro 5: As classes aspectuais lexicais quanto às propriedades semânticas

CLASSE	DINAMICIDADE	DURATIVIDADE	TELICIDADE
Estados	-	+	-
Atividades	+	+	-
Accomplishments	+	+	+
Achievements	+	-	+

Fonte: Cançado e Amaral (2016, p. 167)

Na síntese apresentada no Quadro 5, verificamos as propriedades gerais para a classificação das classes aspectuais lexicais e chegamos às seguintes conclusões, quanto à propriedade de dinamicidade, apenas os verbos de estado não dispõem dessa característica. Isso faz sentido, se pensarmos que verbos estativos não implicam em fases diferentes do processo verbal, todas as fases são as mesmas; quanto à propriedade de duratividade, apenas os *achievements* não apresentam tal característica, posto que são ações pontuais, realizadas em momentos instantâneos; por último, a propriedade de telicidade só se aplica aos *accomplishments* e *achievements*, em razão de os verbos que ocorrem nesse contexto necessitarem de um ponto final definido.

## 5.6 ASPECTO LEXICAL DERIVADO

Todos os verbos da língua são classificados em classes aspectuais consideradas como básicas. Sobretudo, a realidade linguística mostra que alguns fenômenos alteram tal classificação, ou

seja, os verbos têm um aspecto lexical básico, todavia o verbo pode assumir outra especificação, devido à mudança de propriedades que podem ser afetadas por questões sintáticas. Isso quer dizer que:

[...] speakers may also categorize a situation in an unusual manner. [...] we cannot simply classify verb constellations as associated with particular situation types. It is necessary to include variation in the account. Note that the situation type categories themselves are not inadequate: no new categories have been uncovered. One possibility is multiple categorization. But such an approach would suggest that there is no difference between the several associations of a verb constellation with situation types, which seems incorrect. [...] there is good reason to distinguish basic-level and derived categorization<sup>48</sup>. (SMITH, 1997, p. 18)

A autora mostra que os falantes podem apresentar uma situação linguística de diferentes formas. Isso está relacionado ao que a autora chama de *verb constellation* (constelação verbal), referente ao verbo e seus argumentos, que, quando estão associados a situações particulares – como o acréscimo de advérbios ou outros elementos linguísticos à constelação verbal –, interferem na situação, que pode ser alterada e, conseqüentemente, modificar o propósito de fala. Com isso, é necessário distinguir o nível básico, isto é, sem modificação na constelação verbal, da categorização derivada, que se refere ao acréscimo de elementos que possam modificar o propósito de fala, alterando o nível básico. Vejamos um exemplo:

(43) a. *I saw a star from my window.* (SMITH, 1997, p. 56)

Eu vi uma estrela da minha janela.

b. *Suddenly I saw a star.*

De repente, eu vi uma estrela.

Em (43), o verbo *see* (ver) é do tipo estativo, mas os elementos linguísticos que compõem o exemplo podem alterar a classe básica desse verbo. Em (43), temos um exemplo em que o verbo assume uma classe aspectual derivada do tipo *estado* > *achievement*, por conta da presença do advérbio. Isso fica mais evidente se adicionarmos um advérbio do tipo *suddenly*

---

<sup>48</sup> [...] os falantes também podem categorizar uma situação de maneira não usual. Não podemos simplesmente classificar a constelação verbal como associada a tipos de situações particulares. É necessário incluir variação neste quesito. Note que as categorias do tipo de situação não são inadequadas: nenhuma categoria nova foi descoberta. Uma possibilidade é a categorização múltipla. Mas tal método sugeriria que não há diferença entre as muitas associações da constelação verbal com os tipos de situação, o que parece incorreto. [...] há boas razões para distinguir o nível básico e a categorização derivada. (SMITH, 1997, p. 18) – A tradução da citação é de minha responsabilidade.

(de repente), como em (43b), em que a situação modifica o aspecto lexical básico do verbo *ver*, que passa de *x* a *y*.

De igual modo, Cançado e Amaral (2016) mostram que, quando os verbos sofrem mudança de diátese de forma transitivo > intransitivo, como ocorre na alternância incoativa-causativa, o verbo também pode mudar de categoria aspectual. Vejamos:

(44) a. O freezer **gelou** a cerveja. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 172)

b. A cerveja **gelou**.

As autoras vão mostrar que o verbo em (44a) é do tipo transitivo e é classificado aspectualmente como *accomplishment*, por ser [+ dinâmico], [+ durativo] e [+ télico]. No entanto, quando esse verbo assume a forma intransitiva, em (45b), seu aspecto lexical é de *achievement*, porque tem as características: [+ dinâmico], [- durativo] e [+ télico].

É importante realçar que não são apenas os advérbios que podem modificar um aspecto lexical básico para uma forma derivada. Nos exemplos abaixo, atestamos uma mudança de estado para *achievement*.

(45) a. A modelo **cabia** na calça jeans número 34. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 149)

b. A modelo **está cabendo** na calça jeans número 34. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 168)

O verbo *cabia* em (45a) apresenta um aspecto lexical básico de estado, pois a situação é [- dinâmica], [+ durativa] e [- télica], resultando em um verbo estativo. Não obstante, na situação em (45b), em que o verbo assume uma perífrase com a forma progressiva, a situação passa a apresentar um resultado final, ou seja, [+ télica], pois a modelo passa a caber na calça jeans de número 34, o que não ocorria antes em (45a).

Em resumo, o aspecto derivado é dependente dos elementos linguísticos, tal como advérbios, para sua realização. A ideia é a de que a inclusão desses elementos pode trazer consequências para a análise dessas propriedades semânticas, ou seja, implica em mudança de classe aspectual, que Cançado e Amaral (2016) chamam de derivação aspectual. Além disso, a observação trazida pelas autoras quanto à mudança de diátese é de grande interesse para categorizar as construções aqui estudadas, em razão de serem monoargumentais e por passarem pela mudança de diátese transitivo > intransitivo, como no exemplo abaixo:

(46) a. João<sub>[AE]</sub> **vendeu** essa casa<sub>[AI]</sub> rápido.

b. Essa casa<sub>[AI]</sub> **vende** rápido.

Em (46a), temos uma construção transitiva, pois o verbo selecionou seus argumentos, AE e AI, ao passo que em (46b), temos um intransitivo derivado de (46a), formando uma construção média. Relacionando essa construção com os traços aspectuais, observamos que o verbo *vender* passa a ser estativo no processo de intransitivo derivado – uma construção média –, posto que apresenta os traços [- télico] e [- perfectivo]. Isso quer dizer que as construções médias são atélicas e não podem ser formadas no perfectivo. Sua realização dá preferência ao tempo presente, cujo traço [- télico] permite a estatividade do verbo, mantendo a genericidade conferida às médias.

## 5.7 SÍNTESE

Apresentamos neste capítulo algumas noções básicas sobre a atribuição de papel temático aos argumentos. Para isso, levamos em consideração três propostas de análise, a gerativista, a de Dowty (1991) e Cançado (2005), propostas essas que se complementam. Essa avaliação foi realizada para compreender a atribuição de papel temático nas construções médias e nas construções ergativas, ressaltando que essas estruturas não projetam uma posição para o agente.

Feito isso, discutimos as propostas referentes ao aspecto gramatical e o lexical, para entender as quatro classes do aspecto lexical, relacionando também as propriedades semânticas que as diferenciam – dinamicidade, duratividade e telicidade, para então verificar que o aspecto lexical também se divide em duas formas de análise: a primitiva e a derivada, e é nessa última que as médias se encaixam, conforme será explorado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 6

### MÉDIAS E ERGATIVAS: UMA PROPOSTA DE DESCRIÇÃO

Neste capítulo, vamos apresentar uma descrição entre as construções ergativas e médias através de propriedades semânticas, nos níveis aspectuais – gramatical e lexical – e quanto à genericidade, que é uma das principais características das médias. Nosso objetivo é distinguir as duas construções no tocante às propriedades mencionadas. Após tal descrição em relação às construções em questão, as submetemos a testes sintáticos – em contextos com o progressivo, imperativo, clivadas, com verbos aspectuais e complemento de verbos de percepção –, que podem evidenciar o traço de estatividade das médias e o de eventualidade das ergativas. Em seguida, avaliamos a proposta de alternância argumental de instrumento de Silva e Naves (2012) e, por fim, expomos uma síntese deste capítulo.

#### 6.1 DESCRIÇÃO ASPECTUAL

Segundo a literatura (CAMBRUSSI, 2007; SILVA, 2011; SILVA; NAVES, 2012; CANÇADO; AMARAL, 2016), as propriedades aspectuais dos verbos são importantes na caracterização das construções médias e ergativas, principalmente no quesito de que tais propriedades podem ser fatores de diferenciação entre as duas construções.

Smith (1997) argumenta em favor da diferença entre aspecto lexical e derivado, pois elementos linguísticos como tempo verbal e advérbios podem alterar a classe aspectual do verbo, conforme discutido anteriormente. Essa classificação tem grande relevância ao considerar as construções médias e ergativas, visto que nem todas as classes aspectuais (estado, atividade, *accomplishments* e *achievements*) são permitidas nas construções médias.

A observação de Cançado e Amaral (2016) quanto à mudança de diátese é outro fator de extrema importância, em virtude de a transição transitivo > intransitivo acarretar uma mudança na classe aspectual do verbo. Seguimos com as propriedades que distinguem as construções médias e ergativas.

### 6.1.1 As Construções Médias

As construções médias são caracterizadas como intransitivas, do ponto de vista da diátese verbal, por serem derivações de uma construção transitiva – sua forma primitiva (cf. YANG, 1994, p. 76). Nesse caminho, o aspecto lexical da forma primitiva e da forma derivada é diferente, como no exemplo em (1):

(1) a. José **lava** o seu carro facilmente.

b. Esse carro **lava** facilmente.

O verbo *lavar* em (1a) dispõe de uma classificação aspectual de atividade, já que é [+ dinâmica], [+ durativa] e [- télica]. Já em (1b), o verbo passou por uma mudança de diátese verbal, assumindo uma forma intransitiva derivada, o que acarreta numa mudança de classe aspectual, passando da classe de atividade para a de estativa, posto que os traços semânticos que a compõem são: [- dinâmico], pois a ação do verbo não progride no tempo; [+ durativo], porque os estados têm uma duração no tempo; e [- télico], ou seja, a situação verbal não chega a um ponto final, caracterizando a construção média em (1b) como estativa.

No exemplo em (1b), analisamos uma construção média que tinha por característica primitiva um verbo de atividade, que, na forma derivada intransitiva, passa a ter uma leitura estativa. No exemplo em (2), não há uma restrição à mudança atividade > estado:

(2) a. O freezer **gelou** a cerveja. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 172)

b. Essa cerveja **gela** em poucos minutos.

Em (2a), a forma primitiva transitiva do verbo é considerada *accomplishment*, por possuir os traços [+ dinâmico], [+ durativo] e [+ télico]. Mas, como analisado por Cançado e Amaral (2016), a forma intransitiva em (2b) tem traços diferentes [- dinâmico], [+ durativo] e [- télico], isto é, passa a ter uma leitura estativa. De maneira igual, os verbos de *accomplishment* também podem aparecer nas construções médias:

(3) a. O bombeiro **desentupiu** a pia. (CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 156)

b. Essa pia **desentope** rapidinho.

Em (3a), o verbo é do tipo *accomplishment*, pois é [+ dinâmico], [+ durativo] e [+ télico]. Já em (3b), temos um aspecto lexical derivado do verbo *desentupir* em uma construção média, ou seja, uma forma intransitiva derivada, gerando uma mudança de classe aspectual para estado, pois a ação perde dois traços característicos dos *accomplishments*, que são dinamicidade e telicidade, restando apenas o traço positivo de duratividade e os demais são marcados negativamente.

Até então, observamos que os verbos de atividade, *achievement* e *accomplishment* podem aparecer na construção média, sob uma condição interna à construção, que é a derivação aspectual para uma leitura estativa. A condição interna está relacionada ao fato de as construções médias serem genéricas, o que só ocorre no escopo de uma leitura estativa. Segundo Cambrussi (2007, p. 117),

[...] o que caracteriza a genericidade expressa por meio de sentenças genéricas é a expressão de propriedades gerais que faz recordar as construções médias, nas quais há sempre a interpretação de propriedade intrínseca do tema em posição de sujeito. Uma análise plausível parece ser a de que a propriedade intrínseca que faz parte da interpretação de médias esteja ligada à genericidade envolvida na construção.

A autora defende que nas construções médias há uma interpretação de propriedade intrínseca ao sujeito da oração, uma característica dos verbos estativos. Essa análise pode ser comprovada com os exemplos abaixo:

(4) Maria **tem** bom humor.

(5) Esse piso **limpa** facilmente.

O exemplo em (4) tem uma leitura estativa primitiva, pois seu verbo apresenta uma leitura estativa por natureza, atribuindo ao sujeito uma propriedade intrínseca. No mesmo caminho, a construção média em (5) dispõe de uma leitura estativa, embora o verbo *limpar* seja primitivamente caracterizado como de atividade. A leitura estativa de (5) é possível, pois se atribui ao sujeito, neste caso, o AI – *esse piso* – uma propriedade intrínseca, a de ser fácil de limpar.

Com base na discussão levantada para a construção média e suas propriedades aspectuais, verificamos que, por serem um intransitivo derivado, como chama Yang (1994), a construção pode ocorrer com as três classes aspectuais básicas – atividade, *accomplishment* e

*achievement* – sob a condição de apresentar uma derivação aspectual para estatividade, justamente para manter o caráter genérico da ação.

### 6.1.2 As construções ergativas

As construções ergativas, em oposição às médias, apresentam apenas uma restrição quanto ao aspecto lexical, que é o fato de os verbos serem télicos. Segundo Silva (2011, p. 30), “o traço mais relevante para a formação de sentenças ergativas, levando-se em consideração as classes aspectuais e seus traços temporais, é o da [telicidade]”, restando apenas as classes *achievement* e *accomplishment*. Isso ocorre porque as construções ergativas precisam do traço de telicidade, que não está presente nos verbos de atividades e estados, por serem atélicos, como podemos observar em (6):

- (6) a. A porta **fechou**.  
 b. Carlos **fechou** a porta.

O verbo *fechar* tem o aspecto lexical básico de *achievement*, ou seja, é [+ dinâmico], [- durativo] e [+ télico]. Para a formação de uma construção ergativa, notamos que a alternância de diátese para sua forma primitiva transitiva, em (6b), o verbo muda seu aspecto lexical, ou seja, passando de *accomplishment* para *achievement*. No entanto, a construção ergativa em (6a) tem o aspecto básico de *achievement*, pois a mudança de aspecto ocorreu porque a intenção do falante foi apenas de apresentar o ponto final da mudança de estado (cf. CANÇADO; AMARAL, 2016, p. 172).

Isso explicaria uma questão importante, que é o fato de verbos que ocorrem nas construções ergativas também participarem das construções médias. Tomemos como exemplo o verbo *fechar*, que tem seu aspecto lexical básico de *accomplishment*, por ter as propriedades [+ dinâmica], [+ durativa] e [+télica], e por isso, pode ocorrer tanto nas ergativas quanto nas médias, conforme os exemplos em (7). Porém vale ressaltar que, para a formação das médias, o aspecto básico de *accomplishment* deve ser alterado para o aspecto lexical derivado de estado.

- (7) a. João **furou** o piso do banheiro.  
 b. O pneu dessa bicicleta **fura** facilmente. (SILVA, 2011, p. 31)  
 c. O pneu **furou**. (SILVA, 2011, p. 31)

O verbo furar em (7a) tem como aspecto lexical *accomplishment* e pode formar construções médias (7b) e construções ergativas (7c). No entanto, para a formação das médias, o verbo altera sua classe aspectual de *accomplishment* para estado para manter as características semânticas de genericidade e de propriedade intrínseca ao sujeito, comum aos verbos estativos. Com relação às ergativas, também é necessário uma mudança de classe aspectual, mas dessa vez não é para estado, mas sim para *achievement*, pois a intenção de (7c) é a de atingir um resultado final, o fato de o pneu ter furado.

Com a finalidade de sintetizar as duas construções – médias e ergativas – quanto aos aspectos lexicais básicos, apresentamos o quadro abaixo:

Quadro 6: Restrição das ergativas e médias quanto ao aspecto lexical básico

<b>Classes aspectuais</b>	<b>Ergativas</b>	<b>Médias</b>
Estados	–	–
Atividades	–	X
<i>Accomplishments</i>	X	X
<i>Achievements</i>	X	X

Fonte: Quadro criado pelo autor.

Nesse quadro, sintetizamos a discussão em torno da restrição aspectual básica para a formação das construções médias e ergativas. Isso quer dizer que as construções ergativas só ocorrem com verbos que apresentem telicidade, ou seja, não podem ser realizadas com verbos que exprimem estados e atividades. Já as construções médias necessitam preservar a genericidade da construção e a propriedade intrínseca ao sujeito, ou seja, característica dos verbos de estado. No entanto, para que a construção média seja licenciada, é preciso recorrer à mudança de aspecto lexical básico para o aspecto derivado, pois, neste, as médias podem ocorrer com verbos que têm o aspecto lexical básico de atividades, *accomplishments* e *achievements*. É por isso que, no Quadro 3, a marcação é negativa para estados como propriedade básica dos verbos. A propriedade de estado, nas construções médias, só é alcançado por derivação.

Outras diferenças cruciais para distinguir as médias – caracterizadas por serem estativas – e ergativas – caracterizadas por serem eventivas – estão no aspecto e tempo verbal, conforme apresentado no quadro 7:

Quadro 7: Distinção das médias e ergativas quanto ao aspecto e tempo verbal

<b>Propriedades semânticas</b>	<b>Médias (estativas)</b>	<b>Ergativas (eventivas)</b>
Mudança de estado	-	+
Habitualidade	+	-
Dinamicidade	-	+
Perfectivo	-	+
Telecidade	-	+

Fonte: Quadro criado pelo autor.

No quadro em 7, verificamos que a maioria das propriedades está ligada às construções ergativas, que só não apresenta o traço de habitualidade, conferido às médias. Essas não mudam de estado porque só descrevem situações; não são dinâmicas, visto que não é possível perceber as fases do processo verbal; não é realizada no perfectivo, já que se restringe ao tempo presente e ao pretérito imperfeito; e, por último, são atéticas, em razão de não apresentarem um ponto final da ação verbal.

## 6.2 GENERICIDADE: UMA DESCRIÇÃO

A genericidade nas línguas tem sido objeto de estudo por diversas razões, desde a caracterização desse fenômeno semântico nas línguas naturais (KRIFKA, 1987, 1995; MÜLLER, 2000) até sentenças que apresentam a genericidade como fator distintivo, como o que ocorre nas construções médias em oposição às construções ergativas. Esse critério de distinção nas médias tem sido bastante discutido por McConnell-Ginet (1994) e Zwart (1997), que mantêm o posicionamento de que há genericidade nesse tipo de construção. Nesse sentido, exploraremos esse conceito na literatura, suas classificações e a relação dessas ocorrências na construção aqui explorada.

### 6.2.1 Genericidade em expressões de referência a espécies

Krifka (1987, p. 2) apresenta o conjunto de sentenças abaixo e as classifica como genéricas de referência a espécies. Essa genericidade pode ocorrer com nomes marcados por artigos definidos ou indefinidos e nus (apenas o substantivo é realizado). Vejamos:

- (8) a. *The lion is a ferocious beast.* (NP genérico singular definido)  
 ‘O leão é uma fera feroz’.
- b. *The lions are ferocious beasts.* (NP genérico plural definido)  
 ‘Os leões são feras ferozes’.
- c. *A lion is a ferocious beast.* (NP genérico singular indefinido)  
 ‘Um leão é uma fera feroz’.
- d. *Lions are ferocious beasts.* (NP nu genérico plural)  
 ‘Leões são feras ferozes’.
- e. *Gold is a precious metal.* (NP nu genérico singular)  
 ‘Ouro é um metal precioso’.

A autora classifica as sentenças acima como genéricas porque os nomes na posição de sujeito são do tipo genérico. Esses sujeitos podem ser singular definido plural ou singular (8a,b) ou indefinido (8c), nomes nus – em que apenas o substantivo é realizado –, como em (8d,e). Porém há casos em que essas características dos nomes não podem ocorrer, como no teste *be extinct*, proposto pela autora.

- (9) a. *The lion is extinct.* (KRIFKA, 1987, p. 2)  
 ‘O leão é extinto’.
- b. *The lions are extinct.*  
 ‘Os leões são extintos’.
- c. \**A lion is extinct.*  
 ‘Um leão é extinto’.
- d. *Lions are extinct.*  
 ‘Leões são extintos’.

No teste proposto em (9), que leva em consideração algo ser extinto, o nome com um artigo indefinido não pode ocorrer, visto que a relação de extinção só se mantém quando relacionada a espécies como grupo. No caso em (9c), há uma restrição de um elemento do grupo, ou seja, perde-se o caráter genérico relacionado a espécies.

Outro teste que não permite o uso do indefinido é quando estamos diante de predicados dinâmicos, como mostra a autora em (10):

(10) a. *The rat reached Australia in 1770.*  
‘O rato chegou à Austrália em 1770’.

b. *The rats reached Australia in 1770.*  
‘Os ratos chegaram à Austrália em 1770’.

c. \**A rat reached Australia in 1770.*  
‘Um rato chegou à Austrália em 1770’.

d. *Rats reached Australia in 1770.*  
‘Ratos chegaram à Austrália em 1770’.

Em (10), temos a mesma restrição do teste *be extinct*, pois, diante de predicados dinâmicos, os nomes com artigos indefinidos não podem ser realizados numa leitura genérica, mas a sentença pode ser realizada sem o caráter genérico.

Müller (2000, p. 18) utiliza o teste *inventar* para mostrar que, na posição de complemento do predicado *inventar*, se exigem expressões de referência a espécies apenas:

(11) a. Graham Bell inventou o telefone.

b. \*Graham Bell inventou os telefones.

c. \*Graham Bell inventou telefone.

d. \*Graham Bell inventou telefones.

e. \*Graham Bell inventou um telefone.

f. Graham Bell inventou um (tipo de) telefone.

Em (11), apenas (11a) e (11f) passaram no teste de leitura genérica. Percebemos que os nomes nus em (11c,d) também sofreram restrição quanto à posição de complemento. Isso revela que há diversos casos que restringirão a leitura genérica. No entanto, até o momento, observamos que não houve restrição quanto ao definido singular, o que, de acordo com Müller (2000), parece ser a forma típica de sintagma genérico no PB. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de haver uma necessidade em explorar mais esse estudo, já que verificamos que os contextos em testes ora favorecem o uso dos definidos singulares e plurais ou com nomes nus, ora apresentam restrição apenas com o definido singular.

A genericidade desta classe diz respeito à relação do sintagma nominal na posição de sujeito ou complemento com uma espécie, não individual. Na leitura individual, o caráter genérico da sentença é eliminado, restando apenas a leitura não genérica.

### 6.2.3 Genericidade em sentenças genericamente quantificadas

Apresentamos acima o primeiro tipo de genericidade proposto por Krifka (1987) e daremos continuidade aqui com o segundo tipo, em que as sentenças são dependentes de um operador genérico, conforme a fórmula abaixo:

(12) GEN [x] (Restrição [x]; Matriz [x])

Na fórmula em (12), GEN é o operador genérico que faz parte da computação semântica. Este dispõe de dois argumentos (x). O [x] representa tanto a restrição quanto a matriz, ou seja, a análise aqui não está restrita ao sintagma nominal como em sentença com referência a espécies, mas sim em relação à sentença como um todo. Analisemos o exemplo (13):

(13) a. GEN [x] = Mary [x]; smokes [x]  
 ‘GEN [x]= Mary [x]; fuma [x]’

b. Mary smokes. (KRIFKA et al., 1995, p. 31)  
 ‘Mary fuma’.

Aplicando a fórmula ao exemplo em (13b), observamos que o operador GEN necessita de dois argumentos, que se dividem em uma restrição e uma matriz. Para que a leitura genérica se faça presente, é necessário que Mary tenha o hábito de realizar a matriz – *smokes* (fuma), evidenciando a necessidade de uma análise no escopo da oração, e não de suas partes. Não é o fato de Mary ser um nome nu que (im)possibilita a interpretação genérica, mas sim a relação do predicado com o argumento.

Essas sentenças são consideradas habituais e um teste proposto pela autora, para confirmar a genericidade desse tipo de sentença é o acréscimo de um advérbio do tipo *geralmente* ou *frequentemente*, conforme aplicado em (14):

(14) a. Maria geralmente/frequentemente fuma.

b. \*Maria geralmente/frequentemente fumou.

O par de sentenças acima revela que o acréscimo do advérbio na sentença em (14a) é gramatical numa leitura genérica porque a matriz (*fuma*) é um verbo na forma estativa, ou seja, não apresenta diferentes intervalos de tempo, o que marca um hábito de Maria. Em

oposição, (14b) é agramatical numa leitura genérica porque o verbo apresenta fases do evento proposto, neste caso, o verbo não é mais estativo porque descreve um evento particular.

Outro teste utilizado pela autora é o uso de sentenças progressivas em oposição à de habitualidade para mostrar que apenas sentenças estativas possibilitam uma interpretação genérica, enquanto essas sentenças na forma progressiva impedem um caráter genérico. Considerem-se os exemplos de Krifka *et al.* (1995, p. 20) em (14) e (15):

(14) *John smokes.*  
'John fuma'.

(15) *John is smoking.*  
'John está fumando'.

Na sentença em (14), por conta de o verbo estar na forma estativa, no presente, é possível associar que a ação verbal não descreve um evento particular, mas sim uma característica do sujeito em tempo indefinido. O mesmo não ocorre em (15), visto que, na forma progressiva, o verbo perde seu caráter estativo porque as fases da locução verbal podem ser analisadas, isto é, descrevem um evento em particular.

O que observamos nessa segunda proposta de caracterização das sentenças genéricas nas línguas é o fato de a análise não se basear em partes – como na relação com os argumentos individualmente –, mas sim no escopo da oração. Essa análise é permitida porque a ideia trazida nesse tipo de sentença são verdades do mundo real, como no exemplo em (16) de Krifka *et al.* (1995, p. 3):

(16) Uma batata tem vitamina C, aminoácidos, proteína e tiamina.

Em (16), temos uma sentença genérica, levando-se em conta o escopo da oração. É comprovado cientificamente que batata contém vitamina C, aminoácidos, proteínas e tiamina em qualquer lugar do mundo, pois essa é uma característica dela. Quando mencionamos uma análise no escopo da oração, queremos dizer que não é o fato de apenas ser batata ou suas características, mas sim o todo, ou seja, a relação do sujeito com os predicados é que proporciona a leitura genérica da sentença e é nesse contexto que Krifka *et al.* (1995) argumentam em favor do operador para computações semânticas GEN.

### 6.3 GENERICIDADE NAS CONSTRUÇÕES MÉDIAS

Os estudos sobre as construções médias sempre apontam para o fato de esse tipo de construção ter um traço que a torna específica, seu caráter genérico (ZWART, 1997; LEKAKOU, 2005; CAMBRUSSI, 2007). Vejamos os exemplos de construções médias abaixo:

- (17) a. O inquérito não coleta.  
       b. No corpo, esse jeans veste bem.
- (18) a. O copo quebrou.  
       b. A manteiga derreteu.

Levando-se em consideração que as construções médias em (17) são genéricas e as construções ergativas em (18) são não genéricas, precisamos testar os conceitos e aplicá-los, de modo que se possa comprovar se há genericidade nelas. A primeira coisa é relacioná-las à regularidade associada aos conceitos de verdade e falsidade. Em (17a), temos como sujeito *o inquérito* que pode ser coletado ou não no mundo real, ou seja, é uma sentença verdadeira se levarmos em conta que é possível não coletar um determinado inquérito. Além do mais, essa sentença é regular porque não há instâncias ou fases que possam interferir na regularidade, justamente, porque essas sentenças são do tipo estativa. O mesmo ocorre em (17b), pois uma calça jeans pode não ficar adequada a um determinado corpo. Sua regularidade também se mantém porque o jeans em questão estará bem no corpo em qualquer intervalo de tempo. Com relação ao exemplo em (18a), *o copo quebrou*, não tem um caráter genérico porque não é regular, isto é, é um evento específico no tempo. Igualmente, em (18b), *a manteiga derreteu* é um evento específico no tempo, o que caracteriza a oração como não genérica.

Esses conceitos aplicados aos exemplos de construção média nos ajudam a chegar à noção de genericidade da construção e, no intuito de avançarmos na discussão, avaliaremos a proposta de Krifka *et al.* (1995), que apresentam uma análise linguística do fenômeno. Primeiramente, observamos anteriormente que a autora divide a genericidade nas línguas em duas categorias distintas, a genericidade analisada em partes, relacionada aos artigos definidos e indefinidos e com os nomes nus, o que podemos testar nas construções médias:

- (19) a. Esse plano Vivo Tudo Turbo não **renova** automaticamente<sup>49</sup>.  
 b. Plano Vivo Tudo Turbo não **renova** automaticamente.  
 c. O plano Vivo Tudo Turbo não **renova** automaticamente.  
 d. Os planos Vivo Tudo Turbo não **renovam** automaticamente  
 e. \*Um plano Vivo Tudo Turbo não **renova** automaticamente.  
 f. Um plano Vivo Tudo Turbo não **renova** automaticamente, mas os outros renovam.

Ao testar a aplicação da proposta da autora com base na ideia de conjunto ou espécie, atestamos que com o nome nu, em (19b,c,d), temos uma ideia de conjunto para com o sujeito. *plano Vivo Tudo Turbo* e *os planos vivo tudo turbo* são classificados de forma genérica. Em (19e), pode-se pensar em agramaticalidade da construção, pois, segundo Krifka *et al* (1995), o artigo indefinido não proporciona a leitura genérica quando relacionado a conjunto ou espécies, mas ao contextualizá-lo numa relação de contraste, como em (19f), é possível salvar sua genericidade.

No entanto, as construções médias são tidas como genéricas no escopo da sentença, porque marcam habitualidades, não é o sujeito que deve ser genérico, mas sim a oração como um todo, o que nos leva a considerar a segunda proposta de Krifka *et al.* (1995). Nessa proposta, os autores consideram que há sentenças que são genericamente quantificadas. Neste caso, há um operador genérico para manter a genericidade da construção, mas a análise não se pauta com base nas partes da oração, mas sim na oração como um todo, ou seja, no escopo oracional. Isso é o que acontece com a construção média, pois seu caráter genérico está na oração, e não no sujeito ou no predicado. Retomemos novamente a fórmula apresentada pelos autores em (12), agora como (20):

(20) GEN [x] (Restrição [x]; Matriz [x])

(21) GEN [x] Essa parede [x]; pinta rapidinho [x]

Como vimos anteriormente, o GEN carrega duas informações importantes: a restrição e a matriz. No caso das construções médias, a restrição seria o sujeito – *essa parede* – e a matriz é o predicado – *pinta rapidinho*. Isto quer dizer que esse tipo de construção só pode ser considerado genérico se levarmos em conta todo seu escopo oracional, revelando sua habitualidade nas propriedades gerais.

<sup>49</sup> Exemplo coletado do site *Reclame aqui*. Disponível em: < [encurtador.com.br/suIJV](http://encurtador.com.br/suIJV) >.

Um fato importante a se considerar são as propriedades gerais de uma oração e sua relação com habitualidade nas construções médias, visto que nestas também temos uma interpretação de propriedade do sujeito em relação à ação designada pelo predicado, isto é, para o exemplo em (21), *pintar rapidinho* é uma propriedade do argumento na posição de sujeito, ou seja, *a parede*.

Em suma, as construções médias carregam o operador genérico GEN em suas construções porque avaliamos o escopo da oração, observando que a ação designada pelo predicado deve ser uma propriedade do argumento que ocupará a posição de sujeito da construção, pois, do contrário, a genericidade não se mantém.

#### 6.4 TESTES PARA DIFERENCIAR AS MÉDIAS E ERGATIVAS

A fim de analisar contextos que favoreçam a construção média ou a ergativa, tomaremos como base o trabalho de Silva e Naves (2012) para discutir os testes realizados pelas autoras para distinguir as duas construções. Esses testes foram levantados com base nas características que diferenciam eventos (atividades, *accomplishment* e *achievements*) de estados, conforme as propriedades abaixo, segundo Cunha (2005).

##### 6.4.1 Testes sintáticos

Com base na discussão até aqui apresentada, com relação ao papel temático, aspecto gramatical, aspecto lexical e genericidade, podemos comparar as construções médias e ergativas a partir de testes que retomam noções semânticas e/ou sintáticas (cf. SILVA; NAVES, 2012). Os testes dizem respeito a diferentes contextos sintáticos: (i) progressivo, (ii) imperativo, (iii) construções clivadas, (iv) alguns verbos aspectuais e (v) complementos de verbos de percepção.

##### 6.4.1.1 Progressivo

Segundo Silva e Naves (2012), o teste com o contexto de progressivo pode ser realizado para distinguir construções médias das ergativas. O fato é que sentenças médias são do tipo

estativas, como vimos discutindo neste capítulo, por apresentarem as propriedades [- dinâmica], [+ durativa] e [- télica], resultando no aspecto lexical estativo. Nesse sentido, Cunha (2005, p. 2) menciona que “apenas não estativos são compatíveis sem problemas com o progressivo<sup>50</sup>”. Vamos analisar os exemplos abaixo:

(22) \* O João está a ser alto. (CUNHA, 2005, p. 2)

(23) a. \*O bolo de aipim está fazendo com manteiga.

b. \* A parede está pintando fácil.

c. \*O café não está coando.

d. \*A fila está furando facilmente com o bisturi dinheiro.

(24) a. O barco está afundando.

b. A manteiga está derretendo.

c. O gelo está derretendo.

d. A porta está fechando.

Em (22), verificamos que o verbo estativo – *ser* – não permite o contexto progressivo. Sendo assim, as construções médias não podem aceitar essa forma verbal, visto que são construções estativas. Confirmamos essa afirmação em (22), que são sentenças agramaticais (marcadas pelo uso do asterisco [\*]). Acontece que apenas eventos podem figurar no progressivo, por isso as sentenças estativas são agramaticais no progressivo. Como as ergativas têm por característica a propriedade [+ télica], ou seja, são eventivas, podem ocorrer no progressivo, consoante (24).

No entanto, Silva (2011, p. 37) mostra que não é por ser estativo que a construção não pode coocorrer com o progressivo. Para a autora, é necessário distinguir o progressivo em duas formas: o progressivo de sentido permanente e o progressivo transitório. Este último pode ser realizado em construções estativas sem problema algum:

(25) a. \*João está sendo alto. (SILVA, 2011, p. 37)

b. A estátua está ficando na prefeitura.

---

<sup>50</sup> Citação no original em língua inglesa: “Only non-statives are unproblematically compatible with the Progressive” (CUNHA, 2005, p. 2).

Em (25a), temos um caso de agramaticalidade com o verbo estativo na forma progressiva porque esta construção possui um sentido permanente, diferente de (25b), que, por ter um sentido transitório, torna-se gramatical.

#### 6.4.1.2 Imperativo

O segundo teste para diferenciar construções médias e ergativas é o contexto imperativo. Segundo Silva (2011), as sentenças estativas não devem ocorrer na forma imperativa, pois apenas as ergativas podem ser realizadas no imperativo. Vejamos:

(26) a. \* *Know the answer, John!*  
 ‘Saiba a resposta, John!’

(27) a. \*Faz, bolo de aipim!  
 b. \*Pinta, parede!  
 c. \*Coa, café!  
 d. \*Furam fila!

(28) a. Afunda, barco!  
 b. Derrete, manteiga!  
 c. Derrete, gelo!  
 d. Abra, porta!

Os testes revelam que o uso do imperativo com verbos estativos torna a construção agramatical, conforme o exemplo em (26) com o verbo *saber*. Ao aplicar o mesmo teste às médias em (27), podemos atestar sua agramaticalidade, distinto do uso do imperativo com os verbos eventivos, como em (28), em que é possível realizar as sentenças ergativas no modo imperativo do verbo.

Silva (2011, p. 39), no entanto, chama a atenção para uma questão importante. Há verbos estativos no português que podem ocorrer no imperativo, como em (29):

(29) a. Fique quieto!  
 b. Seja bonzinho!

A autora explica que a possibilidade de os verbos *ficar* e *ser* ocorrerem no imperativo é porque eles contêm o traço semântico [+ controle]. Por conta disso, mantemos a análise com as médias, já que tal traço não está disponível para elas, pelo fato de não serem agentivas.

#### 6.4.1.3 Clivadas

Silva (2011) observou que sentenças estativas não são compatíveis em contextos de clivadas, o que quer dizer que as construções médias, por serem do tipo estativas também, não sejam possíveis nesse contexto. No entanto, ainda segundo a autora, as ergativas, por serem eventivas, permitem o uso das clivadas. Vejamos:

(30) \*O que o João fez foi ser alto.

(31) a. \*O que o bolo de aipim fez foi fazer com manteiga.

b. \* O que a parede fez foi pintar facilmente.

c. \*O que o café fez foi não coar.

d. \*O que a fila fez foi furar facilmente com o bisturi dinheiro.

(32) a. O barco está afundando.

b. A manteiga está derretendo.

c. O gelo está derretendo.

d. A porta está fechando.

(33) a. O que o barco fez foi afundar.

b. O que a manteiga fez foi derreter.

c. O que o gelo fez foi derreter.

d. O que a porta fez foi fechar.

Mediante o exemplo em (30), poderíamos constatar que os verbos estativos não funcionam em contextos de clivadas, já que apenas verbos do tipo eventivo permitem contextos de clivadas. Nesse mesmo caminho, relacionar as construções médias com o uso de clivadas revela que essas também não permitem as clivadas, visto que também são construções estativas e é exatamente o que podemos conferir em (31). Com relação a (32), construções ergativas são gramaticais por serem sentenças eventivas, isto é, coocorrem em contextos de clivagem, conforme o teste em (33).

#### 6.4.1.4 Verbos aspectuais

Silva (2011) também analisa as construções médias e ergativas pelo viés dos verbos aspectuais, do tipo *acabar* e *terminar*. Esses verbos detêm uma propriedade semântica de telicidade, o que impede sua coocorrência com verbos estativos, os quais são atélicos; em

outras palavras, esses verbos não convergem para um resultado final, como os exemplos abaixo:

(34) \*João acabou de ser alto.

(35) a. \*O bolo de aipim acabou de fazer com manteiga.

b. \* A parede acabou de pintar fácil.

c. \*A fila acabou de furar facilmente com o bisturi dinheiro.

(36) a. O barco acabou de afundar.

b. A manteiga acabou de derreter.

c. O gelo acabou de derreter.

d. A porta acabou de fechar.

Em (34), o verbo estativo *ser* não pode figurar em contextos que permitam o uso de verbos aspectuais, como *acabar* ou *terminar*. O mesmo pode ser observado nas construções médias em (35), todas agramaticais numa leitura estativa. No entanto, por serem construções eventivas, caracterizadas por serem télicas, as ergativas coocorrem com verbos aspectuais, como pode ser comprovado em (36). Dessa maneira, atentamos para o fato de que as construções médias não permitem verbos aspectuais em sua estrutura, mas as ergativas sim.

#### 6.4.1.5 Complementos de verbos de percepção

Cunha (2005) aponta outro teste que pode diferenciar contextos estativos dos eventivos, ou seja, as construções médias das ergativas. O teste está ligado aos complementos de verbos de percepção, tal qual *see* (ver), conforme o exemplo em (37) e (38), médias e ergativas, respectivamente testados por Silva e Naves (2012, p. 525):

(37) a. \*Eu vi a parede pintar facilmente.

b. \*Eu vi a louça lavar rapidamente.

c. \*Eu vi a casa varrer facilmente.

(38) a. Eu vi a porta abrir.

b. Eu vi o barco afundar.

c. Eu vi o copo quebrar.

Nos exemplos em (37) e (38), o verbo *ver* é do tipo perceptual, que segundo Silva (2011) e Silva e Naves (2012) só aceita complemento com leitura eventiva. Isso quer dizer que as construções médias, por serem estativas, não são selecionadas por verbos de percepção. Por outro lado, as construções ergativas podem aparecer como complemento dessa classe de verbos, já que são caracterizadas como télicas, ou seja, construções de leitura eventiva.

Silva e Naves (2012) também chama a atenção para um caso que já foi discutido anteriormente, que é a distinção entre verbos de estados permanentes e verbos de estados episódicos/transitórios. Os primeiros dão conta das sentenças estativas e os segundos só dão conta de sentenças eventivas. Avalie os exemplos abaixo:

- (39) a. \*Eu vi João ser alto.  
 b. Eu vi João ser sincero.

Pela razão de (39a) apresentar um sentido estativo de permanência, a sentença é tida como agramatical, visto que os verbos de percepção só selecionam complementos com leitura eventiva. Contudo, mesmo com um verbo estativo em (39b), a construção é gramatical, com a ressalva de que a leitura é eventiva por ser episódica.

Dessa maneira, podemos concluir que os verbos de percepção só selecionam complementos que apresentem uma leitura eventiva. Isso não quer dizer que verbos estativos não possam ser selecionados nesta posição de complemento de verbos de percepção, contanto que a leitura desse complemento não seja permanente, mas sim episódica, ou seja, eventiva.

## 6.5 A ALTERNÂNCIA ARGUMENTAL DE INSTRUMENTO

Segundo Salles e Naves (2009), o argumento que recebe o papel temático de modo/instrumento da preposição *com* pode diferenciar verbos que alternam ergativamente e, conseqüentemente, diferenciar médias e ergativas. Para alcançar esse objetivo, as autoras analisaram dois tipos de verbos: *abrir* e *pintar*. Esses dois verbos permitem a ocorrência de um PP<sub>instrumento</sub>, na sua estrutura conceitual lexical. No entanto, o verbo do tipo *abrir* não pressupõe esse PP em sua estrutura lexical. Considere os exemplos:

- (40) a. A Maria abriu a porta com a chave.  
 b. A chave abriu a porta.  
 c. A porta abriu (com a chave).

Notamos que em (40) há três exemplos que detêm um sintagma instrumental em sua estrutura lexical. Em (40a), o argumento *a chave* foi selecionado neste contexto, embora não esteja implicada sua realização no contexto. O interessante é que em (40b), o PP pode alternar com a posição de sujeito, que segundo as autoras, neste caso, pressupõe-se um agente implícito na situação. Já em (40c), verificamos que numa construção ergativa, o sintagma com valor semântico de instrumento pode ser realizado, tanto na sua estrutura transitiva (Sujeito-Verbo-Objeto + COM...), quanto na construção ergativa (Sujeito-verbo + COM...), embora sua seleção não seja obrigatória. O verbo do tipo *pintar* comporta-se diferentemente, conforme os exemplos abaixo:

- (41) a. O João pintou a casa com um rolo.  
 b. \*Um rolo pintou a casa.  
 c. \*A casa pintou (com um rolo).

Em (41), foi realizado o mesmo teste que em (40), o acréscimo de um PP<sub>instrumento</sub> para observar o comportamento deste em alternância instrumental. O que se verifica de diferente é que este verbo pode selecionar um instrumento, mas este não pode alternar com a posição de sujeito, conforme (41b), posto que o instrumento com *pintar* é pressuposto pelo falante, pois se alguém vai pintar uma parede, é necessário que utilize algum instrumento para tal feito. Nessa mesma direção, (41c) é agramatical porque, segundo as autoras, o verbo *pintar* não forma construções ergativas, apenas médias e estas não selecionam argumentos com papel de instrumento.

Ao comparar os dois exemplos, chegamos à seguinte conclusão, o verbo *abrir* tem um comportamento diferente de *pintar*, visto que é possível alternar um argumento com papel temático de instrumento nas ergativas, mas esse mesmo comportamento não ocorre nas médias, pois a interpretação de (41c) seria a de que tal instrumento estivesse desenvolvendo a ação verbal. A leitura de (40c) é permitida porque, nas construções ergativas, não se pressupõe um agente na estrutura conceitual lexical, que há nas médias.

Pelo fato de o objetivo das autoras ser o de pontuar os verbos que não alternam ergativamente, é preciso trazer uma análise importante, que estamos discutindo sobre a diferença entre as médias e ergativas neste capítulo. Para Salles e Naves (2009), existem verbos que não alternam ergativamente, como é o caso de *pintar*, então observemos os exemplos:

- (42) a. A porta abriu.  
       b. Essa porta abre facilmente.
- (43) a. Essa parede pintou rapidinho.  
       b. Essa parede pinta rapidinho.

Os exemplos (42a) e (43a) são de construções ergativas e (42b) e (43b) de construções médias, ou seja, os dois verbos podem formar médias e ergativas. Isso quer dizer que numa análise quanto à alternância instrumental, há realmente diferenças plausíveis entre as duas construções, mas não quanto à formação de médias e ergativas, isso porque não existe uma classe de verbos que só forme um tipo ou outro de construção.

Os fatores apontados até agora para distinguir médias de ergativas estão centrados em aspectos gramaticais, aspecto lexical e genericidade, fatores não levados em consideração pelas autoras. Sendo assim, somente a alternância instrumental não consegue diferenciar médias de ergativas.

## 6.6 SÍNTESE

A descrição entre médias e ergativas empreendida neste capítulo mostrou que uma análise que objetive separar essas duas construções como fenômenos distintos é válida. Isso foi evidenciado porque elas não podem ser realizadas em contextos de igual valor, justamente pela categorização de estatividade das médias e eventualidade das ergativas.

Num primeiro momento, fizemos uma descrição aspectual para compreender que os verbos que figuram uma construção e outra não necessariamente detêm uma classe aspectual primitiva, já que a inclusão de advérbios ou demais elementos à sentença pode alterar sua classe, passando por uma derivação aspectual, ou seja, verbos antes de atividade, *accomplishment* ou *achievement* podem mudar para uma classe aspectual de estatividade, ou

um verbo primitivo de *accomplishment* passar a *achievement*, a depender das propriedades a sua volta.

Em seguida, verificamos que a genericidade conferida às médias está num plano de habitualidade, com base na proposta apresentada por Krifka *et al* (1995). Esses autores estudam a genericidade nas línguas naturais, dividindo o fenômeno em duas classes: relacionada a espécies e à genericidade quantificada, onde se encontram as propriedades contidas nas médias. Cambrussi (2007) intensifica essa discussão ao mencionar que o que caracteriza as construções médias é a propriedade intrínseca do sujeito, que tem a possibilidade de passar pela ação verbal. Nesse quesito, a autora também reforçou a ideia trazida por Krifka *et al* (1995) de que a análise das médias não pode se dar apenas no nível argumental, mas sim sentencial.

Tendo em vista a descrição aspectual e a genericidade, os exemplos de médias e ergativas foram submetidos a testes sintáticos que revelaram a estatividade das primeiras e a eventualidades das segundas, isso porque as médias não coocorrem no progressivo, no imperativo, no contexto de clivagem, com verbos aspectuais, ou complemento de verbos de percepção, contextos em que as construções ergativas podem ser realizadas.

Por fim, aplicamos a proposta de alternância argumental de instrumento de Silva (2011) e Silva e Naves (2012), mostrando que uma análise pautada entre distinguir uma classe de verbos como ergativa e outra como média não é possível, principalmente pelo fato de um verbo como *quebrar* poder ser realizado em contextos ergativos e médios. Isso quer dizer que avaliar a alternância de instrumento que um verbo pode carregar os traços necessários para diferenciar ou não as construções estudadas.

## CAPÍTULO 7

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação versou sobre as construções médias no PB em comparação com outras estruturas existentes na língua, como as construções passivas e ergativas, observando suas características e como ocorre a realização destas em outras línguas do mundo. Tomemos os exemplos abaixo:

- (1) a. As cadeiras<sub>[AI]</sub> **foram alocadas** nas salas de aula (pelos funcionários<sub>[AE]</sub>).
- b. **Compram-se**<sub>[AE]</sub> joias<sub>[AI]</sub>.
- (2) A luz do poste<sub>[AI]</sub> **apagou**.
- (3) A garagem<sub>[AI]</sub> não **arruma** há anos.

Em (1), há duas construções passivas, a passiva analítica, em (1a), identificada pelo alçamento do AI na posição de sujeito, o predicador (ser + particípio) e a presença do agente da passiva, que pode ser recuperado através de um PP; e, em (1b), a passiva pronominal, que se caracteriza pela concordância entre o predicador e o AI e o apagamento do AE, marcado pela presença do pronome *se*. Em (2), estamos diante de uma construção ergativa, já que apresenta uma leitura eventiva, esta se diferencia de (3), uma construção média, pelo caráter genérico pertinente às médias e sua interpretação estativa.

Diante disso, assumimos que as construções de (1) a (3) retratam três tipos distintos de estruturas, embora partilhem algumas características, como o alçamento do AI à esquerda do verbo, posição canônica de sujeito, e o apagamento do AE, o que pode levar à suposta ideia de que estamos diante do mesmo fenômeno. Essa comparação foi realizada porque nosso objetivo foi o de verificar se outras línguas também apresentavam as características propostas para as médias, tal qual o PB, ou se havia particularidades próprias da variante brasileira, o que não se confirmou, diferente de alguns autores, como Negrão e Viotti (2010), argumentam que as médias fazem parte das estruturas exclusivas do PB.

No entanto, até chegar a uma análise satisfatória para as construções médias, essa pesquisa passou por três etapas diferentes de análise para o fenômeno em questão, partindo de uma

análise puramente sintática, até considerar as interferências de propriedades semânticas que lhe atribuem um *status* de uma construção independente das passivas e ergativas, isto é, trata-se de estruturas diferentes.

As três etapas foram: (a) uma mudança da passiva pronominal, devido a alguns fatores sintáticos comuns às passivas e médias; (b) uma construção ergativa, esta, por sua vez, apresenta uma sintaxe ainda mais semelhante, nos levando a crer que médias e ergativas se tratavam do mesmo fenômeno, mas com nomenclaturas distintas; e, por fim, (c) uma construção independente, compreendendo que essa estrutura é distinta das demais. Isso só foi possível quando as propriedades semânticas passaram a ser mais evidenciadas, como as relações de genericidade e os aspectos gramaticais e lexicais.

#### (a) Uma mudança da passiva pronominal

No primeiro momento, comparamos as médias às passivas, observamos que ambas se assemelhavam do ponto de vista sintático, tomando como suporte teórico Raposo e Uriagereka (1996), Martins (2005) e Martins e Nunes (2016). Dessa maneira, os autores apresentam testes para evidenciar que o que é conhecido na literatura como passiva pronominal é na verdade uma construção ativa no português contemporâneo. O teste é baseado em questões sintáticas, como a ordem dos constituintes em contextos distintos, em que as passivas pronominais não apresentavam gramaticalidade quando relacionadas às passivas, enquanto que em outros contextos, as evidências levavam para um tipo de construção ativa.

Além disso, Martins (2005) e Martins e Nunes (2016) mostraram que as passivas pronominais são, na verdade, construções indefinidas, por conta de o *se*, antes analisado como pronome apassivador (cf. NUNES, 1991), passou a ter uma leitura indefinida no português contemporâneo. Martins (2005) também traz uma análise diacrônica das passivas pronominais na história da língua para salientar que no português clássico era permitido o uso de agente da passiva nas passivas pronominais, o que se tornou agramatical no português contemporâneo, ou seja, esses argumentos desfavoreceram uma mudança da passiva pronominal, no sentido de relacioná-la à estrutura sintática conferida à construção média.

Outro recurso foi analisar a formação das passivas em diferentes línguas do mundo, tendo como base o estudo de Keenan e Dryer (2006), os quais exibiram diferentes formas de

representar a passiva, inclusive em línguas que não detêm esse tipo de construção, mas que pode expressar essa noção a partir do uso da terceira pessoa plural na posição de sujeito. Um fato curioso na análise dos autores foi a inclusão de construções chamadas de *middle*<sup>51</sup> (média), o que poderia tornar nossa análise favorável. No entanto, os exemplos considerados como construção média pelos autores eram de construções ergativas.

(b) A semelhança com as construções ergativas

Na segunda etapa da pesquisa, as construções médias foram comparadas às ergativas, que do ponto de vista sintático, revelavam-se como se tratando do mesmo fenômeno. A distinção entre essas duas estava ligada à presença/ausência de um adjunto adverbial – do tipo *facilmente*<sup>52</sup>, que para McConnell-Ginet (1994), Duarte (2003) e Alexiadou (2014), é um elemento indispensável para boa formação das construções médias. Contudo, Condoravdi (1989) e Lekakou (2005) trouxeram à tona um questionamento importante, que é o fato de algumas construções médias dispensarem o adjunto adverbial em contextos de ênfase no verbo, negação e diante de modais – *dever, poder*. Isso nos levou investigar mais a fundo a dependência das médias no tocante à presença de um advérbio para sua boa formação, deixando mais evidente que as especificidades sintáticas não davam conta de analisar o fenômeno em discussão.

(c) As construções médias como uma estrutura independente

Como as especificidades sintáticas não propiciavam diferir as médias das ergativas, tomamos como suporte teórico os trabalhos de Cambrussi (2007), Silva e Naves (2012), e Cançado e Amaral (2016) para avaliar as propriedades semânticas. Nesse sentido, avaliamos a genericidade presente nesta construção, que não está presente nas passivas ou nas construções ergativas, atentando para os trabalhos de Krifka (1989) e Krifka et al (1995) para

---

<sup>51</sup> Referência às construções médias em língua inglesa. Em alguns casos, pode-se encontrar *Middle constructions*.

<sup>52</sup> Os advérbios em *-mente* são os que mais estão relacionados às construções médias, com base na proposta de Lekakou (2005). No entanto, veremos que essa restrição não é absoluta, como os próprios exemplos de (1) a (5) revelam.

compreender os diferentes tipos de genericidade e em qual desses se encaixa as construções médias.

O que ficou explícito nas três etapas da pesquisa foi o caminho percorrido para a análise do fenômeno, ou seja, ao conferir que a análise não se sustentava apenas nos níveis sintáticos, partimos para propriedades semânticas que nos ajudaram a fazer uma descrição das construções médias de forma mais apurada.

Após a interferência das propriedades semânticas, em conjunto com as propriedades sintáticas, compreendemos que as construções médias são caracterizadas por ter uma estrutura de intransitivo derivado (cf. MCCONNELL-GINET, 1994; YANG, 1994) e por suas propriedades semânticas e de interpretação genérica (cf. CONDORAVDI, 1989; MCCONNELL-GINET, 1994; LEKAKOU, 2005; CAMBRUSSI, 2007; CIRÍACO, 2011; ALEXIADOU, 2014), como podemos conferir nos exemplos<sup>53</sup> abaixo:

(4) A cada um minuto, quatro coisas<sub>[AI]</sub> **vendem**.

(5) No corpo, essa calça<sub>[AI]</sub> **veste** bem.

(6) Quando a casa<sub>[AI]</sub> **varre**, fica limpinha.

(7) Se não fizer isso, a mina<sub>[AI]</sub> não **reabre**.

Nos exemplos de (4) a (7), observamos que se trata de construções intransitivas, em razão de selecionarem apenas um argumento, conforme o destaque nas sentenças. McConnell-Ginet (1994) e Yang (1994) avaliam que as construções médias são um intransitivo derivado, partindo do pressuposto de que elas têm uma forma transitiva como primitiva. Essa distinção é necessária para não confundir estas com as construções intransitivas que só selecionam AE, visto que os argumentos dos exemplos acima são todos AIs. Destacamos também a exigência de modificadores adverbiais para boa formação das médias, o que não se confirmou, conforme a discussão no capítulo 4, visto que há dados que não necessitam de modificadores adverbiais para seu *status* de gramaticalidade, como na língua alemã, que exige um adjunto adverbial e o próprio PB, que alterna entre a presença/ausência desses modificadores. Isso já revela que o comportamento das médias nas línguas não é uniforme nas línguas.

<sup>53</sup> Todos os exemplos de (2) a (4) foram coletados de falantes do português brasileiro em contexto de oralidade natural. O exemplo em (1) foi coletado de um contexto de escrita de uma propaganda da Propaganda da Bomnegócio.com e em (5) é de contexto de oralidade, mas foi coletado durante a exibição da novela *O outro lado do paraíso* na Rede Globo.

Outra caracterização marcante é o caráter genérico das construções médias. Para compreender essa propriedade na língua, nos apoiamos na proposta de Krifka (1989) e Krifka et al (1995). A genericidade dessas construções tem uma relação com a habitualidade das ações que elas expressam (cf. CAMBRUSSI, 2007), devido ao seu aspecto gramatical, mais especificamente, na restrição quanto ao tempo verbal que elas impõem, ou seja, tais propriedades aspectuais parecem dar conta de representar a genericidade conferida às médias.

Além disso, comparamos as construções médias com outras existentes na língua, como a voz passiva e as construções ergativas. Chegamos à conclusão de que a construção média atende à uma estrutura ativa, já que não é formada por estrutura passiva e nem é conferida a ela a noção de passividade. O fato de as passivas pronominais e as médias compartilharem alguns traços em comum, por serem do tipo intransitivas, não quer dizer que se trata de uma derivação da estrutura: passiva pronominal > construção média, conforme discutido no capítulo 2.

Neste mesmo caminho, comparamos as médias às construções ergativas. Constatamos que ambas apresentam semelhança no nível sintático, consoante à discussão apresentada no capítulo 2. Inês Duarte (2003) difere esses dois contextos sintáticos quanto à exigência de modificadores adverbiais, o que não se confirma se analisamos as propostas de McConnell-Ginet (1994) e Lekakou (2005), posto que algumas construções médias são realizadas sem a presença de advérbios, sem prejuízo qualquer ao seu estatuto de gramaticalidade.

A diferença entre as duas construções só se revelou na análise semântica, em que verificamos algumas propriedades, tais como o papel temático, o aspecto gramatical, o aspecto lexical e a genericidade. Quanto ao primeiro, o papel temático das médias e ergativas são iguais, levando em consideração que ambas só têm um papel- $\theta$  disponível, sendo este caracterizado como tema.

No que tange ao aspecto gramatical, verificamos que as construções médias restringem-se ao imperfectivo, para manter seu caráter habitual, sendo realizadas no presente do indicativo, enquanto as ergativas, que são do tipo não habitual, são realizadas no perfectivo. Essa distinção se relaciona com o aspecto lexical das construções, que como vimos no capítulo 6, as médias são construções estativas, posto que, quando sofrem um processo de derivação lexical, devido às propriedades de dinamicidade, duratividade e telicidade, muda os traços do verbo antes de *accomplishment*, *achievement* ou de atividade para estativo. Já as ergativas, restringem-se ao tipo primitivo *accomplishment* ou *achievement*, devido ao seu

comportamento quanto às mesmas propriedades semânticas de dinamicidade, duratividade e telicidade.

Quanto à última característica – a genericidade – foi possível perceber que as construções médias são referenciadas à genericidade de propriedade intrínseca do sujeito (cf. CAMBRUSSI, 2007) por conta da habitualidade dessas construções. São informações estáticas no tempo, ou seja, não apresenta uma dinâmica interna ao processo verbal, permitindo que aquela ação não seja pontual, mas sim estática. Isso permite que o sujeito das médias detenha uma propriedade genérica pelo fato de serem capazes de passar pelo processo da ação verbal, como em uma parede que tem a propriedade de passar pelo processo de ser pintada rápido, porque sua textura permite que a ação se desenvolva rapidamente, em outras palavras, a parede em questão detém uma propriedade intrínseca que a permite fazer parte de uma construção média do tipo: *Essa parede pinta rapidinho*.

Uma questão de igual relevância tratada no capítulo 3 foi a revisão de literatura, em que pudemos observar que há estudos sobre as construções médias em outras línguas, ou seja, elas não são exclusivas do PB, já que também são realizadas no inglês, francês, alemão, grego e, até mesmo, no PE. Isso contraria a afirmação de Negrão e Viotti (2010) de que essas construções – chamadas pelas autoras de construções absolutas – sejam próprias do PB.

Neste momento, discutiremos as hipóteses deste trabalho para conferirmos se estas foram confirmadas ou refutadas. A primeira questão diz respeito à transitividade dos verbos que ocorrem nas construções médias. A segunda versa sobre a perda da passividade. A terceira diz respeito aos fatores sintáticos e as últimas às propriedades semânticas em favor de as construções médias, serem na verdade, uma construção independente na língua, não uma derivação de uma já existente. Vejamos os questionamentos e a análise final.

#### 1. Levando-se em consideração as propostas, qual é a transitividade desses verbos?

No que diz respeito à transitividade verbal, acreditávamos que os verbos mantinham sua transitividade acusativa (cf. Inês Duarte, 2003), ou seja, o AE era apagado por questões pragmáticas e o AI passa a ser o sujeito da oração por ser o único elemento capaz de ocupar essa posição. No entanto, conforme discutido no capítulo 4, McConnell-Ginet (1994) e Yang (1994) mostraram que para toda construção média há uma forma transitiva que os autores chamam de primitiva, ou seja, a formação das médias é um processo de intransitivo derivado

de sua formação original transitiva. Assumimos essa ideia derivacional, mas chamamos a atenção para a nomenclatura intransitiva. Entende-se como intransitivo a realização de um único argumento na estrutura, que é o AI. Essa observação é necessária porque, na perspectiva tradicional, um verbo intransitivo é aquele que só seleciona AE, o que não se aplica às médias, que fazem justamente o contrário, apagam o AE de sua estrutura sintática.

2. Mediante as contribuições de Raposo e Uriagereka (1996), Martins (2005) e Martins e Nunes (2016), quais foram os condicionamentos que provocaram a perda de passividade?

Raposo e Uriagereka (1996) apresentaram testes com estruturas ativas e passivas para mostrar que houve perda da passividade das construções de *se*-passivo, justamente pela posição em que se encontra o elemento deslocado à esquerda do verbo, uma posição alta na estrutura. A perda de passividade das passivas de *se* ocorreu porque estas não permitem mais a recuperação do AE (cf. MARTINS, 2005) através de um PP à direita do verbo, que era possível no português clássico. No entanto, no português contemporâneo, apenas as passivas analíticas ainda fazem uso desse recurso. Além do mais, os testes apresentados por Raposo e Uriagereka (1996) revelaram que esse tipo de passiva assume um comportamento sintático no português contemporâneo de construções ativas. Para além disso, a relação estabelecida com esse tipo de construção foi realizada por conta da presença do *se* apassivador, que também é possível nas médias, mas com restrições regionais no Brasil. O *se* que ocorre nas médias é caracterizado por Camacho (2003) e Lazzarini-Cyrino (2015) como marcador medial. Esses fatores nos levaram a desconsiderar as construções médias como uma transformação da passiva pronominal, porque os dois marcadores *se* têm naturezas distintas.

3. Que fatores sintáticos contribuem para a formação das construções médias?

Argumentávamos que as construções médias dispunham de propriedades sintáticas próprias, já que apresentavam restrições que poderiam diferenciá-las de construções passivas e ergativas. Tal restrição dizia respeito à necessidade de um modificador adverbial para sua boa formação, como apontam alguns estudiosos como McConnell-Ginet (1994), Duarte (2003) e Alexiadou (2014). Entretanto, verificamos que essa exigência sintática não se confirmou, porque Condoravdi (1989) e Lekakou (2005) mostraram que há realizações sem a presença de modificadores adverbiais, igualando as médias e ergativas no nível de análise sintática.

4. Quais as propriedades que podem caracterizar as construções estudadas como independentes?

As construções médias apresentam algumas propriedades semânticas importantes para sua formação, como a genericidade, que parece ser a característica mais diferenciadora no nível semântico. Além disso, as noções aspectuais devem ser tratadas com bastante rigor, posto que esses possam ser condicionamentos que permitam diferenciar as médias das ergativas, ou até mesmo, das passivas pronominais. Essa hipótese se confirma no sentido de que a genericidade realmente é a característica mais marcante das construções médias, visto que ergativas e passivas não detêm essa característica. Além do mais, verificamos no capítulo 6 que os traços aspectuais gramaticais e lexicais são distintos quando se trata de construções médias e ergativas. As primeiras são do tipo estativas e as últimas eventivas, pois apresentam diferentes etapas de um evento, ou seja, uma dinâmica interna.

Das hipóteses apresentadas, todas foram alcançadas, pois as construções médias realmente são do tipo intransitiva, como apontamos na hipótese 1, mas decidimos adotar a proposta de Yang (1994), porque essas construções são derivações de uma forma transitiva, assim como as inacusativas. Quanto à hipótese 2, confirmamos que as construções médias não são derivações das passivas pronominais, inclusive nada tem a ver com o traço de passividade, posto que são construções ativas, conforme apontado por Raposo e Uriagereka (1996). No que diz respeito à hipótese 3, verificamos que as médias não apresentam propriedades sintáticas próprias, visto que suas características sintáticas também estão presentes em outras estruturas, como as ergativas. Isto implica em dizer que as médias e ergativas não se diferenciam no nível estrutural, ou seja, nossa hipótese de número 4 não se confirmou. Essas duas construções só se diferenciam no nível semântico, que só foi observado após a definição do projeto de dissertação.

Em suma, assumimos nesta dissertação que as construções médias não apresentam relação derivacional com as passivas pronominais (ou sintéticas) e também não são construções ergativas ou um tipo de ergatividade, do contrário, são construções que derivam de uma forma transitiva original. Isso acontece porque as construções médias derivam na sintaxe, posto que é formada a partir da derivação de uma forma transitiva e na semântica, porque só tem interpretação média quando há mudança no traço do verbo. O caráter derivacional é necessário porque conforme Cançado e Amaral (2016), quando os verbos sofrem mudança de diátese de forma transitivo > intransitivo, como ocorre na alternância incoativa-causativa, o

verbo também pode mudar de categoria aspectual. Essa mesma alternância ocorre nas médias e, por isso, assumimos que os verbos da construção média sofrem alternância de diátese e os verbos que tinha um aspecto lexical de *atividade*, *accomplishment* ou *achievement* passam por um processo derivacional de seu aspecto, assumindo um novo aspecto lexical – estativo. Isso só é possível porque podem surgir elementos nas sentenças, como advérbios ou a alternância de diátese que favorecem uma atualização aspectual, porque é necessário incluir a variação na análise das classes aspectuais (cf. SMITH, 1997).

À vista da exposição das nossas considerações finais, salientamos a importância de desenvolver este estudo sobre uma construção em questão no português, que é o fenômeno das construções médias, pois, ao contrário do que muitos propõem, esta não é uma construção exclusiva do PB, muito menos é um tipo de ergatividade, como pudemos verificar nas discussões. As médias apresentam uma interpretação independente, no sentido de se distanciar das passivas e ergativas, inclusive de uma construção transitiva, da qual é derivada. Dessa maneira, aprofundar os estudos sobre as construções médias é de extrema importância, para que haja cada vez mais descrição sobre o PB, que tem apresentado comportamentos relevantes a serem estudados. Esperamos com isso que este trabalho possa despertar a curiosidade de outros leitores sobre o fenômeno em questão para compreendê-lo ou apresentar uma nova perspectiva de análise, partindo dos pressupostos aqui assumidos.

## REFERÊNCIAS

- ADGER, David. *Core Syntax: a Minimalist Approach*. Oxford University Press, 2002. p. 48-76.
- ALEXIADOU, Artemis. (2014). *Active, middle, and passive: the morpho-syntax of Voice*. Barcelona: Catalan Journal of Linguistics, n. 13, p. 1-22, 2014.
- ALI, Said. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008. p. 101-119. Disponível em: < <http://goo.gl/cKaqqg> > Acesso em: 4 nov 2013.
- ANTONELLI, André Luis. Movimento do verbo e perda de se apassivador no português brasileiro. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 6, n. 10, 21 p., 2008.
- AVELAR, Juanito ; GALVES, Charlotte. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. In: COSTA, Armanda; FALÉ, Isabel; BARBOSA, Pilar . (Org.). *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Textos Seleccionados. Lisboa: APL, 2011. p. 49-65.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 182-186
- BURZIO, Luigi. *Italian Syntax: a government-binding approach*, v. 64, Issue 1, p. 130-142, 1986.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Em defesa da categoria de voz média no português. *DELTA*, São Paulo, v.19, n.1, p. 91-122, 2003.
- CAMBRUSSI, Morgana Fabiola. *Médias e ergativas: uma construção, dois sentidos*. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CANÇADO, Márcia. Posições argumentais e propriedades semânticas. *DELTA*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 23-56, 2005.
- CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. *Introdução à Semântica Lexical: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados*. Petrópolis: Vozes, 2016. 256 p.
- CARLSON, Greg N. The Semantic Composition of English Generic Sentences. In: CHIERCHIA, G.; PARTEE, B. ; TURNER, R. (Ed.). *Property Theory, Type Theory, and Semantics*. Dordrecht: D. Reidel, 1989. p. 167-191. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.189.2312&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017
- CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira; SOUSA, Maria Clara Paixão de. Construções de “SE-passivo” na história do português e a posição de sujeitos e complementos. In: COSTA, Armanda; FALÉ, Isabel; BARBOSA, Pilar. (Org.). *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Textos Seleccionados. Lisboa: APL, 2011. p. 153-167.

- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2009. 341p.
- CHOMSKY, Noam. *Programa minimalista*. Trad. Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.
- CIRÍACO, Larissa Santos. A alternância causativo-ergativa no PB: restrições e propriedades semânticas. 2007. 225f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CONDORAVDI, Cleo. *The middle: where semantics and morphology meet*, MIT Working Papers in linguistics, n. 11,1989 , p. 16-30.
- CUNHA, Luís Filipe. *Reconsidering stative predications, their behavior and characteristics*. Cadernos de Linguística 11, Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2005. 36 p. Disponível em: <<http://migre.me/4zOaZ>>. Acesso em: 08 nov. 2007.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. *Construções com SE e promoção de argumentos no português brasileiro: uma investigação diacrônica*. Revista da ABRALIN, 2007 , p. 85-116.
- DOWTY, David. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language*, Washington: Linguistic Society of America, v. 67, n. 3, 1981p. 547-617.
- DUARTE, Fábio Bonfim. *O que difere uma língua ergativa de uma língua nominativa?*. Belo Horizonte: Revista de Estudos da Linguagem, v. 20, n. 2, 2012, p. 269-308.
- DUARTE, Inês. A família das construções inacusativas. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. (Org.) *Gramática da língua portuguesa*. 5 ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 536-539.
- DUTRA, Rosália. *Considerações sobre o 'se': o pronome camaleão*. Belo Horizonte: Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura, n. 5, 1981, p. 74-87.
- FREITAG, Raquel Meister K. *Aspecto inerente e passado imperfeito no português: atuação dos princípios da persistência e da marcação*. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 55, 2011, p. 477-500.
- GARCIA, Afrânio da Silva. *Verbos incompatíveis com o progressivo: estudo comparativo do inglês e do português*. São Gonçalo: UERJ, 2010. p. 146-150.
- GIVÓN, Talmy.. *Middle voice constructions*. Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 116-122.
- HAUY, Amini Boainain. *Vozes Verbais: sistematização e Exemplário*. São Paulo: Ática, 1992, 80 p.
- JAEGGLI, Osvald A. *Passive*. Massachusetts: Linguistic Inquiry, v. 17, n. 4, 1986, p. 587-622.

KEENAN, Edward; DRYER, Matthew. Passive in the World's Languages. In: SCHOPEN, Timothy. *Clause Structure, Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 325-361.

KEMMER, Suzanne. *Middle voice, transitivity, and the elaboration of events*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994, p. 179-230.

KEMMER, Suzanne. *The middle voice*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Company, v. 23, 1993, p. 1-40.

KEMPCHINSKY, Paula. Romance SE as an aspectual element. In: AUGER *et al.* (Org.). *Contemporary Approaches to Romance Linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 2004, p. 239-256.

KRIFKA, Manfred. An outline of Genericity. *Forschungsberichte des Seminars für natürlich-sprachliche Systeme*, Tübingen: Universität Tübingen, 1987. p. 1-34

KRIFKA, Manfred. *et al.* Genericity: an introduction. In: CARLSON, G.N. & PELLETIER, F.J. (eds). *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press., 1995, p. 1-124

KYSER, Keyser, J.; T. ROEPER, T. *On the Middle and Ergative Construction in English*. Massachusetts: Linguistic Inquiry, n. 15, 1984, p. 381-416.

LAPESA, Rafael. *Historia de La Lengua Española*. Madrid: Gredos, 9 ed., 1981, p. 89-160

LAPESA, Rafael. *Estudios de Morfosintaxis Histórica del Español*. Madrid: Gredos, 2000. p. 23-58

LAZZARINI-CYRINO, João Paulo. *O Sincretismo Passivo-Reflexivo: Um estudo translinguístico*. 2015. 254f. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEKAKOU, Marika. Easily in the Middle. *17<sup>th</sup> International Symposium*, Grécia: Aristotle University of Thessaloniki, v. 1, 2005, p. 138-147.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Diátese Verbal*. Fortaleza: Revista de Letras, v. 1. n. 1, 1978, p. 61-83

MARTINS, Ana Maria. Passive and impersonal se in the history of Portuguese. *Romance Corpus Linguistics II: Corpora and Diachronic Linguistics*, Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2005, p. 411-430.

MARTINS, Felipe Fernandes. *Pronome reflexivo: apaga-se em Goiás, não se acende em Minas*. Brasília: UnB, 2013, 16 p.

MARTINS, Ana Maria; NUNES, Jairo. *Passives and se constructions*. Lisboa: Journal of Portuguese Linguistics, n. 4, 2016, p. 1-21.

MEDOVÁ, Lucie. *Reflexive clitics in the Slavic and Romance languages: a comparative view from an antipassive perspective*. Dissertação (Mestrado). Princeton University, 2009., p. 5-34

MCCONNELL-GINET, Sally. *On the non-optionality of certain modifiers*. Washington: Proceedings of SALT, n. 4, 1994, p. 230-250.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueredo; LOPES, Ruth. *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1 ed., 2013, 267 p.

MÜLLER, Ana. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (Org.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 1-34.

NARO, Anthony. *The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon*. Nova York: Language, 1976, p. 779-811.

NASCIMENTO, Silvia Helena Lovato do. *Os verbos inacusativos do PB: uma proposta de categorização*. São Paulo: D.E.L.T.A., v. 30, n. 2, 2014, p. 237-256.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. Estratégias de impessoalização no PB. In: Fiorin, J.L.; Petter, M. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p.171-203.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. *A estrutura sintática das sentenças absolutas no PB*. Alagoas: Linguística, v. 23, 2010, p. 61-82.

NUNES, Jairo. Se apassivador e Se indeterminador: o percurso diacrônico no PB. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: UNICAMP, 1991, p.33-58

PERINI, Mário A. (2005). Ergativas e médias em português. *Scripta*. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 8, n.16, 2005, p. 13-34

PERLMUTTER, David. Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. *Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Califórnia: University of California, 1976, p. 157-189.

PERMUTTER; David; POSTAL, Paul. Towards universal characterization of passivization. *Proceedings of the 3rd Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Califórnia: Berkeley University, 1977, p. 394-417.

PONTES, Eunice S. L. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

RAPOSO, Eduardo; URIAGEREKA, Juan. Indefinite se. *Natural language and Linguistic Theory*. Londres: Journal of Linguistics, 1996, p. 749-810.

SALLES, Heloisa Maria M. L.; NAVES, Rozana Reigota. *O estatuto da preposição COM em construções com alternância sintática*. Cuiabá: Revista Polifonia, n. 17, 2009, 19 p.

SILVA, Cristiany Fernandes da. (2011). *Construções Ergativas e Médias: Uma Distinção em Termos Aspectuais e Semânticos*. 2011. 92f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Cristiany Fernandes da; NAVES, Rozana Reigota. *Construções ergativas e médias: uma distinção em termos aspectuais e semânticos*. Goiás: Signotica, v. 24, 2012, p. 520-541.

SMITH, Carlota S. *The parameter of aspect*. London: Kluwer Academic Publishers, 1997, 347 p.

SOUZA, P. C. (2008). A categoria de aspecto e as perífrases de ir + infinitivo: o catalão e o português. *I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. São Paulo: *Anais do I Simelp*, 2008, p. 1-8

STALMASZCZYK, Piotr. The English middle construction and lexical semantics. *Papers and studies in Contrastive Linguistics*. Poznan: Adam Mickiewicz University, 1993, p. 133-147.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. 5 ed. Uberlândia : EDUFU, 2016, p. 53-101

VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, NY: Cornell, 1967.

VITRAL, Lorenzo. A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Orgs.). *Para a história do PB*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 107-136.

WACHOWICZ; FOLTRAN. Sobre a noção de aspecto. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. São Paulo: UNICAMP, v. 48, 2006, p. 211-232.

YANG, Heisson. *Syntax and semantics of ergative and middle constructions*. Amsterdam: John Benjamin, 1994, p. 75-97

ZWART, Jan-Wouter. *On the Generic Character of Middle Constructions*. Washington: Linguistic Inquiry, 1997, p. 1-7.